

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - PUC/SP
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

DANIEL NOGUEIRA DE SOUZA

A ARTICULAÇÃO ENTRE ASSISTENTES SOCIAIS E SUJEITOS COLETIVOS DE
SOROCABA:

Uma análise sobre o período crítico da pandemia de COVID-19

SÃO PAULO

2023

DANIEL NOGUEIRA DE SOUZA

**A ARTICULAÇÃO ENTRE ASSISTENTES SOCIAIS E SUJEITOS COLETIVOS DE
SOROCABA:**

Uma análise sobre o período crítico da pandemia de COVID-19

Dissertação de Mestrado apresentada à banca examinadora como exigência para obtenção do título de Mestre em Serviço Social pela PUC-SP, sob orientação da Profa. Dra. Mariangela Belfiore Wanderley.

SÃO PAULO

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE

DANIEL NOGUEIRA DE SOUZA

A ARTICULAÇÃO ENTRE ASSISTENTES SOCIAIS E SUJEITOS COLETIVOS DE SOROCABA: Uma análise sobre o período crítico da pandemia de COVID-19 DANIEL NOGUEIRA DE SOUZA. Sorocaba, 2023.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. III. Faculdade de Ciências Sociais. IV. Título de Mestrado

DANIEL NOGUEIRA DE SOUZA

**A ARTICULAÇÃO ENTRE ASSISTENTES SOCIAIS E SUJEITOS COLETIVOS DE
SOROCABA:**

Uma análise sobre o período crítico da pandemia de COVID-19

Dissertação de Mestrado apresentada à banca examinadora como exigência para obtenção do título de Mestre em Serviço Social pela PUC-SP, sob orientação da Profa. Dra. Mariangela Belfiore Wanderley.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Mariangela Belfiore Wanderley

Profa. Dra. Carola Carbajal Arregui

Profa. Dra. Grazielle Nayara Felício Silva

SÃO PAULO

2023

AGRADECIMENTOS

Certa vez me questionaram: qual é o cerne da sua pesquisa?

Entre o ir e vir do amadurecimento de nossa investigação, repetidamente ouvia soprar em meu ouvido: qual o cerne da sua pesquisa?

A pergunta parecia provocar que fosse respondida com outra, talvez com a questão "disparadora" da problematização. Parecia simples analisar os próprios objetivos e extrair dali um ponto de interrogação que os justificassem. O sopro permanecia: qual é o cerne da sua pesquisa?

O cerne da minha pesquisa está na Profa Dra Mariangela Belfiore Wanderley, quem agradeço em primeiro lugar. Foram dois anos de paciência e aprendizado.

O cerne encontra-se entre as componentes desta comissão avaliadora - titulares e suplentes - que agradeço por atenderem ao nosso convite, com o objetivo de tornarmos esse espaço de debate em uma oportunidade de troca, cuja premissa é a produção do conhecimento científico, contudo pautada por uma dimensão ético-política alicerçada pelo afeto.

O cerne de minha pesquisa está em cada colega da PUC. Em especial no Terceirão, composto por amigos e amigas que ingressaram ao mestrado comigo, e que agradeço por ao longo de tanto tempo dividirem as miudezas (saraivas) de suas vidas, compartilhando memórias do passado, o pulso do presente e as aspirações do futuro. Nós somos e expressamos cada particularidade que compõe o conjunto diverso da classe trabalhadora.

Esta nos professores que estimularam meu amadurecimento intelectual e nos funcionários da PUC, que na pessoa da Andreia (secretaria do PPGSS) agradeço por ter demonstrado inesgotável disposição nas inúmeras vezes que a requisitei.

O cerne de minha pesquisa é vivo em minha família, que agradeço por sempre apoiar e acreditar na minha capacidade, valorizando a continuidade dos estudos e a Educação em sua dimensão transformadora.

O cerne também aparece entre meus colegas de trabalho em Mombuca/SP, que agradeço por pacientemente terem me acompanhado ao longo destes dois anos.

O Cerne de minha pesquisa se expressa pela CAPES enquanto agência de financiamento, mobilizadora de recursos públicos - recursos nossos, trabalhadoras e trabalhadores - que agradeço por em tempos turvos de desvalorização da ciência e educação terem permanecido fomentando a produção de conhecimento científico.

O Cerne de minha pesquisa, está nos participantes desta pesquisa, assistentes sociais e integrantes dos sujeitos coletivos, o compromisso político de vocês possibilitou chegarmos aos resultados que apresentamos.

O cerne de minha pesquisa é coletivo. Como uma edificação que jamais poderia ser levantada sem a cooperação de nós-para-nós. A materialização deste trabalho, imperfeito como somos, é a reunião dos nossos esforços.

Obrigado por tanto!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior - Brasil (CAPES), através do código de financiamento 88887.630600/2021-00.

O que eu vi sou Eu
O que eu senti, o que eu sofri, sou Eu
Sou Eu quando eu quero, até quando eu não quero ser
Por isso Eu só morro quando o meu samba morrer
Sou Eu andando fora da linha
Sou Eu andando nos trilhos
Sou Eu no sorriso dos meus antepassados
E também no sorriso dos meus filhos
Sou Eu na dor e no prazer
Por isso eu só morro quando o meu samba morrer
Eu sou a força da minha mãe e fraqueza dela também
Eu sou a alegria do meu pai e a tristeza dele também
Sou novo, tradição
Sou rap, samba no pé
Soldado filho de Ogum, certeza do meu Axé
De tudo o que passou por mim
Eu sou o que eu posso ser
Por isso eu só morro
quando o meu samba morrer
(Pra Curar a Dor do Mundo – Marcelo D2)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Ato no Paço Municipal em protesto às mortes por COVID-19 durante visita do Presidente Jair Bolsonaro à Sorocaba em 25/06/2021.	81
Figura 2 - Sobreposição de mapas: Concentração de casos de COVID-19 em Sorocaba e Regionalização SUAS Sorocaba.....	84
Figura 3 - Manifestações a favor da vacina.....	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Identidade das/os Assistentes Sociais de Sorocaba/SP	70
Tabela 2 - Condições e natureza do trabalho profissional das/os assistentes sociais de Sorocaba/SP	71
Tabela 3 - Por Identidade de Gênero	74
Tabela 4 - Por faixa etária.	74
Tabela 5 - Por Pertença Étnico-Racial	74
Tabela 6 - Por bandeira/seguimento principal	76
Tabela 7 - Por bandeira/seguimento secundário Militantes/Atores dos Sujeitos Coletivos de Sorocaba	77
Tabela 8 - Sujeitos Coletivos de Sorocaba por configuração organizativa e ano de fundação	78
Tabela 9 - Comparativo de casos confirmados e óbitos e suas respectivas taxas de contaminação e mortalidade (Casos acumulados - 2020-2021)	82
Tabela 10 - Concentração de casos confirmados de COVID-19 por UBS em Sorocaba (09/07/2020).	83
Tabela 11 - Atos realizados pelo Fórum de Luta em Defesa da Vida, Sorocaba 2021	118

RESUMO

A presente dissertação tem como proposta analisar como se deram as articulações realizados por assistentes sociais e sujeitos coletivos no município de Sorocaba durante os anos de 2020 e 2021 – denominado como “período crítico da pandemia de covid-19” à luz de verificar se essas relações possibilitaram aproximação e envolvimento entre estes dois grupos. A partir da aplicação de dois questionários eletrônicos, buscamos compreender como os profissionais de Sorocaba traçaram estratégias de enfrentamento ao desafiador período da pandemia de covid-19, em suas dimensões de risco ao acometimento pelo vírus, mas também sob a conjuntura de agudização da saúde em um mundo do trabalho precarizado; assim como também buscamos compreender como militantes de sujeitos coletivos lidaram com a pandemia sob o aspecto da organização de soluções e respostas na dimensão política e prática das ações coletivas, especialmente à luz de verificar a incidência de especificidades dos novos formatos organizativos que constituem os movimentos em cena na história recente do país como organizações diferentes das tradicionais no âmbito da arena das disputa. É importante considerarmos que a maneira de reagir e disputar à conjuntura crítica da pandemia enfatiza aspectos já reconhecidos pela bibliografia do assunto acerca dos participantes de nossa pesquisa, a saber: os limites institucionais de assistentes sociais, as TIC's como mediadoras de desgaste em torno do trabalho cada vez mais intensificado e precarizado, a vigilância da profissão em relação a não se distanciar das bases críticas fundamentais a serviço social em termos de conservadorismo e fundamentalismo; assim como a sociedade organizada nos parâmetros da atualidade formatar modos de se organizar alternativos às tradicionais hierarquias dos movimentos sociais, enfatizando que a relação com o mundo virtual e o mundo real é indissociável à prática política cotidiana, que mediadas pelas TIC's tem sua capacidade ampliada.

Palavras chave: Articulação, Assistentes Sociais, Sujeitos Coletivos, Tic's

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze how the articulations carried out by social workers and collective subjects in the municipality of Sorocaba took place during the years 2020 and 2021 - called the "critical period of the covid-19 pandemic" in the light of verifying whether these relationships enabled rapprochement and involvement between these two groups. Based on the application of two electronic questionnaires, we sought to understand how Sorocaba professionals devised strategies to face the challenging period of the Covid-19 pandemic, in its dimensions of risk of being affected by the virus, but also under the situation of worsening health in a world of precarious work; just as we also seek to understand how activists of collective subjects dealt with the pandemic from the aspect of organizing solutions and responses in the political and practical dimension of collective actions, especially in light to verify the incidence of specificities of the new organizational formats that constitute the movements on the scene in the country's recent history as organizations different from the traditional ones within the arena of disputes. It is important to consider that the way of reacting and contesting the critical situation of the pandemic emphasizes aspects already recognized by the bibliography on the subject regarding the participants in our research, namely: the institutional limits of social workers, ICTs as mediators of wear and tear around work increasingly intensified and precarious, the profession's vigilance in relation to not distancing itself from the fundamental critical bases of social work in terms of conservatism and fundamentalism; as well as society organized within today's parameters format ways of organizing alternative to the traditional hierarchies of social movements, emphasizing that the relationship with the virtual world and the real world is inseparable from everyday political practice, which, mediated by ICTs, has its capacity expanded.

Keywords: Articulation, Social Workers, Collective Subjects, Tic's

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – É O CÉU DA BOCA DO INFERNO ESPERANDO VOCÊ ..	20
1.1 APROXIMAÇÃO AO NEOLIBERALISMO NO BRASIL	20
1.1.1 Notas introdutórias sobre o neoliberalismo	20
1.1.2 Alguns apontamentos sobre o neoliberalismo pós redemocratização ..	23
1.1.3 Trafegando pela “Ponte Para o Futuro”: Neoliberalismo no Brasil pós Golpe de 2016	28
1.2 “O BRASIL NÃO PODE PARAR”? EXTREMA DIREITA, ULTRANEOLIBERALISMO E COVID-19	31
1.2.1 Botam os ovos, aquecem o ninho, ficam as cascas	31
1.2.2 O Ultraneoliberalismo Bolso-Guedes	37
1.2.3 O período crítico da pandemia de COVID-19	41
CAPÍTULO 2 – ASSISTENTES SOCIAIS E SUJEITOS COLETIVOS EM SOROCABA	50
2.1 CONSIDERAÇÕES PARA A IDA AO CAMPO	50
2.1.1 Alguns apontamentos sobre organização e mobilização coletiva	50
2.1.2 Ensaio: Por que sujeitos coletivos?	54
2.1.3 A pesquisa de campo	62
2.2 APROXIMAÇÕES AO CAMPO DE PESQUISA	65
2.2.1 Terra Rasgada pela luta de classes	66
2.2.2 Assistentes Sociais de Sorocaba	69
2.2.3 Sujeitos Coletivos de Sorocaba	72
CAPÍTULO 3 – NAS ENCRUZILHADAS DO PANDEMONIO: O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS EM SOROCABA	80
3.1 OS DESAFIOS PARA ASSISTENTES SOCIAIS E SUJEITOS COLETIVOS DE SOROCABA	80
3.1.1 A pandemia de COVID-19 em Sorocaba	80
3.1.2 Aspectos do trabalho profissional de Assistentes Sociais durante a pandemia de COVID-19 em Sorocaba	87
3.1.3 O enfrentamento à pandemia de COVID-19 pelos Sujeitos Coletivos sorocabanos	99

3.2	A ARTICULAÇÃO ENTRE ASSISTENTES SOCIAIS E SUJEITOS COLETIVOS EM SOROCABA	106
3.2.1	De que articulações estamos falando?	106
3.2.2	A articulação entre assistentes sociais e sujeitos coletivos em Sorocaba: o que a pandemia nos revelou?	112
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
	REFERÊNCIAS	126
	ANEXOS.....	135

INTRODUÇÃO: O REAL E A TRAVESSIA

Eu quase que nada não sei.
Mas desconfio de muita coisa.
(Guimarães Rosa)

A partida: notas introdutórias

Frente ao momento histórico vivenciado pela pandemia mundial do novo coronavírus, questões estruturais do sistema capitalista acentuaram-se, desafiando a reprodução mecânica da vida humana e exigindo respostas suficientes para conter o avanço do vírus e respaldar a sociedade frente ao risco que se instalava.

Ainda assim, mesmo estabelecendo padrões de enfrentamento que se estendiam ao redor do mundo, o manejo da pandemia encontrou dificuldades, sobretudo ao relacionar seu impacto às condições econômicas de cada território.

Diante da incerteza do que será o dia de amanhã, é a classe trabalhadora quem precisa colocar sua força de trabalho em jogo todos os dias, se expondo em condições de trabalho cada vez mais precárias e buscando garantir a manutenção da própria existência, sendo desafiada em diferentes instâncias.

Inicialmente a pandemia se expressava sob o risco de adoecimento e morte de trabalhadores, ainda em seu curso passou a se colocar enquanto intensificadora das expressões da questão social. Assim, se entendemos que as diferentes desigualdades são questões resultantes e inerentes à lógica capitalista, é essencial a apropriação de seus fundamentos e desdobramentos para projetar panoramas de enfrentamento e resistência, especialmente ao considerar que estas questões foram fatores agravantes ao curso da pandemia.

Por esta ótica, ao considerar a profissão de Assistente Social como participante da lógica capitalista – pela inserção na divisão social, sexual, técnica e racial do trabalho – também se faz necessário entender os parâmetros que a luta de classes tem se estabelecido na atualidade, à luz de suas raízes históricas, afinal segundo Netto “não existe capitalismo sem crise, são próprias deste sistema as crises cíclicas que, desde a segunda década do século XIX, ele vem experimentando regularmente. (Netto, 2012, p. 415), reconfigurando o próprio sistema e ampliando-se em mais capitalismo. Ou seja, o capitalismo, mesmo quando circunstanciado por instabilidades forjadas pela sua própria essência, tem capacidade de se reorganizar e manter sua condição de acúmulo e exploração, reduzindo investimento em políticas sociais e precarizando condições de produção e reprodução da vida.

Nesta direção, é importante debruçarmo-nos ao panorama do ultraneoliberalismo em voga na história recente do país, enfatizando a realidade exposta pelo contexto da pandemia mundial do novo coronavírus. Afinal, os dois cenários não estão dissociados e acentuam contradições e desigualdades características do sistema capitalista.

Segundo Castelo (2020),

“fiel à cartilha neoliberal, Guedes mostra serviço desde os primeiros dias da sua nomeação com corte de gastos, anúncio de privatizações, parcerias público-privadas, ofensas ao funcionalismo público e etc” (CASTELO, 2020).

No contexto brasileiro, diante do panorama sanitário, outro quadro foi temperado pelo Governo Bolsonaro - o de intensificação ao neoliberalismo¹:

Apesar da pandemia “surgir” como suposto fator elementar à crise que se instala, a política econômica ultraneoliberal não se manifesta com ineditismo, pelo contrário, coloca-se com o mesmo *modus operandi* de outros tempos: sucateamento dos serviços públicos, privatização dos bens sociais, desregulamentação do mercado, inclinação aos interesses do capital financeirizado.

Este resgate é importante, pois, considerando o direcionamento recente da política econômica brasileira, será possível relacionar determinantes que se colocaram como desafios à práxis de Assistentes Sociais e à atuação de sujeitos coletivos no decorrer da pandemia.

Com o então vivenciado boicote às políticas públicas e o agravamento da crise econômica cercada pela pandemia mundial do novo coronavírus, emerge um horizonte conflitante, pois no momento em que os trabalhadores mais demandam políticas de proteção social, a condução econômica ultraneoliberal do governo federal permaneceu desfinanciando a oferta destas, abrindo espaço a outros “pontos de apoio”², como as igrejas neopentecostais acompanhadas do conservadorismo fundamentalista.

¹ Cabe nota que, no decorrer da pandemia, o governo federal reviu a previsão de déficit orçamentário de R\$ 124 bilhões para R\$ 429 bilhões, como investimento em medidas de socorro econômico ao país. Porém, não abandonou as investidas em direção ao desmonte dos serviços públicos, como a privatização do sistema de saneamento básico e a PEC 186 possibilitando o congelamento de salários de servidores públicos.

² Em pesquisa apresentada pelo IDDC-INCT em 2022, entre as instituições que mais passavam confiança à sociedade, a “Igreja” ocupava as primeiras colocações, sendo que entre a camada com menos renda e menor escolaridade o grau de confiança era ainda maior. (Fonte: < <https://oglobo.globo.com/blogs/pulso/post/2022/07/partidos-igrejas-e-stf-veja-os-indices-de-confianca->

Diante disso os sujeitos coletivos, constituídos enquanto classe trabalhadora e centralidade da intervenção profissional de Assistentes Sociais, passam a ter suas condições precarizadas na dinâmica das relações sociais, consequentemente demandando cada vez mais atenção e proteção, se distanciando de um horizonte emancipatório e transformador da realidade. Revela-se neste contexto um dos impulsores que historicamente cerca a luta da classe trabalhadora, expondo a condição de constante tensão na dinâmica capitalista, exigindo mobilização e organização coletiva – neste tempo, contornada pela crise sanitária, política, econômica e social.

Neste contexto, o Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEP) assume notável relevância, desempenhando papel fundamental nas múltiplas dimensões que compõem a profissão de Assistente Social. O PEP, ao longo do processo de reconceitualização, tem se destacado como um guia essencial para a atuação dos assistentes sociais, especialmente à luz das circunstâncias históricas em que a sociedade brasileira se encontra com a pandemia de covid-19. Ele não apenas delineia uma posição clara, mas também enfrenta desafios que fortalecem sua base, alinhando-se com a trajetória de luta da classe trabalhadora em seu potencial de efetivar ações contra-hegemonicas ao capital.

Em meio a estes apontamentos, pensar sobre a “prática profissional”, “significado social da profissão”, “mobilização de sujeitos” ou “garantia de direitos” constituem pautas que soam familiares ao acúmulo teórico do Serviço Social, e de fato são. Porém, um ponto em comum, e talvez o mais significativo, seja que estas pautas permanecem em debate sob o alicerce do sistema capitalista, em constante reconfiguração que, nos termos de nossa pesquisa, verificamos inclusive sob o terreno de profunda crise da pandemia de covid-19³, nos levando à formulação de

[dos-brasileiros-nas-instituicoes.ghtml](#) >. Este indicador é relevante, pois sinaliza onde os mais vulneráveis tendem a sentir-se mais seguros à superar demandas de ordem material e de subsistência, ou seja, onde podem encontrar a proteção negligenciada pelo Estado. Ainda neste ponto, é possível refletir sobre o avanço neopentecostal à agenda política e cultural da sociedade, uma vez que na medida em que se tornam referência para subsistência dos mais vulneráveis capitalizam o vácuo político desses sujeitos pautando seus valores conservadores.

³ Em outro estudo realizado sob o recorte da pandemia de covid-19, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan) identifica que, entre o período de 2020-2021, aproximadamente 116 milhões de brasileiros estavam em condição de Insegurança Alimentar, isto é: convivendo com algum grau de fome. Ainda no mesmo estudo, ao levantar fatores de empregabilidade, constata-se que a falta de emprego e/ou endividamento do grupo familiar associadas à pandemia constituía elemento relevante ao fato de não ter o que comer – evidenciando os impactos que a condução criminoso do governo federal frente a pandemia trouxe à realidade da classe

nossa questão central aos nos propormos em apreender e analisar como assistentes sociais se relacionaram profissionalmente com sujeitos coletivos, com destaque aos tempos de pandemia mundial de COVID-19 no município de Sorocaba/SP, direcionando o foco à identificar quais instrumentos, práticas e processos foram adotados pelos sujeitos coletivos nas circunstâncias da pandemia, tanto como refletir sobre como assistentes sociais vivenciaram os impactos do período crítico da pandemia de COVID-19 ao cotidiano profissional, de modo a verificar como se deram as articulações entre estes dois grupos no período crítico da pandemia, a partir das balizas ético-políticas que caracterizam a prática profissional e os valores ideopolíticos que os dois seguimentos dividem enquanto pertencentes do conjunto amplo da classe trabalhadora.

Com estes objetivos, partimos inicialmente pelo levantamento e revisão bibliográfica em torno dos temas centrais que propomos discutir (trabalho profissional de assistentes sociais, classe trabalhadora organizada⁴ e pandemia de covid-19), utilizando como recurso de apoio a análise documental de materiais publicados pelo conjunto CFESS/CRESS, a fim de incorporar ao processo de reflexão a atualidade das discussões ante a ida ao campo.

Atravessando: caminhos metodológicos

A dimensão investigativa no perfil da categoria profissional de Assistentes Sociais perpassa diversas faces do exercício cotidiano. É no campo da pesquisa que encontramos importante ferramenta para desvendar os desafios que as demandas cotidianas nos trazem, também nele que encontramos espaço para expandir os olhares e articular avanços no acúmulo teórico-metodológico por intermédio dos espaços acadêmicos.

A partir do processo de reconceitualização e a aproximação do serviço social brasileiro à teoria crítica de Marx foi possível avançar na compreensão dos determinantes que cercam o cotidiano profissional da categoria de Assistentes Sociais, ampliando a capacidade de se apropriar da realidade sob um viés de

trabalhadora brasileira. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf

⁴ Optamos por abordar conceitualmente a classe trabalhadora organizada como “Sujeitos Coletivos”, considerando que este termo nos conduz por uma análise mais ampliada sobre a formatação das lutas expressas por estes sujeitos, sem desprezar a importância de termos como “Movimentos Populares” e “Movimentos Sociais”, ao que conceituamos no segundo capítulo.

totalidade, compreendendo que a investigação destes determinantes precisa se apropriar de condicionantes que estão interligados e se fazem presentes por um processo histórico não fragmentado que relaciona meio e sujeito historicamente com a substância da essência em detrimento ao disfarce da aparência, buscando *construir categorias* que conforme Ianni (1986) concebe-se pelo movimento investigativo constante de *construção da reflexão*, pelo *movimento dialético* de busca por respostas ao que está sendo pesquisado.

A construção de nossas categorias se deu de forma abrangente, no esforço de alcançar resultados quantitativos e qualitativos, com base na estrutura de Minayo (2012) ao perpassar o compromisso de alinhar a aproximação da realidade e a forma como a investigação é conduzida, ressaltando a importância da apropriação dialética da investigação enquanto processo constante de apoiar-se na perspectiva científica para ir e vir entre o empírico, a teoria e uma realidade que “não é transparente” (Ianni, 1986), atentando-se em como os resultados da investigação são transmitidos, tal que sejam compreendidos sem esvaziar-los de significado.

Sob este alicerce, a nossa travessia pela busca de respostas começa através de revisão bibliográfica acerca do que já foi produzido relacionando os temas centrais desta pesquisa, como trouxemos anteriormente. É certo que a conexão entre os temas formata um objeto de análise muito amplo, entretanto o assentamento do universo de pesquisa ao recorte temporal da pandemia mundial de covid-19 permite uma demarcação mais enxuta de nossa análise, que na proposta de abordagem quantitativa e qualitativa, em alinhamento ao método dialético marxista, nos demandou a primeira aproximação à realidade em movimento com suas múltiplas determinações.

Nesta aproximação inicial, dividimos o campo em dois grupos – 1) Sujeitos Coletivos e 2) Assistentes Sociais. Para o primeiro, utilizamos a técnica de bola de neve com três participantes disparadores, intencionalmente escolhidos, ao que requisitamos a indicação de sujeitos coletivos atuantes em Sorocaba sem compromisso com técnicas formais de levantamento de dados.

As informações trazidas pelos disparadores nos permitiram levantar quantitativamente sujeitos em cena na arena das lutas sorocabanas, assim como a partir de análise empírica buscamos compreendê-las. Nesta etapa, verificamos uma heterogeneidade significativa na amostra (brevemente apresentada no item 2.1.3),

demonstrando a potencialidade em continuar o nosso processo de reconhecimento das experiências deste grupo sob os contornos de nossos objetivos.

Cabe notar que não realizamos a mesma abordagem ao segundo grupo que compõe nosso objeto de pesquisa: os/as assistentes sociais de Sorocaba. Essa escolha se deu, pois consideramos o material produzido pelo conjunto CFESS/CRESS ao desenho dos profissionais que constituem a categoria de assistentes sociais na atualidade, sendo portanto suficiente a função de cruzamento destes dados com a amostra que viria a ser coletada posteriormente.

Após a sistematização e análise empírica da amostra de sujeitos coletivos, consideramos inicialmente ir ao campo em momentos distintos: via aplicação de questionário eletrônico aos dois grupos, a fim de levantar novas informações sobre o objeto de nossa pesquisa, e através da realização de entrevistas individuais planejadas de acordo com as informações captadas pelo questionário eletrônico e entrecruzadas com os pressupostos teóricos adquiridos na primeira fase de apropriação da bibliografia de base.

Infelizmente por limites do processo de pesquisa, fomos exigidos em priorizar a aplicação do questionário eletrônico, repensado de modo que possibilitasse captar contribuições mais densas aos nossos objetivos de pesquisa.

Referendados pelo Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP, elaboramos dois questionários, com o mesmo nome, porém com questões relacionadas a cada um dos grupos de nossa pesquisa, a saber: PESQUISA: A ARTICULAÇÃO PROFISSIONAL ENTRE ASSISTENTES SOCIAIS E SUJEITOS COLETIVOS: UMA ANÁLISE SOB O PERÍODO CRÍTICO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA CIDADE DE SOROCABA/SP

Ambos os questionários foram planejados com a estratégia de espelhamento de questões por blocos de perguntas que propunham aos participantes da pesquisa o mesmo processo de reflexão de acordo com as questões apresentadas, avaliando que pudéssemos coletar vivências e experiências convergentes ao mesmo cenário, sobretudo ao considerarmos que o recorte de nossa pesquisa (o período crítico da pandemia de covid-19) expressou diferentes circunstâncias com potencial de abordagem científica.

Com esta base, disparamos via redes sociais (majoritariamente grupos de whatsapp) os questionários elaborados, alcançando 49 assistentes sociais, sendo que 29 destes estiveram habilitados à participação, e 21 militantes de sujeitos coletivos,

que validaram suas participações a partir do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido disponível no corpo da apresentação dos questionários eletrônicos e em anexo em sessão dedicada desta pesquisa.

Com as participações reunidas, realizamos a decupagem das respostas organizando questões abertas e fechadas de acordo com cada bloco de perguntas, nos cercando de dados mais densos em relação aos temas abordados. A decupagem das vivências mostrou-se fundamental para a elaboração da redação final das reflexões trazidas, registradas nesta pesquisa com relatos integrais e parciais de diferentes recortes dos grupos analisados, contudo convergentes ao debate geral traçado ao longo dos capítulos e os limites encontrados.

Chegada: Organização do trabalho

Inspirado em Dona Ivone Lara, musicista e assistente social referência em diferentes frentes de lutas coletivas, cada item desta pesquisa conta com estrofes de músicas em paralelo às discussões apresentadas, ao que enxergamos neste singelo (e imenso) recurso seu potencial de instrumentalizar subsídios à reflexão e carregar a nossa discussão para além dos meandros acadêmicos.

O capítulo 1 está dividido em duas partes, a primeira refere-se aos contornos do neoliberalismo, com notas sobre sua gênese e o resgate dos quadros que a política econômica neoliberal se instalou nas últimas décadas no Brasil; a segunda relaciona-se à elevação de Jair Bolsonaro e a extrema-direita à presidência da república, oportunizando o aprofundamento do neoliberalismo a um ultraneoliberalismo, cenário que verificamos ter sido substancial ao desastre da pandemia no Brasil. Assim, o primeiro capítulo de nossa pesquisa constitui-se em abordar como os contextos econômico, político e sanitário desaguaram em reflexos sociais que atingiram com maior ênfase a classe trabalhadora.

No que diz respeito ao capítulo 2, adentramos aos sujeitos de nossa pesquisa, também divididos em duas partes. A primeira, diz respeito a alguns apontamentos teóricos que sustentam a nossa acepção de sujeitos coletivos, além de delinear alguns pontos sobre a proposta de pesquisa de campo; a segunda parte apresenta o município de Sorocaba, terreno de nossa investigação e os sujeitos que compõem os dois grupos que colocamos luz na pesquisa: assistentes sociais e militantes de sujeitos coletivos (ambos atuantes em Sorocaba).

No capítulo 3, avançamos aos desdobramentos da pandemia a partir da coleta de dados via questionário eletrônico aplicado aos participantes de nossa pesquisa. Dividindo o capítulo em duas partes, primeiramente verificamos como a pandemia decorreu no município, conseguinte buscamos compreender os reflexos do período crítico no trabalho profissional de assistentes sociais em Sorocaba e na atuação dos integrantes de militantes coletivos em cena no mesmo município.

Ao fim, avaliamos que a nossa pesquisa atingiu resultados importantes, expressando que a realidade da pandemia de covid-19 replicou em Sorocaba reflexos semelhantes ao panorama geral do Brasil, tanto no contexto de assistentes sociais enquanto classe trabalhadora e com sujeitos coletivos demandados ao enfrentamento da conjuntura, quanto sob a reconfiguração das réguas de acumulação e exploração do capital nos novos tempos.

Na avaliação do percurso, não pudemos ignorar o impacto da conjuntura nos resultados alcançados, centralmente a partir da perspectiva de quem a produz estar inserido na condição de classe trabalhadora em um momento histórico que desafiou os parâmetros de sobrevivência, subsistência e proposição à reflexão no interior dos embates no contexto amplo da luta de classes.

Atravessados pelo período crítico da pandemia, carregamos em paralelo ao desbravamento desta pesquisa a iminência de consolidação da barbárie, pela necropolítica do desgoverno pandemônico, materializado pelo processo eleitoral mais significativo desde a redemocratização brasileira, assim como por expressões de descredito à ciência pelo negacionismo, desmonte e precarização da educação, perpassando a dimensão material e subjetiva de permanência, manutenção e desdobramento do conhecimento produzido e apresentado por nós.

Ainda que consideremos nossos limites, explícitos pela poesia de Guimarães Rosa que abre esta introdução, recorremos ao mesmo autor para por luz ao que extraímos nesta passagem pela academia, entendendo que:

o real não está na saída nem na chegada:
ele se dispõe para a gente é no meio da travessia
(Guimarães Rosa)

CAPÍTULO 1 – É O CÉU DA BOCA DO INFERNO ESPERANDO VOCÊ

1.1 APROXIMAÇÃO AO NEOLIBERALISMO NO BRASIL

1.1.1 Notas introdutórias sobre o neoliberalismo

Novas embalagens para antigos interesses.
(Esquiva da Esgrima, Criolo)

O conceito de “neoliberalismo” nem sempre se deu como é definido na atualidade. Seu advento vem da década de 1930, com a crise do liberalismo clássico, quando intelectuais reuniram-se no chamado “Colóquio de Walter Lippmann” no ano de 1938, em Paris na França. Naquele encontro, entre importantes divergências, entendia-se a necessidade de fundamentar uma nova concepção de liberalismo que fizesse frente às outras formas de governar que ganhavam força – comunista, fascista, keynesiana.

Conforme Dardot e Laval (2016):

Rougier, no discurso que abriu os trabalhos do colóquio, assinala que esse esforço de refundação ainda não tem um nome oficial: deve-se falar em “liberalismo construtor”, “neocapitalismo” ou “neoliberalismo”, termos que, segundo ele, parece prevalecer no uso corrente? Refundar o liberalismo para melhor combater a grande ascensão dos totalitarismos é a meta que Rougier pretendia dar à reunião da qual fora o promotor, sublinhando que a ambição do colóquio era condensar um movimento intelectual difuso. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 74-75)

No colóquio, em meio ao debate, atribuíam-se a crise do liberalismo vigente sobretudo (mas não só) ao dogma do “naturalismo liberal” e ao conceito de Laissez Faire⁵, entendendo que a dinâmica da liberdade e autorregulação do mercado não eram suficientes para evitar o seu fracasso ou inibir a viabilidade do atraente coletivismo que despontava em meio ao período da grande depressão resultante da crise de 1929.

⁵ Em tradução direta do francês Laissez Faire significa “deixe fazer”. A expressão designava a concepção de “liberdade” que deveria ser preservada no âmbito econômico, impedindo amarras ao mercado e limitando o caráter interventivo dos governos.

A crítica à autonomia do mercado também não se mostrava afinada ao modelo reformista keynesiano – que propunha ampliar a distribuição de riqueza e o papel protetor do Estado – ou ao direcionamento de uma economia planificada tal qual a praticada pela União Soviética, posicionando o Estado enquanto regulador jurídico e não administrativo, servindo enquanto instrumentador legal que garantisse a manutenção do mercado, sua expansão segura e protegida de efeitos colaterais sistêmicos, em oposição ao caráter jurídico regulador do liberalismo clássico que sustentava a legalidade da propriedade privada e permitia que o mercado se gerenciasse automaticamente, sem qualquer interferência.

Assim, com o passar dos anos e o amadurecimento do debate inaugurado no colóquio de Paris, surge a “Sociedade de Mont-Pèlerin” em 1947, na Suíça após o fim da Segunda Guerra Mundial, inicialmente composta por intelectuais de diferentes áreas do conhecimento e de diferentes lugares do capitalismo central.

O grupo de intelectuais concentrava-se em discutir a necessidade de se instituir novos rumos e encontrar saídas aos problemas gerados pelo próprio liberalismo – apontados desde o colóquio parisiense anos antes.

Entre seus apontamentos, identifica-se na qualidade da “propriedade privada” um problema de ordem coletiva, que segundo Dardot e Laval (2016) em referência à Lipperman:

Se a propriedade privada está tão gravemente comprometida no mundo moderno, é porque as classes favorecidas, resistindo a qualquer mudança em seus direitos, provocaram um movimento revolucionário que tende a aboli-las. (LIPPERMAN *apud* DARDOT; LAVAL, 2016, p. 85).

A observação supracitada vai em direção ao crescimento do socialismo e sua viabilidade ante as distorções e desigualdades produzidas pelos grandes monopólios de acumulação protegidos e sustentados pela noção de organização natural do sistema capitalista àquela época, atribuindo a contestação à “propriedade privada” um caráter de “totalitarismo”, uma vez que ameaça a dinâmica engendrada pelo liberalismo aos valores morais e de produção.

Sem nos atermos em aprofundar as correntes em disputa, a Sociedade de Mont-Pèlerin coloca-se como fórum de debate à sociedade livre, onde o campo da teoria econômica passa a centralizar as discussões e as escolas austríaca e

estadunidense – respectivamente com Friedrich Hayek e Milton Friedman – ganham força.

Em seu núcleo, chamava-se atenção às questões que exigiam esforço intelectual que compreendesse a origem e elementos da crise do liberalismo, partindo pela esfera econômica, mas também jurídica e política ao repensar mecanismos legais que garantissem a propriedade privada, a concorrência e funcionamento pleno do mercado, a disputa retórica combativa à modelos divergentes de concepção do papel do Estado, além da sua expansão internacional de modo a consolidar a nova proposta de sistema.

Com a crise do fordismo, associada à crise do petróleo entre 1960 e 1970, as críticas ao Estado de bem-estar social caracterizam uma nova guinada à implementação das concepções neoliberais. Considerava-se que o Estado gastava demais e não estimulava o empreendedorismo e concorrência entre os sujeitos, apontando para políticas de austeridade e flexibilização das demarcações legais em torno do sistema produtivo.

O projeto neoliberal começava a sair do campo teórico e aparecia com influência na gestão da sociabilidade, tendo como primeira experiência a política econômica do Chile autoritário de Augusto Pinochet em 1978. Demarcando o papel de submissão do sul global ao despotismo ocidental em sua cadeia imperialista, conforme a célebre passagem de Galeano (1978): “As teorias de Milton Friedman significam, para ele, um Prêmio Nobel: para os chilenos, significam Pinochet” (GALEANO, 1978 p. 130).

O golpe de Pinochet escancarou contradições do neoliberalismo, associando seu caráter sanguinário e totalitário à destruição do Estado de bem-estar social, o que conforme Andrade (2019) fez com que os defensores do “novo sistema” negassem a utilização do conceito:

[...] no mesmo momento em que a visão neoclássica se convertia na nova ortodoxia econômica, não havendo mais a necessidade estratégica de nomear a própria posição, mas de naturalizá-la. (BOAS; GANS-MORSE 2009, *apud* ANDRADE, 2019, p. 212).

Este esforço por naturalizar o neoliberalismo pode ser compreendido a partir da dimensão de seu impacto na subjetividade dos sujeitos sob sua rege, quando a

dinâmica empresarial e concorrencial invade esferas da existência humana que não estavam sob a lógica mercantilizada.

Na trilha dos anos seguintes, Margaret Thatcher e Ronald Reagan, respectivamente primeira-ministra britânica e presidente do EUA, desempenharam poderoso protagonismo na década de 1980, ao ancorar duas das maiores nações do capitalismo hegemônico à tendência neoliberal. Este período caracterizou-se pelo arrocho aos gastos públicos, privatização de seguimentos e serviços públicos, maior liberdade ao mercado financeiro, flexibilização do mercado de trabalho e forte repressão às mobilizações da classe trabalhadora.

Com a queda da URSS, os precursores do neoliberalismo vislumbravam a aplicação de seu modelo de política econômica sem a disputa direta de outros modelos de organização social, aprofundando seus parâmetros de encurtamento do papel protetor do Estado e entrelaçando um novo modo de gerir a sociabilidade global – “uma nova razão do mundo” (DARDOT; LAVAL, 2016) – agora financeirizada, desregulada, fragmentada, competitiva e mercantilizada.

1.1.2 Alguns apontamentos sobre o neoliberalismo pós redemocratização

O anzol da direita fez a esquerda virar peixe
(Esquiva da Esgrima, Criolo)

No Brasil, o neoliberalismo aparece com mais forma entre o fim da década de 1980 e início da década de 1990, com a eleição do presidente Fernando Collor de Mello, mas sob um contexto de incompatibilidade ao concebido pela sociedade brasileira, sobretudo em relação ao papel atribuído ao Estado pela Constituição Federal de 1988.

Fernando Collor simbolizava o perfil ideal da propaganda neoliberal, o “caçador de marajás” encravava nos servidores públicos o alvo da hostilização contra o que considerava ser uma série de privilégios nas condições de trabalho deste seguimento, associando-as à necessidade de se reduzir o tamanho do Estado brasileiro para cortar custos.

A década de 1990 ficou marcada pela consolidação do neoliberalismo brasileiro com o governo de Fernando Henrique Cardoso, eleito à presidência da república em 1994 a partir de seu desempenho com a implementação do Plano Real enquanto

ministro da fazenda de Itamar Franco (empossado após a queda de Collor “empichado”).

Enquanto Presidente da República, FHC deu continuidade às medidas implementadas no ministério da fazenda, posicionando a neoliberalização do Brasil para além de uma tendência, mas como política econômica de Estado. Behring (2018):

Ali se iniciava a primeira fase consistente do neoliberalismo no Brasil, pois FHC foi eleito para a Presidente, alçado pelo sucesso do Plano Real, e em 1995 sua equipe, tendo à frente Luiz Carlos Bresser Pereira, fórmula aquele que pode ser considerado um documento orientador de período e talvez o mais forte elemento de continuidade pós constitucional: o Plano Diretor da Reforma do Estado PDRE, 1995). Behring (2003) realiza a análise da direção e significado do PDRE, caracterizando o projeto de FHC/Bresser Pereira como uma contrarreforma do Estado. (BEHRING, 2018, p. 3).

Não somente em busca da estabilidade econômica, a política neoliberal delineava-se em suas características, enalçando concepções de ajuste fiscal, reduzindo investimento em políticas públicas e elevando juros para maximização de lucro a partir do deslocamento de capital em cadeia produtiva para a financeirização especulativa, conforme Paulani (2017), adotando:

[...] uma política monetária bastante rígida, com juros reais elevadíssimos. Em paralelo, entraram em cena outras medidas visando beneficiar diretamente o capital financeiro, como a isenção tributária a ganhos financeiros de não residentes e àqueles recebidos sob a forma de dividendos, alterações legais para dar mais garantias aos credores do Estado e reforma previdenciária, para cortar gastos públicos e abrir o mercado previdenciário ao capital privado. (PAULANI, 2017, p. 92).

No contexto do fervor das lutas pela redemocratização e instituição de um Estado garantidor, movimentos sociais e o principal partido de esquerda de massa (o PT – Partido dos Trabalhadores) tentavam resistir aos avanços da neoliberalização no Brasil da década de 1990. Naquele momento, movimentos como o MST⁶ e a grande “Marcha dos Cem Mil de Brasília” tensionavam o governo por reforma agrária, transparência contra as privatizações de estatais e a efetivação do caráter universalista pressuposto na Constituição Federal.

⁶ Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Em declaração sobre a lei das concessões, FHC demarcava que seu governo projetava abandonar o legado de fortalecimento do Estado brasileiro ao “virar a página do Getulismo” para a “introdução da reengenharia no governo”⁷, o que segundo Sader (2013):

Quando disse que ia ‘virar a página do getulismo’ na história do Brasil, FHC revelava a consciência clara de que o Estado regulador, protetor do mercado interno, indutor do crescimento econômico, que garantia os direitos sociais e promovia a soberania externa era um obstáculo frontal ao modelo neoliberal. Buscou desarticulá-lo, reduzindo-o ao Estado mínimo, a favor da centralidade do mercado. Desregulamentou a economia, abriu o mercado interno, promoveu a precarização das relações de trabalho, privatizou o patrimônio público a preços mínimos, submeteu a política externa às orientações dos Estados Unidos. (SADER, 2013, p. 137-138)

Entretanto, com o “enxugamento” do Estado e o aumento dos índices de pobreza, a classe trabalhadora precarizada, terceirizada e desprotegida dava sinais de que precisava ter atendidas as suas necessidades. Assim, ao distanciar o Estado da responsabilização pública através de uma reforma administrativa, deslocava-se a absorção de suas contradições para a esfera privada, o que conforme Duriguetto, Souza e Silva (2009) viria a desmobilizar a arena da disputa pública e abrir espaço ao terceiro setor, que:

É neste chamado “terceiro setor” que o Estado, sob o ideário neoliberal, opera uma resignificação do conceito de sociedade civil. O Estado passa a investir na participação da sociedade civil, mas não na direção do controle social na gestão e implementação das políticas sociais como demandado pelos movimentos sociais, mas na direção de transferir a ela o papel de agente do bem-estar social. Sociedade civil é aqui transformada em uma esfera supostamente situada para além do Estado e do mercado, cabendo a ela uma atuação na área social, sob o invólucro da solidariedade, da filantropia e do voluntariado. Ou seja, há, aqui, um esforço ideológico de despolitização da sociedade civil, concebendo-a como reino da “a-política” e do “a-classismo. (DURIGUETTO; SOUZA; SILVA, 2009, p. 16)

Ao fim de seu mandato, FHC lidava com reflexos semelhantes ao das experiências neoliberais que o antecederam. A concentração de riqueza, obscurantismo no trato de esquemas de corrupção, o desemprego, crise de

⁷ Em declaração após a sanção da Lei das Concessões, (Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995), conforme matéria da Folha de São Paulo (FHC..., 1995).

abastecimento energético, crise internacional, falência de bancos públicos e privados e o aprofundado endividamento público com empréstimo de organismos financeiros internacionais (como o FMI) ampliava os índices de desigualdade e demonstrava que a condução neoliberal adotada em seus dois mandatos não era suficientes para prover desenvolvimento e distribuição, culminando na chegada ao poder de seu principal opositor político: Luiz Inácio Lula da Silva.

Após quatro tentativas, finalmente o Partido dos Trabalhadores (PT) alcançava a presidência da república com a vitória de Lula em 2002, permanecendo na presidência por dois mandatos e alçando a primeira mulher eleita Presidente da República do Brasil, Dilma Roussef, por um mandato completo e outro golpeado pela metade. Ainda assim, mesmo com a mudança de quem se sentava na principal cadeira do poder executivo nacional a régua neoliberal não foi definitivamente escanteada.

Não há consenso em relação a categorização dos governos petistas em suas características de política econômica. Enquanto autores classificam o período como desenvolvimentista, outros compreendem que a ausência de um projeto de desenvolvimento pré-concebido antes da chegada ao poder não permite esta classificação, identificando elementos de aparência desenvolvimentista, mas com inclinação e fundamentação neoliberal (PAULANI, 2017).

Sader (2013) classifica o período petista como o de um governo “pós-neoliberal”, apontando três traços⁸ que evidenciam sua forma de “reação anti-neoliberal”, sendo: I) enfoque em políticas sociais para além do ajuste fiscal; II) posicionamento da política externa com parcerias pela chamada “cooperação sul-sul”⁹; e III) responsabilização do Estado como promotor do crescimento e distribuição de renda.

Ressalvas sejam feitas, conforme indica Paulani (2017), apesar de não haver explicitamente um projeto desenvolvimentista antecessor à chegada ao poder (pouco

⁸ Sader (2013) destaca que estes traços compõem características de outros governos latino-americanos que representaram reações antineoliberais, semelhantes à brasileira. Essas reações reposicionavam os países sul-americanos ao fortalecimento interno pela via das políticas sociais e o fortalecimento externo com a integração econômica entre seus componentes, deslocando a direção de desenvolvimento dos parâmetros do capitalismo central assentados na lógica neoliberal.

⁹ É o formato de cooperação internacional entre países do sul global, considerados em desenvolvimento.

menos no interior da “carta ao povo brasileiro”¹⁰) e a continuidade da política macroeconômica de FHC, os governos petistas adotam “políticas sociais de alto impacto” (PAULANI, 2017), como o Bolsa Família e a facilitação de acesso ao ensino superior, contribuindo ao avanço na superação parcial das desigualdades brasileiras, contudo sem comprometer a dilatação da financeirização da economia.

Avançando ao Governo Dilma, sobretudo do segundo mandato, a política econômica adotada tinha viés conservador, orientado pelo arroxo nos gastos públicos e uma série de medidas que não só fracassavam em enfrentar a crise econômica externa e interna, mas também não empenhava fôlego à crise política e de popularidade. Enquanto o governo era deslegitimado pelos setores representativos das grandes elites, também adotava medidas consideradas “antipovo”, ao avançar no desmantelamento de direitos sociais com contrarreformas e ainda desonerar e conceder ampliação do setor privado aos bens públicos.

O prejuízo na arrecadação, a redução de investimento público e consequente avanço do mercado não sustentaram o governo que, contra a inflamação das ruas reacionárias em 2015, não conseguia disputar a própria manutenção apenas com os setores populares que tentavam resistir ainda que em apoio crítico.

Em um cenário de descrédito à política, enviesado aos espectros mais afinados à esquerda pelo “lavajatismo”, a burguesia logrou a oportunidade de em um “grande acordo nacional estancar a sangria”¹¹. A fala do Senador da República Romero Jucá correspondia – mas não só – ao confronto entre judiciário e classe política, cada vez mais desmoralizada, contudo, representava também a alçada de Michel Temer à presidência da República.

Michel Temer agia nos bastidores minando o governo que fazia parte e alegava cumprir papel figurativo. Assim, com uma carta encaminhada à Presidente Dilma, endossava a desestabilização política conjuntural, ensaiando seu golpe e o redirecionamento à agenda neoliberal mais profunda.

¹⁰ A “Carta ao povo brasileiro” foi um documento assinado pelo então candidato Luiz Inácio Lula da Silva durante a campanha à Presidência da República em 2002 pelo PT (Partido dos Trabalhadores) (SILVA, 2002).

¹¹ “Grande acordo nacional” e “estancar a sangria” são trechos retirados de uma gravação entre Romero Jucá (então Senador pelo MDB-RR e Ministro do Planejamento afastado) e Sérgio Machado (empresário da Transpetro) em conjectura sobre os caminhos da situação política do país. Na época, o diálogo reforçou os indícios de trama golpista contra Dilma Rousseff e o plano de intervenção à operação lava jato que avançava contra a classe política (“A SOLUÇÃO...”, 2016).

A propósito, a carta mencionada reclamava atenção à plataforma de projeto de país que se concretizaria com a tomada de poder por Michel Temer, a “Ponte para o futuro”.

O duro golpe à Presidente Dilma Rousseff – democraticamente reeleita com cerca de 54 milhões de votos – reinaugura a agenda neoliberal às entranhas do direcionamento político e econômico do Brasil.

1.1.3 Trafegando pela “Ponte Para o Futuro”: Neoliberalismo no Brasil pós Golpe de 2016

Abel tinha um irmão, mas Caim tinha a malícia
(Esquiva da Esgrima, Criolo)

Em 2016, Michel Temer (o vice decorativo) sobe à presidência da república – primeiro interinamente e depois efetivado a partir do afastamento em definitivo de Dilma Rousseff. Com ele é elevada ao Estado brasileiro sua “Ponte Para o Futuro”, avalizada pela mídia, mercado financeiro, judiciário, congresso nacional e seguimentos conservadores e reacionários da sociedade.

O documento, formulado pelo seu partido (PMDB¹²), concentrava-se em balizar “uma agenda para o desenvolvimento” organizada em três pilares: I) ampliação do setor privado, II) abertura econômica ao mercado externo e III) legislar a partir da “livre iniciativa” e “livre competição” (PONTE PARA O FUTURO, 2016), ou seja, a favor do grande capital, vislumbrando desenvolvimento, “crescimento econômico sustentado” e superação ao período de “gastança” dos governos anteriores, reescrevendo um cenário de revigoração do neoliberalismo no Brasil.

Outro traço do documento consistia na necessidade de se instituir um novo regime fiscal, frente as distorções consideradas impraticáveis no interior da Constituição Federal de 1988.

Se na década de 1990 e primeira metade da década de 2010 as políticas de austeridade não resultaram em crescimento e pouco menos em recuperação econômica, a ponte para o futuro forjava o que seria a mais dura política fiscal a ser adotada até aquele momento da nova república, exprimindo uma verdadeira “pinguela

¹² Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Em 2017 aprovou a mudança de seu nome, retornando à sigla MDB (Movimento Democrático Brasileiro) na tentativa de alterar a imagem do partido junto a sociedade (BEDINELLI; BENITES, 2017).

para o passado”¹³ ao pautar contrarreformas que desmantelaram com mais profundidade direitos trabalhistas e previdenciários, além de alastrar à Petrobras um programa de privatização e financeirização sem precedentes.

Seria de se imaginar que, ao substituir Dilma Roussef e apoiado pelo monopólio midiático formador da opinião pública, Michel Temer contaria com índices de popularidade que o sustentariam na implementação de medidas impopulares, mas isso não aconteceu.

Em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura em 2019 (n.p.), Michel Temer atribuiu aos seus baixos índices de aprovação o sucesso pela implementação do Teto de Gastos:

Eu aproveitei a minha impopularidade, você sabe que logo que eu assumi eu já era meio impopular. Digamos que 40% eram petista ou partido coligado era contra mim, os outros 40% se irritavam comigo porque eu tinha sido vice da Dilma. Eu já entrei com 80% contra, sobram 20% lá que mais ou menos nós fomos trabalhando e realmente a minha impopularidade me ajudou a fazer o que eu fiz. Você sabe que se eu fosse extremamente popular eu teria dificuldade de conseguir aprovar um teto de gastos públicos, porque o que o governante mais quer e o que o povo mais quer é que gaste a vontade não importe o que vai acontecer com o país

Temer expressava a dissonância entre governo e povo, que recusava a implementação de um plano que retrocedesse nos seus direitos, motivando a articulação de diferentes frentes de luta e resistência.

Coelho (2022) resgata o primeiro grande ato unificado¹⁴ das organizações “Frente Brasil Popular” (FBP) e “Frente Povo Sem Medo” (FPSM), em junho de 2016, pela saída de Michel Temer que havia recém completado um mês a frente do governo que naquela data ainda era interino.

¹³ O termo “Pinguela para o passado” foi retirado da charge de mesmo nome de autoria do cartunista “Marcio Baraldi” em sátira ao projeto “Ponte para o futuro” do governo Michel Temer e seu grupo político.

¹⁴ A FPSM e a FBP compunham um conjunto diversificado de movimentos sociais, centrais sindicais, partidos e organizações políticas de esquerda desde 2015, quando a crise política envolvendo o governo Dilma se acentuava, entretanto, a dificuldade de construir unidade impedia a concretização de um ato unificado. Coelho (2022) indica que as duas frentes surgem em momentos semelhantes, mas com análises diferentes em relação ao cenário político instalado, desde a composição das organizações (uma com e outra sem partidos políticos ou movimentos pró-governo em seu interior) até a leitura da conjuntura em curso, discordando em relação à trama de golpe instalada.

Ao longo de seu mandato, se expressava nas ruas o principal *locus* de enfrentamento às medidas de caráter neoliberal, como a Lei da Terceirização, a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência e o contingenciamento fiscal.

Efetivado na presidência da república, e ilegítimo pelas urnas, o projeto de desmonte de Michel Temer precisava de sustentação para sua efetivação. Assim, a “Ponte Para o Futuro” procura por meio de uma Emenda Constitucional a materialização de seu legado de desmanche e retrocesso.

A Emenda Constitucional 95, de 15 de dezembro de 2016, instituiu o novo regime fiscal brasileiro, estabelecendo o que ficou conhecido como “teto de gastos” ao orçamento e seguridade social, estimando vigorar por vinte anos e produzindo o que Behring (2018) põe luz enquanto “estragos monumentais”, com encolhimento de políticas públicas como a da assistência social, saúde, previdência e habitação.

Além disso, em 2017 avançam a Lei da Terceirização e a Reforma Trabalhista¹⁵, flexibilizando as regras para contratação de trabalho temporário e revisando dispositivos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), sob o pretexto de crescimento econômico e geração de novos empregos.

Em razão de uma intervenção militar¹⁶ no Estado do Rio de Janeiro, a Reforma da Previdência não vigorou enquanto Michel Temer esteve na presidência. Contudo, seu período ficou marcado pela reorientação do Estado aos interesses do mercado, fragilizando conquistas e garantias fortalecidas durante os governos petistas.

Se a Ponte para o futuro sugeria a edificação de “um sonho de unidade”, o “decisivo teste” submetido à sociedade brasileira revelou a cobiça por trás de quem, cercado de privilégios e exploração, já detinha a centralidade na dinâmica de acumulação e concentração da riqueza.

¹⁵ Consultar CFESS, 2017.

¹⁶ Consultar CFESS, 2018a.

1.2 “O BRASIL NÃO PODE PARAR”? EXTREMA DIREITA, ULTRANEOLIBERALISMO E COVID-19

1.2.2 Botam os ovos, aquecem o ninho, ficam as cascas

Milianos, mal cheiro e desengano
(Esquiva da Esgrima, Criolo)

O desabotoar da extrema direita não é um problema exclusivo do Brasil na história recente das democracias liberais. Do EUA à Europa, lideranças políticas movidas pelo reacionarismo difundem o pensamento conservador e protecionista, utilizando a demagogia do discurso nacionalista para apelar a pontos delicados que se colocam como de interesse comum e centralmente contestatórios ao *establishment* concebendo conjunturas e quadros políticos de extrema direita (sinônimo para “simpatizantes de modelos fascistas”).

Em “Crítica do Fascismo”, Alysson Mascaro nos dá o ponto de partida para compreender a chegada da extrema direita aos mais altos cargos públicos do Brasil. Mascaro (2022) distingue três¹⁷ abordagens sobre o fascismo a partir da filosofia do direito, nos interessando recorrer à abordagem marxista ao tema, que segundo o autor se difere das outras duas ao considerar fatores da economia política e sua incidência nas características do nazifascismo.

Mascaro (2022) reúne as análises de diferentes autores marxistas¹⁸ para compor sua crítica ao fascismo. Em síntese, discorre que as condições na estrutura da dinâmica social refletem diretamente no conjunto das relações sociais, e que a

¹⁷ Para Mascaro (2022), as abordagens “juspositivistas” concentram-se nas instituições, tanto para explicar o aparecimento do fascismo quanto para encontrar soluções para o fenômeno; no campo das abordagens não “juspositivistas”, o fascismo é explicado no âmbito dos valores morais, quando existem sujeitos maus ou bons, entusiastas ou combativos ao movimento fascista; por último, a abordagem marxista teria repertório suficiente para cercar as causas que desaguarão no fascismo a partir da categoria marxiana de “totalidade”, ao combinar questões estruturais do sistema capitalista com aspectos conjunturais do tempo histórico originário do fascismo.

¹⁸ Dentre eles, destacamos Michael Kalecki com a análise sobre o pleno emprego ser antessala ao fascismo; Charles Bettelheim com o debate sobre o subconsumo ser um problema do capitalismo presente na Itália e Alemanha, esgarçando as condições de vida e abrindo espaço para a tendência fascista; Ernst Bloch, com a perspectiva de que existem “diferentes temporalidades” no interior do capitalismo do início do século XX, com diferentes modos de vida e diferentes valores de sociedade, dificultando as bases de coesão e causando choque entre grupos; Franz Neumann e Sohn-Rethel com a discussão de que o fascismo não advém de uma força autoritária individual mas da aglutinação de fragilidades que definem inimigos externos para concentrar forças e se sustentar; e Nicos Poulantzas com a análise sobre os anseios expansionistas utilizarem do “imperialismo” para este fim, consequentemente aproximando e/ou caracterizando-se por tendências fascistas.

dinâmica do sistema capitalista (provedor de crises) tem significativa influência na formação e consolidação do autoritarismo da primeira metade do século XX, demonstrando que o fascismo “é sempre uma possibilidade do capitalismo em sua reprodução, dada suas contradições e crises” (MASCARO, 2022) – um não se sustentaria sem o outro.

Ainda sob o exposto por Mascaro (2022), cabe destaque à análise tecida por Antonio Gramsci sobre o fascismo, ao que nos parece conceber uma avaliação precisa a partir da concepção de uma “crise de hegemonia”, que aludimos como um esgotamento da capacidade de direção dos setores políticos nacionais italianos e a insuficiência nos movimentos socialistas em propor alternativas sucederam a crise de hegemonia antecessora ao fascismo.

Para Mascaro (2022) expressaria, portanto, na crise de hegemonia uma “crise de autoridade”, pois:

Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais “dirigente”, mas unicamente “dominante”, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam etc. A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados. (GRAMSCI, 2000 *apud* MASCARO, 2022, p. 25).

Esta crise seria o fundamento do (nazi)fascismo, articulando os determinantes interligados entre as estruturas e superestruturas sociais, as relações a partir destas e os seus efeitos ao engendramento do movimento autoritário.

Assim Alysson Mascaro, nos convida a observar como a linha autoritária foi se instalando no pós primeira-guerra a partir da melancolia de países em crise, incapazes de fornecer saídas à problemas de ordem social e econômica herdados do período entreguerras e acentuados pela ordenação do capitalismo. Vale salientar que a gestação da Alemanha nazista passa, essencialmente, por questões semelhantes ao aparecimento do fascismo na Itália que lidava com a forte contradição entre o desenvolvimento capitalista industrial do norte e as penúrias da vida campestre no sul (MASCARO, 2022).

O pano de fundo destas conjunturas sugere que os efeitos das crises no primeiro grau das necessidades de subsistência das populações (fome, emprego, renda) com o intrincamento de novos parâmetros de sociabilidade reconfigurados pelas

sequelas do alargamento do sistema capitalista podem ebulir contradições capazes de instituir fissuras no interior da dinâmica das relações sociais, que ao não encontrarem saídas coletivas e unificadas ordenam-se pelas “soluções de força” apegadas à “líderes carismáticos” (MASCARO, 2022). Neste *interregno* o fascismo logrou sucesso, ainda que para o capital tenha se feito necessário abrir mão das ditas liberdades individuais/fundamentais em nome da inviolável liberdade da acumulação privada.

A análise de Mascaro nos faz pensar no fenômeno fascista por uma aproximação apoiada na categoria marxiana de totalidade, de modo que a realidade não se apresenta de forma fragmentada, com causas isoladas e efeitos particulares. Assim, nos interessa cercar nossa reflexão por esta mesma orientação, tentando captar mais amplamente os desdobramentos do tempo histórico que ascendeu a extrema direita ao poder, que no caso do Brasil, havendo diferentes elementos indicativos à esta compreensão.

O senso comum nos sugere que o antipetismo tenha servido de “leito ao ovo da serpente”¹⁹, entretanto para se costurar uma análise mais precisa se faz necessário destacar a convergência de fatores externos e internos decisivos aos rumos políticos, econômicos e sociais do país.

Externamente, a crise do sistema financeiro internacional em 2008 – decorrente do agudo processo de desregulamentação do capital fictício pelo viés neoliberal contínuo desde a década de 1980 – derivou de expressiva redução na taxa de lucros das elites econômicas ao redor do mundo, que respondeu com medidas contrarreformistas, nos termos de Behring (2021), “aumentando a exploração do trabalho pela reestruturação produtiva e pressão sobre os salários combinada à expropriação de direitos, na busca pela ampliação da taxa de mais-valia” (BEHRING, 2021, p. 131), inclusive no interior dos Estados que, endividados para salvar os bancos, “lançaram planos de austeridade e punção fiscal sobre os trabalhadores para se sustentarem” (BEHRING, 2021) – elevando índices de desemprego e desigualdade ao redor do mundo globalizado.

¹⁹ Em referência ao filme “O ovo da serpente” (1977) do diretor Ingmar Bergman. Recentemente a expressão metafórica foi utilizada como alerta aos riscos embutidos na possível reeleição do Presidente Jair Messias Bolsonaro durante o pleito das eleições gerais de 2022, assim como nos lembra Behring (2021) em seu texto “A serpente está solta, destilando veneno”.

Internamente, não se pode ignorar o espírito do antipetismo e negação à classe política como um todo, mas também destaca-se a “lava jato” com a bandeira de combate à corrupção, a instabilidade política e econômica do segundo mandato de Dilma Rousseff, a promoção de setores econômicos e contramovimentos sociais (de direita) na disputa do direcionamento da esfera pública, e o descontentamento de seguimentos médios da sociedade brasileira que se sentiam abandonados na consideração de seus valores morais.

Consolidado enquanto principal partido de esquerda, lidar com o antipetismo não era novidade para o PT. Entretanto, seu papel na disputa política após a redemocratização, as manifestações de 2013 e o mensalão após os dois primeiros mandatos de Lula não constituíram tamanha força ao antipetismo quanto aos vistos entre 2015 e 2016²⁰.

A Lava Jato e a instabilidade do segundo mandato de Dilma adensavam a rejeição ao governo e ao Partido dos Trabalhadores. A bandeira de combate à corrupção jurava alcançar toda a classe política e suas deformidades, atribuindo à esta (classe política) a razão dos problemas estruturais do Brasil, como se a formação sócio-histórica do último país das américas a abolir a escravidão, as ressonâncias da ditadura anistiada, e o lugar ocupado na cadeia capitalista não tivessem seus reflexos nas disparidades que formatam a desigualdade brasileira.

A operação desdobrava-se contra políticos e agentes privados de diferentes ordens partidárias, entretanto a vara de Curitiba (com a maior concentração de petistas processados) enquadrava o PT como principal operador da corrupção brasileira.

Nas ruas, movimentos conservadores enchiam as manifestações enredando a crise política e econômica do segundo mandato de Dilma à pauta moral. É fato que esta onda de contestações já estava instalada desde 2013, mas em 2015 ressaltavam-se os contramovimentos da direita reacionária.

Convergia-se um cenário de disputa desfavorável ao PT e aos outros partidos de esquerda, mas não sem a representação da elite econômica tensionando em “não pagar a conta” da “corrupção petista”:

²⁰ Conforme reportagem assinada pela Carta Capital (2016), na eleição de 2016 o PT precisou lidar com um expressivo encolhimento a frente de prefeituras por todo o país, perdendo cerca de 60% dos municípios conquistados no pleito de 2012. Além disso, o partido conseguiu vencer em apenas 1 capital – Rio Branco/AC –, [...] com destaque para a frustrada campanha de Fernando Haddad em São Paulo, onde João Dória, do PSDB, acabou eleito com 53% dos votos. (EM 4 ANOS..., 2016).

Assim, em um contexto de conluíus e negociatas, as elites do capital juntam-se às forças políticas da direita e do conservadorismo, deflagrando, com protagonismo do Congresso e respaldo do Judiciário, um Golpe para impor o neoliberalismo mais violento e brutal, a viabilizar a volta de um capitalismo selvagem, sem quaisquer controles democráticos. Inegavelmente, esta crise contemporânea brasileira, decorrente da ruptura do pacto pelas elites, constitui o chão histórico onde se gesta, toma amplitude e se consolida o Golpe de 2016. (COUTINHO et al., 2020, p. 143).

Judiciário, elite econômica e a classe média contracenavam ao palco, içando o governo ilegítimo de Temer à condução do país como alternativa imediata e temporária, contudo preparando o cenário da peça (leia-se tragédia) do próximo pleito eleitoral à entrada em cena de um personagem ainda abstrato, entretanto legitimado pelas urnas, ainda que nitidamente trajado por tendências fascistas.

Em outubro de 2018 Jair Messias Bolsonaro é eleito Presidente da República do Brasil. O discurso moralista, conservador, reacionário e autoritário fazia-se presente desde antes da campanha, conforme Barreto Jr. (2022) reúne em mais de 3500 frases a concepção de mundo de Bolsonaro e de seus simpatizantes ao longo dos últimos 30 anos, afrontando liberdades individuais e valores democráticos.

Durante a campanha presidencial, Bolsonaro apresentou à sociedade um plano de governo com destaque para três frentes estratégicas que caracterizariam o bolsonarismo em sua prática: a ideologização, o autoritarismo e a ultra neoliberalização.

Na primeira frente propunha-se acabar com o “marxismo cultural” e suas derivações como o “gramscismo” (PLANO DE GOVERNO, 2018) e “expurgar” referenciais intelectuais brasileiros com notório reconhecimento internacional – como Paulo Freire – justificando o combate ao que denominava por “doutrinação” e “sexualização” precoce de crianças, além de avançar contra o sistema público de educação com a ideia de expansão do sistema de ensino cívico-militar enquanto modelo de qualidade – em claro saudosismo aos tempos ditatoriais.

A veste autoritária mostrava-se no plano de governo em diferentes formas. No campo da segurança pública era explícito o teor punitivista pela proposta de revisar dispositivos legais em torno da redução da maioridade penal e outros direitos da população carcerária, mas também pela proposta de flexibilização do porte de armas regada à deturpação conceitual do “direito de legítima defesa” e “excludente de

ilicitude”, incorporando em civis e forças de segurança a crença pela justiça arbitrária e avessa ao estado democrático de direito – verdadeiras licenças para matar.

Ainda sob o manto do autoritarismo, Bolsonaro articulava em seu plano de governo os temas de combate à corrupção e violência, coincidentemente ou não na mesma tendência da opinião pública que os elencava²¹ entre os principais problemas do país. Assim, salientava-se a simpatia ao projeto “10 Medidas Contra a Corrupção”, idealizado pelo MPF e incorporado pela campanha de Bolsonaro, endossando o caráter abusivo impregnado em setores do judiciário, denominado como *lawfare*²² conforme Zanin, Martins e Valim (2019) conceituam.

Na economia, a direção proposta passava pela rota da ortodoxia fiscal (PLANO DE GOVERNO, 2018), fundamentando-se no enxugamento do Estado, nas privatizações e à inclinação por uma economia mais aberta que, somadas às (contrar)reformas estruturais, garantiria crescimento e liberdade econômica – *modus* e falsas promessas neoliberais.

Em declarações públicas, Bolsonaro, então candidato, afirmava não entender de assuntos econômicos, mas que tinha seu “Posto Ipiranga” – Paulo Guedes – de prontidão em um “perfeito casamento” que recolocaria o país nos trilhos após décadas de instituições corrompidas pelos interesses de poucos em detrimento da maioria. Para esta análise, dedicamos um tópico exclusivo a seguir, aludindo de antemão que o “faz tudo” da economia embasava-se em sua formação pela Escola de Chicago para definir o conjunto das políticas econômicas que deveriam ser adotadas.

A evidente “crise de hegemonia” (na acepção gramsciana) que decorreu no Brasil, e que abordamos neste tópico, demonstra a perda de direção (também na acepção gramsciana) que a elite política e econômica brasileira lidou na primeira metade da década de 2010.

Estimulados por esta mesma elite, a negação aos referenciais políticos, o descredito às instituições, a recusa pelo avanço dos desnivelamentos sociais e

²¹ Conforme pesquisa realizada pelo Datafolha (sob o registro BR-02376/2018) e veiculada pela Folha de São Paulo sob o título “Para eleitores saúde e violência são os principais problemas do país. Folha de São Paulo, 11 de setembro de 2018.” Além da saúde (23%) e violência (20%), a corrupção e o desemprego (14% cada) e a educação (12%) aparecem enquanto assuntos prioritários à nação daquele período.

²² *Lawfare* é “o uso estratégico do Direito para fins de deslegitimar, prejudicar ou aniquilar um inimigo” e “o *lawfare*, notadamente *lawfare* de natureza política é permeado de um ativismo judicial que busca no ‘combate à corrupção’ uma de suas justificativas prediletas e do qual derivam profundas distorções na dinâmica democrática pela fraudulenta santificação e demonização de atores políticos” (MARTINS; MARTINS; VALIM, 2019, p. 26; 32)

culturais, e o encolhimento das condições objetivas de manutenção da vida inclinou a sociedade brasileira ao feitiço das soluções autoritárias como resposta aos complexos desconfortos do amadurecimento da vida social, em semelhança aos gatilhos disparadores do autoritarismo nazifascista do início do século XX.

Também em semelhança, a elite hegemônica de nosso tempo optou por apadrinhar permanentemente a serpente do autoritarismo que nascia. Em nome de garantir o “domínio pelo lucro”, renunciou ao “lucro pelo consenso”, gestando o ovo da serpente, aquecendo seu ninho e relegando ao povo brasileiro as cascas do retrocesso.

1.2.3 O Ultraneoliberalismo Bolso-Guedes

Osiris olhe por mim, me afaste de Diabolyln
(Esquiva da Esgrima, Criolo)

Ainda sob a ótica de seu plano de governo, a agenda econômica bolsonarista oferecia semelhanças às medidas adotadas no período anterior, do ex-presidente Michel Temer. Orientado pelos princípios do “tripé macroeconômico”, Bolsonaro esboçava a divisão da economia em: “dois organismos principais: o Ministério da Economia e o Banco Central, este formalmente independente, mas alinhado com o primeiro.” (PLANO DE GOVERNO, 2018). Colocava-se o viés de um governo encurvado aos interesses do mercado, capaz de ceder ainda mais espaço, inclusive na transferência do controle do principal órgão da política monetária nacional.

Se o ditado popular diz que “promessa é dívida”, é possível verificar a iniciativa do governo Bolsonaro, já eleito e no controle da máquina pública, em entregar o prometido aprofundamento da economia sob a régua neoliberal.

O ano de 2019 ficou marcado pela continuidade do governo golpista de Michel Temer, sobretudo pelo avanço e efetivação da contrarreforma da previdência, interrompida no ano anterior em meio às crescentes mobilizações de movimentos sociais tensionando os termos apresentados.

A semelhança também se colocava a partir da compreensão da origem dos problemas econômicos do país. Bolsonaro apostava na reconfiguração dos gastos públicos (o tamanho do Estado), ao que considerava existir excessivos custos em um “setor público lento, aparelhado, ineficiente, e repleto de desperdícios” (PLANO DE

GOVERNO, 2018), apontando para a redução destes gastos, somadas às reformas estruturais e privatizações como ferramentas de superação do quadro de *déficit* público para *superavit* ainda na primeira metade do governo que propunha – sempre sob a concepção central da economia de mercado e a proteção à propriedade privada.

Sobre os direitos assegurados por estes “excessivos custos”, cabe destaque de Behring (2021):

Foram 31 anos de ataques sistemáticos ao conceito de seguridade social, aos direitos de Previdência Social, saúde, assistência social e trabalho ali previstos e, destacadamente, ao seu financiamento. (BEHRING, 2021, p. 215)

Essa justificativa ocorre desde a década de 1990, o argumento deficitário, especialmente, na falácia de um sistema previdenciário inchado e custoso.

Apesar das contenções²³, a contrarreforma não perdeu sua base predatória. Em brilhante análise, Elaine Behring (2021) nos demonstra no texto “Covardia, racismo e manutenção de privilégios: a contrarreforma de 2019” que os critérios de acesso ao novo sistema previdenciário constituíam-se em ataques ainda mais duros aos seguimentos vulneráveis da classe trabalhadora (mulheres, negros e negras), encolhendo aposentadorias específicas de pensionistas e aposentados por invalidez, além de aumentar o tempo de contribuição (anos de trabalho e faixa etária) em um contexto de precarização do trabalho formal e ampliação do trabalho informal, aprofundando a exploração da força de trabalho.

Nos anos seguintes, já sob o contexto da pandemia de COVID-19, o governo se organiza na agenda econômica pelo âmbito de privatizações mais robustas, mostrando os dentes estimulada pela oportunidade de abocanhar bens públicos, pretendendo comercializar imóveis federais e privatizar empresas públicas, estimando a concessão e venda de bancos e estatais com maior relevância ao mercado, como a Caixa, Banco do Brasil, Petrobrás, Eletrobras e Correios – dentre estes, o desmonte avançou adentro da Eletrobrás, já em 2022.

Destacam-se ainda a flexibilização em regulamentações do mercado pela lei de liberdade econômica, a medida provisória da carteira verde e amarela, a

²³ Infimamente comedida, a contrarreforma da previdência recuou em seu texto final em mudança das regras de aposentadorias rurais e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), e na proposta de capitalização do sistema previdenciário aos traços da experiência do Chile pinochetista – modelo reconhecidamente malsucedido, ebulidor dos recentes levantes, da eleição da esquerda chilena a La Moneda, e do desafio de uma nova constituinte.

aproximação da política de saneamento básico ao mercado, a inclinação do ministério da educação aos interesses do capital e a efetivação da independência do Banco Central. Esta última, um verdadeiro “cheque em branco para banqueiros” (FATORELLI, 2021), conforme aponta a Auditoria da Dívida Pública em artigo publicado à época.

Assim, a orientação econômica bolsonarista riscava suas linhas na conversão de um neoliberalismo já fracassado em um ultra neoliberalismo vigoroso, capaz de romper qualquer limite posto à sua maneira de acumulação.

Em projeções sobre o impacto do Teto de Gastos, caso estivesse em vigor nos treze anos anteriores de sua elaboração, o DIEESE estimava que:

[...] os gastos com educação e saúde teriam sido significativamente menores se as regras propostas pelo governo tivessem sido implementadas desde 2003. No caso da educação, com a nova regra, a redução seria de 47%, no período. Já em relação às despesas com saúde, a redução seria de 27%. Em relação ao montante de recursos, a perda na saúde, entre 2002 e 2015 teria sido de R\$ 295,9 bilhões e, na educação, de R\$ 377,7 bilhões. (DIEESE, 2016, p. 9)

Especificamente sobre a política de saúde, em 2015 a EC nº 86²⁴ estipulava o piso de investimento federal aos anos subsequentes, partindo de 13,2% em 2017 com aumento progressivo que alcançaria 15% da RCL²⁵ em 2020, distante do reivindicado pela sociedade a partir do PLC 231/2013 de origem do Movimento Saúde+10²⁶ que propunha o percentual de 10% das Receitas Correntes Brutas (equivalente a 19,3% das RCL²⁷) como parâmetro de aplicação às ASPS.

Cabe alusão à máxima “tem gente que atravessa a rua para escorregar na casca de banana que está na outra calçada”. Isto posto, neste caso, quem caminha é o governo, as calçadas seriam os interesses públicos (dominados pelos interesses privados), e a casca de banana a causadora do acidente (proposital) representada pela ortodoxia fiscal no instrumento jurídico do Teto de Gastos de 2016.

²⁴ Sobre o financiamento das Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) – Emenda Constitucional nº 86

²⁵ Receita Corrente Líquida

²⁶ O Movimento Saúde+10, criado em 2012, buscava a coleta de assinaturas para a proposição de um Projeto de Lei de Iniciativa Popular que garantisse o investimento de 10% das Receitas Correntes Brutas para a saúde pública. No ano seguinte, o movimento entrega oficialmente ao congresso mais de 1,5 milhões de assinatura favoráveis à iniciativa, conforme consultas em: Saúde Mais 10: Movimento nacional em defesa da saúde pública (Manifesto) (SAÚDE..., 2012).

²⁷ Conforme indica o documento final do 11º Congresso da Associação Brasileira de Saúde Coletiva. (O ATUAL QUADRO..., 2015).

Considerando este quadro, o percentual de 15% da EC nº 86 representaria diferença de R\$ 20 bilhões em recursos que o SUS deixou de receber apenas no ano de 2019, conforme indica o Conselho Nacional de Saúde (CNS) (SAÚDE..., 2020) em virtude da vigência da EC nº 95 de 2016 (Teto de Gastos), com projeções de perda na ordem de R\$ 400 bilhões ao longo dos 20 anos de contingenciamento, conforme aponta o conselho.

Não bastando a insuficiência do subfinanciamento da saúde planejado a partir da emenda de 2015, se ordena a partir da emenda de 2016 um cenário ainda mais devastador, saindo da calçada do subfinanciamento para a calçada do desfinanciamento que, segundo estudo do INESC:

[...] limitou a capacidade de uma resposta rápida e eficiente à pandemia da Covid-19, prejudicando principalmente as populações mais vulneráveis, que dependem exclusivamente do SUS. Se este fosse corretamente financiado, talvez tivéssemos uma quantidade adequada de leitos de UTI, respiradores, equipamentos de proteção individual e testes para lidar com a situação, além de mais profissionais de saúde, em especial os não médicos, como enfermeiros, fisioterapeutas e agentes comunitários de saúde, bem remunerados. (INESC, 2020, p. 50-51).

Neste sentido, é possível compreender os impactos substanciais do desfinanciamento da política de saúde ao enfrentamento da pandemia de COVID-19 e suas consequências, sobretudo ao verificarmos a indisposição do governo federal em renunciar às regras fiscais do Teto de Gastos.

A ortodoxia fiscal não resultou em crescimento, pouco menos recuperou o país da crise anterior e no curso da pandemia.

Apoiada no Teto de Gastos, a política econômica de ajuste permanente (BEHRING, 2018) perdurou sem alternativas efetivamente anticíclicas, mesmo na tentativa do governo federal de aplicar recursos para minimizar os impactos econômicos da pandemia: “mal lavando a criança, guardando a água suja e não se fazendo nada com a banheira”. Para este ponto, dedicamos a análise no tópico seguinte.

1.2.3 O período crítico da pandemia de COVID-19

Quem toma banho de ódio, exala o aroma da morte
(Esquiva da Esgrima, Criolo)

Em 11 de Março de 2020 a OMS declara Pandemia Mundial de Covid-19 e sinaliza preocupação com a velocidade de disseminação do novo coronavírus e a falta de planos de ação por parte dos governos de todo o mundo acerca do cenário epidemiológico que já se instalava no hemisfério norte e que estaria por vir ao hemisfério sul.

A pandemia ainda se mostrava abstrata no grau e longevidade de seu impacto, apontando inicialmente sua maior preocupação à contenção do vírus, que se mostraria fator significativo para a redução de seus outros reflexos, mas insuficiente diante das contradições e atrocidades do capitalismo em que se instalava.

Sarti (2020) apontava que o Brasil enfrentaria um de seus maiores desafios históricos em termos de saúde pública. Em terreno de desfinanciamento e desconfiguração do papel protetor do Estado, estaria no complexo sistema público de saúde – o SUS – a principal arma de enfrentamento ao contexto sanitário que se aproximava.

Se a resposta, em primeira instância às vidas adoecidas, estava nas mãos dos governos, o contexto pandêmico serviu para evidenciar quanto a agenda ultra neoliberal bolsonarista estava disposta a avançar.

Era tempo de se “passar a boiada” – como sugeria Ricardo Salles, então Ministro do Meio Ambiente. Mas não qualquer boi, nem em qualquer área ambientalmente protegida.

Em analogia ao Touro de Wall Street, que golpeia por baixo para impulsionar ao alto os ganhos financeiros, o rebanho bolsonarista também golpeava diferentes dimensões da vida da classe trabalhadora em nome da sustentação econômica do capitalismo financeirizado. Trabalho, recursos públicos, proteção do Estado e direito à vida na mira do boi.

Conforme boletim do DIEESE (2021), o mercado de trabalho – já no contexto pandêmico – demonstrava cenário preocupante, sobretudo para recortes da população ativa compostos por seguimentos mais vulneráveis, como os negros:

[...] 8,9 milhões de homens e mulheres saíram da força de trabalho – perderam empregos ou deixaram de procurar colocação por acreditarem não ser possível conseguir vaga no mercado de trabalho. Desse total, 6,4 milhões eram negros ou negras (DIEESE, 2021, p. 2).

Em outro boletim, de 2022, o mesmo instituto demarca os efeitos da crise para as mulheres que “historicamente ocupam posições mais vulneráveis no mercado de trabalho” (DIEESE, 2022), acentuada quando entrecruzada pelo recorte racial:

[...] a taxa de desocupação feminina aumentou entre 2019 e 2021, de 14,3% para 15,9%. Já a dos homens permaneceu estável. Ficou em 10,0%, em 2019, e em 10,1%, em 2021. A diferença entre as mulheres negras e não negras é visível. As negras sempre encontraram maior dificuldade de inserção, e, em 2021, a taxa de desocupação delas foi de 18,9%, muito superior à das não negras, de 12,5%. (DIEESE, 2022, p. 5)

Antunes (2020), complementa que no início da pandemia os índices de desemprego beiravam os 13 milhões de brasileiros, além do aumento da informalidade para pouco mais de 40% dos que tentavam fixar-se no mercado de trabalho.

Este contexto não parecia justificar investimento e proteção ao mundo do trabalho, pelo contrário. No mesmo período o governo Bolsonaro estabeleceu medidas que prometiam reduzir os índices de desemprego e socorrer a população que assistia suas condições de subsistência retrocederem com os impactos da pandemia, mas que na prática tinham outro objetivo. A exemplo, a MP 1045/2021 (BRASIL, 2021a) com o “Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda”, editada pelo governo federal, alterando e flexibilizando as regras da CLT já enfraquecidas desde a contrarreforma trabalhista de Michel Temer.

Aos trabalhadores prometia-se emprego, aos empregadores a oportunidade de contratar precarizados. Ao sistema financeiro o cuidado ordenado por Bolsonaro e Paulo Guedes se mostrava com mais apreço.

Em simples comparação, em 20 de março de 2020 o governo federal anuncia²⁸ aporte de cerca de R\$ 3,1 bilhões, destinados a inclusão de aproximadamente 1 milhão de famílias ao então Programa Bolsa Família. Além de medidas que facilitavam as condições de consumo, como a antecipação de parcelas do décimo terceiro, a

²⁸ Conforme MP 929/2020 (do poder executivo) abrindo crédito extraordinário a alguns ministérios, entre eles o da Cidadania.

liberação de saque emergencial do FGTS e, posteriormente, a sanção do programa Auxílio Emergencial como medidas de socorro ampliadas.

Para os bancos, que em 2019 haviam registrado lucro recorde²⁹, o aporte estimou-se em cerca de R\$ 1,2 trilhões (BEHRING, 2021) – conforme anunciado pelo Banco Central (MARTELLO, 2020). A autora destaca que o chamado “orçamento de guerra” não se tratava de “guerra contra o vírus, mas de salvamento das empresas no contexto da crise” (BEHRING, 2021).

Não é novidade que a faixa de zeros à direita seja maior aos que compõem a elite econômica brasileira (e internacional), afinal, conforme Elaine Behring tem discutido amplamente sobre a demolição dos direitos sociais e a “punção do fundo público”:

[...] é formado pela mais-valia socialmente produzida (trabalho excedente) e por parte do trabalho necessário (renda dos trabalhadores), onde incidem os impostos e contribuições, de forma extremamente regressiva no Brasil. (BEHRING, 2021, p. 207-208).

Dessa forma, ficou garantida a manutenção da espoliação dos recursos públicos por meio do pagamento da dívida protegida por dispositivos jurídicos, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, e submissão do Estado aos anseios do capital.

De início, ficava nítido que o governo de Jair Bolsonaro demonstrava que o seu compromisso político e econômico no que tange à pandemia era com o mercado, mesmo cercado por uma crise sanitária e social que apresentava complexos desafios. Restava à segunda prateleira as necessidades dos mais vulneráveis: o Brasil do mercado não podia parar, mas e o Brasil do povo?

Ainda sob o crescente número de casos, em falas do Presidente da República, se dava o tom do que seria um dos grandes obstáculos de toda a conjuntura pandêmica: o negacionismo.

Se engana aquele que considera que a condução do governo federal no início e decorrer da crise tenha se dado exclusivamente pelo embaraçoso e impreciso cenário envolvendo o vírus. É fato que o desconhecimento dos desdobramentos da doença e seus reflexos imediatos e a longo prazo trouxeram desafios cujas respostas possam ter sido as menos precisas de primeiro momento, mas houve esforços

²⁹ “Lucros dos cinco maiores bancos do país batem novos recordes e superam os R\$ 100 bilhões, com alta de 30,3% em relação a 2018” (DIEESE, 2020).

nacionais e internacionais em cercar as estratégias de enfrentamento com evidências científicas rigorosas e responsáveis.

Frequentemente Bolsonaro fazia propaganda contra a saúde pública (VENTURA; AITH; REIS, 2021) se opondo às medidas estimuladas por agências internacionais de saúde e comunidade científica, classificando por vezes como “idiotas” (UOL, 2020) quem as respeitava. Contudo, lembremos que mesmo diante deste cenário os trabalhadores da saúde não deixaram de estar na linha de frente ao enfrentando da COVID-19, conduta que se tornava cada vez mais adversa (e perigosa).

Diante da autonomia que estados e municípios dispunham no manejo inicial da pandemia, o governo federal se organizou para também dispor de medidas de enfrentamento, temendo perder capital político na medida que os outros entes públicos capitalizavam.

Com a dita “economia que não podia parar”, o governo travou disputas que enfraqueciam as recomendações de isolamento e distanciamento, utilizando, inclusive, instrumentos jurídicos como o Decreto nº 10.329/20 (BRASIL, 2020a) para relativizar a essencialidade dos serviços e “autorizar” a circulação de um conjunto mais diverso de trabalhadores, consequentemente não paralisando a economia.

A propaganda bolsonarista não se limitava à oposição das medidas de distanciamento e isolamento. Em uma de suas *lives* Bolsonaro declarou:

Aquele negócio que o pessoal usa para combater a malária, eu usei lá atrás e no dia seguinte tava bom. E vou dizer mais: há poucos dias estava me sentindo mal e, antes mesmo de procurar o médico... Olha só que exemplo estou dando: tomei depois aquele remédio porque estava com sintoma. Tomei, fiz exame, não estava (doente). Mas, por precaução, tomei. (BOLSONARO, 2021, n.p.)

O negacionismo impulsionava a adesão de medicamentos e tratamentos sem eficácia comprovada, influenciando determinações no interior do Ministério da Saúde em relação a facilitação de acesso à cloroquina e hidroxicloroquina como a orientação (BRASIL, 2021b) de tratamento precoce aos pacientes diagnosticados com COVID-19, e a disponibilização do aplicativo “TrateCOV”³⁰ que além dos medicamentos

³⁰ O aplicativo TrateCOV foi uma iniciativa do ministério da saúde, justificando o enquadramento de sintomas de COVID-19 e prescrição de medicações correspondentes, entretanto ficou evidenciado que se tratava de um aplicativo enviesado à prescrição de medicações sem comprovação científica ao

mencionados também sugeria a utilização de ivermectina, azitromicina e doxiciclina (VENTURA, AITH, e REIS, 2021).

Segundo boletim emitido pela Fiocruz em 2022, a pandemia de COVID-19 curvou para outro caminho a partir da chegada das vacinas, diminuindo a taxa de transmissão, gravidade de casos e número de óbitos na medida que o esquema vacinal alcançava mais brasileiros (FIOCRUZ, 2022). Entretanto, “vacina” e “bolsonarismo” não andavam em sintonia.

A primeira dose da vacina de prevenção à COVID-19 no ocidente³¹ aconteceu em 08 de dezembro de 2020, no Reino Unido. Poucos dias depois, Bolsonaro declarava:

Se você virar o... virar o jacaré é problema de você, pô! Não vou falar outro bicho que ele pensava que ia falar besteira aqui, né. Se você virar Super-Homem, se nascer barba em alguma mulher aí ou algum homem começou a falar fino, eles não têm nada a ver com isso. O que é pior mexer no sistema imunológico das pessoas. (Bolsonaro, em evento, dezembro de 2020)

Bolsonaro tratava com menosprezo e depreciação as pautas ditas minoritárias, utilizando o discurso “politicamente incorreto” como apoio narrativo à disseminação de mentiras e desinformação sobre a pandemia.

Teles (2021), utiliza o conceito de “necropolítica”³² para classificar a postura do governo Bolsonaro, a partir de conceitos como os de “corpos periféricos” e a “política de morte” instituída no manejo da pandemia, conforme observa:

Sabemos que são os corpos periféricos os mais atingidos pela exposição ao vírus e à infecção e aos óbitos. Periférico não é somente o que se encontra territorialmente às margens das grandes cidades, mas também se refere aos corpos relegados às políticas de morte. (TELES, 2021, p. 54).

tratamento da doença. O Conselho Federal de Medicina (CFM) expediu nota de esclarecimento a respeito da solicitação de retirada do ar do aplicativo, disponível pelo link: <https://portal.cfm.org.br/wp-content/uploads/2021/01/Nota-aplicativo-TrateCov-21.01.2021-1.pdf>

³¹ Meses antes a China informava por meio de suas autoridades que havia iniciado a vacinação de seguimentos da classe trabalhadora (CHINA...,2020).

³² O conceito “necropolítica” de Achille Mbembe corresponde a um conjunto de instrumentos que constituem um arcabouço de práticas que definem a existência ou morte dos sujeitos à luz do debate racial. O autor dialoga com Achille Mbembe sobre a utilização do conceito à análise sobre a pandemia, observando que a necropolítica se encorpa de modo mais complexo ao alterar a dinâmica que constitui quem opera e quem está suscetível à política de morte (TELES, 2021).

Antunes (2020) elabora este contexto sob a análise da “pandemia e o pandemônio”, reconhecendo a crise sanitária por sua classificação conceitual (pandemia) e qualificando o governo Bolsonaro a partir de sua representação atroz (pandemônio).

A condução do governo federal se mostrava desastrosa para além da imprevisibilidade da emergência sanitária instalada, mas também pela implicação de um manejo pela via da disputa política ideológica, atendendo à lógica protecionista dos interesses econômicos hegemônicos em detrimento à incidência destes rumos à população brasileira, jogando na lata do lixo princípios fundamentais de respeito aos direitos humanos.

Em fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde apresentou o Plano de Contingência para a resposta à COVID-19.² Ao contrário do exemplo de diversos outros países, o documento não traz qualquer referência à ética, aos direitos humanos ou às liberdades fundamentais, nem sequer nos tópicos relacionados ao cotidiano da emergência, como a gestão de insumos escassos ou a relação médico/paciente. O silêncio não era compatível com a lei brasileira (13.979, de 06/02/20), tampouco com o Regulamento Sanitário Internacional (Rsi), vigente no Brasil, pois ambos determinam, expressamente, que a resposta às emergências deve ser feita com pleno respeito à dignidade, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais das pessoas. (VENTURA; AITH; REIS, 2021, p. 22)

Mais tarde, em julho do mesmo ano, a Rede Sindical Brasileira UNISaúde³³ enviou ao Tribunal Penal Internacional de Haia (TPI) uma representação denunciando o governo Bolsonaro pela condução adotada ao enfrentamento da pandemia de COVID-19 – naquela altura o Brasil aproximava-se dos 90 mil óbitos relacionados à doença. Pádua e Santos (2022) expõem outras denúncias oferecidas nos tribunais internacionais, com destaque para a ação movida por entidades e organizações da sociedade civil reivindicando o direito à transparência e respaldo científico nas informações relacionadas à pandemia, e a formalizada pelo Conselho Federal da OAB reivindicando o compromisso do governo brasileiro com direitos fundamentais como os de acesso à saúde e à vida – as duas protocoladas junto a OEA.

³³ Rede Sindical Brasileira UNISaúde reúne entidades sindicais brasileiras de todo o país em torno dos trabalhadores atuantes na área da saúde.

O desprezo aos direitos humanos, em seu valor central como o direito à vida, espelhou o caráter da “necropolítica bolsonarista”, conforme trouxemos nas linhas anteriores, fundamentalmente em seu teor classista.

Ao resgatarmos o alastramento do vírus, verificamos que em 26 de fevereiro de 2020 o primeiro caso de COVID-19 foi registrado no Brasil (CORONAVÍRUS..., 2020). De acordo com o noticiado, seria um homem idoso (61 anos) que havia viajado para a Itália e teve sua recuperação assistida pelo Hospital Israelita Albert Einstein.

Subsequente a isso, na medida que novos casos eram confirmados, o mesmo perfil de classe se desenhava: pessoa com maior poder aquisitivo, com histórico de trânsito entre países – desfrutando de seus privilégios de classe. Este resgate é importante para confrontarmos o perfil do primeiro óbito registrado no país e a quem o impacto da política de morte alcançou substancialmente.

Em informações revistas, o primeiro caso de óbito por COVID-19 registrado no Brasil data do dia 12 de março de 2020, na cidade de São Paulo. Rosana Aparecida Urbano (57 anos) trabalhadora diarista, deixava seu filho e esposo em um dos territórios mais pobres da cidade de São Paulo e de maior concentração de conjuntos habitacionais da América Latina: Cidade Tiradentes (MARTINS; ROXO, 2020).

Desta forma o número de óbitos foi avançando. No estado do Rio de Janeiro, por exemplo, o primeiro óbito registrado data de 17 de março de 2020 e identifica outra mulher, dessa vez negra. Cleonice Gonçalves, 63 anos, também trabalhadora doméstica (desde seus 13 anos), que na exigência de seus patrões permaneceu trabalhando enquanto estes estiveram “isolados” pela contaminação do novo vírus, consequentemente a contaminando (COSTA, 2020).

As duas trabalhadoras – como tantos outros trabalhadores³⁴ em exercício do papel estabelecido pela divisão social e sexual do trabalho – socialmente exploradas,

³⁴ Aqui abro espaço em memória a Matheus Lopes de Castro e sua família, devastada pela COVID-19 e o desprezo à vida por parte do governo de Jair Bolsonaro. Matheus era meu amigo de infância, nos deixou precocemente aos 25 anos, na manhã de 19 de maio de 2021 – o dia que realizei minha entrevista no processo de seleção para ingresso ao PPG-SS da PUC/SP. Além disso, entre o mês de maio e junho, faleceram sua mãe (Helo), duas irmãs (Priscila e Gi) e seu pai (José), todos contaminados pelo vírus, sobrevivendo apenas seu irmão Fabiano. Também abro espaço em memória aos mais de 100 assistentes sociais vitimados pela COVID-19 e lembrados no espaço dedicado pelo CFESS em memorial virtual, em acesso pelo link: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/memorial> e aos tantos trabalhadores da saúde levados pela pandemia e o pandemônio. Por fim, em memória aos mais de 700 mil brasileiros vitimados e que não podem ser esquecidos.

De Matheus ficaram lembranças afetivas de um grande amigo que sempre esteve presente; dos mais de cem assistentes sociais, fica o sentimento do compromisso coletivo de permanecer em luta com os valores de nossa profissão; das mais de 700 mil vítimas, a consideração de que devemos lembrar de que lado nós estamos, por quem e porque todos os dias lutamos. Nosso luto é nossa luta!

usuárias de serviços públicos até o leito de suas mortes, configuram a essência da severa crise que cercou o objetivo e subjetivo de todos na abertura da década de 2020.

Se a alegoria fala de “duas faces de uma mesma moeda”, no princípio da pandemia uma dessas faces significava “proteção” e a outra “desproteção”, dois substantivos que descrevem as faces de uma mesma moeda que se revela como “condição de classe”. Afinal, no contexto da pandemia, estar protegido atribuía-se aos que contavam com acesso aos melhores serviços de saúde e condições materiais para manter-se isolados, enquanto estar desprotegido atribuía-se aos que não tinham outra escolha senão correr o risco de contaminar-se ao troco de ter como garantir a própria subsistência.

O que explica os dois substantivos, antônimos no campo da linguagem, serem equivalentes senão a contradição dos privilégios implícitos a condição de classe? Duas faces de uma mesma moeda que, como outros fatores constituintes do sistema capitalista, revelam expressões da questão social realçadas ao “corpo da classe-que-vive-do-trabalho”, conforme Antunes (2020), que continua:

Assim o capital pandêmico é intensamente *diferenciado* quando se trata de atingir e penalizar as classes sociais. Com uma *aparência* inicial *policlassista*, a pandemia do capital é *de fato* muito mais funesta ao atingir o corpo da classe trabalhadora e, sucessiva e progressivamente, o corpo das mulheres trabalhadoras brancas, o corpo-classe das mulheres trabalhadoras negras, indígenas, imigrantes, refugiadas, LGBT's etc. Sob a impulsão das *necessidades mais elementares que lhe são vedadas*, tais setores da população dirigiram-se ao trabalho à aglomeração social, aproximando-se potencialmente da contaminação e da morte. (ANTUNES, 2020, p. 30).

Contudo, a hostilidade do cenário instalado não dominou a arena de disputa sem o movimento de resistência de setores populares, como notadamente lembrado por Behring (2021):

Existe gente de carne e osso, individualmente e coletivamente, disputando todos os dias por um outro curso dos acontecimentos, por um outro projeto de sociedade e de relações sociais. Temos trabalhadores e trabalhadoras da saúde, temos as resistências das favelas, como nos exemplos da Maré, no Rio de Janeiro, e de Paraisópolis, em São Paulo. Temos movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizando trabalhos

importantes nas periferias e no meio rural. Há trabalhos de apoio às mulheres vítimas de violência em tempo de confinamento. Há experiências de formação política como as lives que vieram para ficar. Há palmas nas janelas para profissionais da saúde. Há vaias e barulhaços nas janelas gritando #ForaBolsonaro combinadas a ações vias redes sociais. Temos o movimento de trabalhadores de aplicativos, da saúde, da Petrobras, das torcidas antifascistas. Ou seja, tem muita luta e solidariedade para além das migalhas que os arautos do mercado estão disponibilizando, muitas vezes fazendo marketing com a dor alheia. (BEHRING, 2021, p. 247)

Assim definimos o marco temporal da problematização de nossa pesquisa, entendendo que apesar da crise sanitária/epidemiológica não definir a centralidade de nossa investigação, nos dimensiona quanto a gravidade dos parâmetros de sociabilidade capitalistas esgarçaram a dinâmica de relação de forças na disputa de classes, inclusive sob a presença pungente de externalidades falsamente justificadoras à raiz da crise (como a pandemia e a necessidade de seu manejo).

O contexto recente, definido por nós como “período crítico da pandemia de COVID-19”, e os desdobramentos expostos até aqui nos leva a avançarmos em nosso processo de investigação, buscando descortinar nosso objeto, compreendendo que a materialidade da resposta que procuramos encontra-se envolvida entre a relação articulada de assistentes sociais e sujeitos coletivos. Para estas respostas, avançamos na fundamentação deste nexos relacional, com os pressupostos de que às alternativas fundamentadas pela aliança da solidariedade de classe – dessas que partem dos trabalhadores-para-trabalhadores – abrangem os caminhos para superação do panorama de crise e o desenho teleológico de outra ordem societária, ao que nos ateremos nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2 – ASSISTENTES SOCIAIS E SUJEITOS COLETIVOS EM SOROCABA

2.1 CONSIDERAÇÕES PARA A IDA AO CAMPO

2.1.1 Alguns apontamentos sobre organização e mobilização coletiva

Não sou pedra, mas posso endurecer
(Calor da Rua - Francisco El Hombre)

No campo das ciências sociais, a década de 1960 é marcada pela formulação das primeiras teorias sobre a organização de sujeitos em movimento no ocidente. Conforme Alonso (2009), até então a compreensão destes movimentos limitava-se a indicar posições individualistas, permeadas por motivações de ordem cultural e comportamental, por sujeitos dominados pela individuação e autossatisfação de um capitalismo tardio. Este período foi marcado por uma década de intensa contestação, contribuindo para a ampliação dos olhares científicos³⁵ acerca das mobilizações que ocorriam, essencialmente na Europa e EUA – dentre elas as contrárias à “Guerra da Indochina” e o posterior conflito no Vietnã, a luta pelos direitos civis dos negros e os debates de gênero através da luta feminista (GOHN, 1997).

A expressão dos movimentos supracitados, analisada e elaborada a partir deste recorte histórico, atribuía uma perspectiva de que seriam expressões descoladas do modelo organizativo correspondente ao “passado”, ou seja, distanciados a uma concepção “clássica” que remetia a centralidade destes processos reivindicatórios à relação capital-trabalho.

Alonso (2009), sintetiza que esta abordagem analítica emergente na década de 1960 atribui aos “novos movimentos sociais” um caráter de avançar a contestação/reivindicação de novos sujeitos não mais assentados exclusivamente à condição proletária:

Eram jovens, mulheres, estudantes, profissionais liberais, sobretudo de classe média, empunhando bandeiras em princípio também novas: não mais voltadas para as condições de vida, para a redistribuição de recursos, mas para a qualidade de vida, e para a afirmação da diversidade de estilos de vive-la. (ALONSO, 2009, p. 51).

³⁵ A autora Maria da Glória Gohn sistematiza as vertentes analíticas sobre os movimentos sociais na Europa e EUA a partir deste período, no livro “Teoria dos Movimentos Sociais Paradigmas Clássicos e Contemporâneos”, pela editora Loyola, além de também lançar os olhos ao cenário latino-americano.

Em suma, até o presente momento compreende-se que na seara analítica das ciências sociais da primeira metade do século XX, os sujeitos em cena carregariam influência do período que suas reivindicações emergiam, expressando na arena de disputa questões latentes de seu tempo histórico, em primeiro momento relacionadas a condição de classe pelas desigualdades originárias do sistema capitalista, e posteriormente após reorganização deste desnivelamento a partir das reivindicações por direitos específicos de grupos socialmente desiguais, demarcando o que seriam “movimentos sociais clássicos” e “novos movimentos sociais”.

É válido associar os termos destes formatos organizativos e suas pautas a uma nova etapa do campo relacional na esfera da sociabilidade? Foi compreendido que sim, contudo o surgimento de uma definição de movimentos sociais a partir de uma concepção de “novo” formato organizativo não deve anular ou desconsiderar o que o processo histórico carrega em seu alargamento, uma vez que na concepção de “novos movimentos sociais” há de se ter em vista que ante ao “novo” há expressões anteriores que também constituíram-se no campo da disputa dos interesses – que entre os considerados “movimentos sociais clássicos” se alicerçavam pela disputa de classe em torno dos tradicionais movimentos sindicais e partidos políticos, mas que não limitavam-se exclusivamente a esta dinâmica (Guimarães e Guerra, 2013).

No contexto da América Latina a segunda metade do século XX demarca-se pelas limitações no campo das reivindicações, ilegítimas pela repressão dos governos ditatoriais contra a liberdade de expressão e de organização, posicionando à ilegalidade os militantes que de alguma forma confrontassem os regimes autoritários, cenário que passa por alterações significativas entre as décadas de 1970 e 1980.

Especificamente no caso do Brasil, Maria da Glória Gohn (2016) afirma que a mobilização dos sujeitos não aparece com ineditismo à história recente, perpassando desde o período colonial, ampliando-se sobretudo a partir da década de 1970 nos trilhos do processo de redemocratização, com a liberação do pluripartidarismo, refletindo na “ascensão do Partido dos Trabalhadores a diversas prefeituras municipais” (GOHN, 1997) e na conquista de direitos mais amplos, materializados no que seria conhecido por “Constituição Cidadã” na virada da década de 1980 a 1990. Cabe nota, que o período seguinte (década de 1990) caracteriza-se por um “refluxo dos movimentos sociais tradicionais” (GOHN, 2022), muito pela influência do cenário

internacional orientado pelas concepções globalizadoras retratadas pelo crescimento de organizações não governamentais em alternativa à ausência do Estado minguido pelas políticas neoliberais.

Avançando ao século XXI, verifica-se em sua primeira década a retomada de mobilizações políticas pela América Latina (repleta de governos de esquerda) como as passeatas de negação à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) nos primeiros anos do novo milênio, evocando a autonomia dos países latino-americanos em termos políticos, econômicos e sociais frente aos interesses do norte imperialista, além da multiplicação de movimentos pautados por especificidades similares às identitárias dos “novos movimentos sociais”. Entretanto, para a autora há indícios de novos elementos presentes na saída às ruas da segunda década do mesmo século.

Gohn (2022) destaca que as manifestações de 2013 no Brasil não ocorreram de modo isolado, ao contextualizar que se inseriram em uma tendência global de contestação³⁶ e com características similares ao redor do mundo. Para Gohn (2016; 2022), a juventude protagoniza os atos ocorridos em 2013, expressando participação em um “novo campo de disputa” que transitava naquele momento entre o real e o virtual. Assim, a “Internet” também se incorpora ao processo organizativo enquanto ferramenta de difusão, sustentando-se na praticidade dos smartphones para veicular entre as redes sociais estratégias de mobilização, mas não só.

A autora nos apresenta três fatores importantes para refletirmos sobre quem esteve em cena a partir de 2013, observando no formato organizativo fora do tradicional, no perfil jovem dos manifestantes e nas redes sociais (internet) aspectos fundamentais para a compreensão de como os grupos têm se formatado e quais caminhos tem tomado em seus processos de luta mais recentes. Estes três aspectos convergem à observação da autora em relação ao aumento do número de coletivos na arena de disputa a partir da década de 2010, lembrando que expressam um processo histórico herdado desde a década de 1990, atravessado por uma crise de representatividade aos formatos tradicionais de organização, ocasionando uma

³⁶ “Lembrando que as manifestações de 2013 se inseriram numa onda global de contestação, do autoritarismo no Oriente Médio, passando pelos protestos contra as políticas neoliberais na Grécia, Espanha, Portugal etc.; ao Occupy Wall Street norte-americano e seu apoio e multiplicação em diferentes partes do mundo. Muitos analistas viram o renascer do associativo e a resistência na sociedade civil, como novos repertórios, grande participação dos jovens, uso intenso das novas tecnologias etc. (cf. CASTELLS, 2013)”. (GOHN, 2022, p. 26)

“descentralização da forma de movimento para outras formas, como os coletivos e organizações civis” (GOHN, 2022) – como já trouxemos brevemente.

Ressalta-se, ainda, que a apropriação teórica deste modo de organização ainda é desafiadora aos estudos do tema, uma vez que a confusão do que seria “ação coletiva” e “categoria coletiva” atrapalha na aproximação à influência e relevância deste modelo reivindicatório nos processos de transformação social. Contudo, para Gohn (2022) é claro que:

[...] coletivo é um agrupamento sociopolítico e cultural articulado por um conjunto de ideias e valores, com identidades fragmentárias, pautas e agendas diversificadas, formas de expressão e repertórios diferenciados, práticas organizacionais descentralizadas e muitas vezes tendo a horizontalidade como meta. Mas como são heterogêneos, não há também homogeneidade em suas características; eles podem ter transversalidades e combinarem, por exemplo, horizontalidade com a verticalização em algumas ocasiões; podem mudar o alvo de suas ações e demandas periodicamente; utilizam intensamente as formas de comunicação e participação social online. (GOHN, 2022, p. 179).

Para a autora, os coletivos diferenciam-se dos movimentos tradicionais, embora possam surgir e atuar no interior destes, por não carregarem, em geral, elementos próprios dos movimentos sociais e se colocarem na luta sociopolítica de modo esvaziado, “fluido e fragmentado” sendo uma “forma de ação coletiva” insuficiente para consolidar unidade em torno de uma coesão que os constitua enquanto sujeito coletivo (GOHN, 2022), com a seguinte ressalva:

Entretanto, reconheço que o ativismo de inúmeros coletivos da atualidade, especialmente os coletivos que se estruturam via causas identitárias, como gênero, raça, etnia ou meio ambiente, poderão formar ‘sujeitos coletivos periféricos’, na nova acepção de periferia. São periféricos não apenas porque se localizam no espaço geográfico da periferia da cidade, e muitos advêm de lá, mas podem ser gerados também em regiões centrais. São periféricos porque são excluídos, marginalizados, inviabilizados. (GOHN, 2022, p. 184)

Deste modo, Gohn coloca luz neste outro formato organizativo, que pode denominar-se “coletivo” sem necessariamente corresponder a uma “unidade coletiva” (ou a um sujeito coletivo), contudo com potencial de agência a partir da subalternidade que emerge, sendo capaz de mobilizar as estruturas que incidem diretamente nesta condição (de subalternidade).

Ao considerarmos a influência da dinâmica social como indutora das reivindicações coletivas, o conteúdo das pautas reivindicadas e a plasticidade nos formatos organizativos ao longo das décadas, verificamos que os sujeitos em cena constituem seus processos reivindicatórios por um conjunto de fatores que entendemos ser possível explicar a partir da categoria “totalidade” no método dialético de Marx, considerando que esta é importante perspectiva na concepção de que demandas e mobilizações sociais estão cercadas por questões que não estão restritas ou fragmentadas às especificidades dos “modos de vida” na ordem capitalista, tão menos descoladas aos tensionamentos presentes entre a disputa das classes, pois como destaca Guerra e Guimarães:

[...] Na formulação de Marx e Engels (2008), a compreensão teórica dos movimentos históricos reivindica que, até hoje, a história da humanidade é a história da luta de classes. A constituição das classes sociais, medular e historicamente, decorre da forma através da qual os sujeitos organizam-se para e pelo trabalho e garantem a (re)produção social de uma determinada sociedade. (GUIMARÃES; GUERRA, 2013, p. 65).

Partindo do pressuposto supra, recorreremos à abordagem Gramsciana acerca das relações de disputa e dominação entre as classes no interior da sociabilidade capitalista, considerando que sua ramificação alicerçada na teoria social de Marx, especialmente na fundamentação pela categoria totalidade, nos subsidia à reflexão sobre a sociedade organizada e a nossa escolha por abordá-la a partir da concepção de “Sujeitos Coletivos”, primeiro para fundamentar nossa aceção geral sobre o tema e segundo para assentar nossa percepção acerca do que aparentemente tem caminhado para consolidar-se como modo organizativo das lutas coletivas no Brasil.

2.1.2 Ensaio: Por que sujeitos coletivos?

Lutar do lado errado é já perder a guerra
Do lado certo a gente vence mesmo quando perde
E quando vence, vence duas vezes.
(Volta da vitória – Don L)

Na ótica de nossa pesquisa, a aproximação ao pensamento gramsciano sugere iniciar esta abordagem pela clássica categoria de “sociedade civil”, entretanto no largo arsenal teórico do marxista italiano encontramos a formulação de uma profunda reflexão que combina o pensamento intelectual com a prática militante cotidiana,

subsidiando a munição das “armas da crítica” necessárias ao enfrentamento das contradições capitalistas na arena da disputa das classes.

A costura analítica em torno do tecido social exprimida nos escritos carcerários de Gramsci atravessa categorias que passam pelo reconhecimento:

[...] da realidade como totalidade, da grande política, da estrutura e da superestrutura, de compreender as contradições objetivas e subjetivas, as formas de organização e reprodução material da sociedade em cada realidade, operadas por meio da contradição, da dialética, da luta de classes, visualizando sempre o horizonte da emancipação dos trabalhadores [...] na reforma moral e intelectual das massas e a construção de homens e mulheres de novo tipo” (RODRIGUES; BICALHO, 2022, p. 643).

Utilizar deste arsenal para o desenvolvimento de nossa acepção de sujeitos coletivos exige o esforço de dialogar dialeticamente com categorias que podem ser expostas isoladamente, mas que na essência do pensamento gramsciano encorpam-se conforme anoveladas, dada a complementaridade entre elas.

Segundo Simionatto (2001), Gramsci é “o pensador marxista cuja obra é perpassada por uma visão crítica e histórica dos processos sociais”, empregando a categoria marxista da totalidade para:

[...] a interpretação dos processos sociais, o desvendamento das desigualdades da sociedade capitalista, o caráter das lutas de classe, tanto sob a ótica da burguesia quanto das massas trabalhadoras, marcando as possibilidades históricas de cada uma no processo de construção da hegemonia (SIMIONATTO, 2001, p. 7).

Partindo da referida “construção da hegemonia” erguemos o pano de fundo de nossa argumentação, entendendo que no pensamento gramsciano hegemonia é o aparato de forças sociais, políticas e econômicas que conduz os rumos das classes sociais na dinâmica de suas relações, utilizando do domínio e da coesão para sua manutenção, segundo Moraes (2010):

No entender de Gramsci, a hegemonia pressupõe a conquista do consenso e da liderança cultural e política-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras. (MORAES, 2010, p. 54).

E Gruppi (1978) *apud* Simionatto (2001) completa:

Quando Gramsci fala da hegemonia como ‘direção intelectual e moral’ afirma que essa direção também se exerce no campo das ideias e da cultura, manifestando a capacidade de conquistar o consenso e de formar uma base social, pois hegemonia ‘é algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e sobre os modos de conhecer. (GRUPPI, 1978 *apud* SIMIONATTO, 2001, p. 9).

Em seu tempo, Gramsci identificava que o poder da hegemonia estaria nas mãos da burguesia enquanto classe dominante que impunha seu aparato hegemônico para garantir a condição de subalternidade dos trabalhadores, sendo um poder envolto para além das formas de coerção, mas um processo que reúne a “direção cultural e o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta” (MORAES, 2010), ou seja os parâmetros de difusão e controle da vida social tal como ela se organiza e se mantém. O pensamento gramsciano nos aponta que a hegemonia se assenta na “estrutura da superestrutura”, isto é, nos aparelhos, meios e modos instituídos ao direcionamento da sociedade a partir do interesse e finalidade que a classe dominante à estabelece.

Estaria no interior da superestrutura o “Estado Integral”, que segundo Gramsci *apud* Voza e Liguori (2017): “Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção”. Para Gramsci, “sociedade política” seria o conjunto de instrumentos estatais que garante o “consenso e a disciplina entre os que não ‘consentem’ nem ativa nem passivamente” (GRAMSCI, 2000 *apud* MORAES 2010), inclusive a partir da imposição pela dominação; e “sociedade civil”:

[...] a esfera da atividade política por excelência, enquanto lugar em que aparecem em cena as organizações assim denominadas privadas (sindicatos, partidos, organizações de todo tipo), que têm como objetivo a transformação do modo de pensar dos homens. Quanto à sociedade civil em sentido estrito, que predispõe as intervenções coercitivas da lei e do direito, é também ela uma instância da transformação social. (VOZA; LIGUORI, 2017, p. 733).

Para Gramsci, sociedade civil e sociedade política seriam inseparáveis, compondo o Estado Integral em uma inter-relação que influencia uma sobre a outra, tanto no processo de subida ao poder – quando passa da classe dirigente à classe dominante, que ainda deve dirigir – quanto quando exercita sua capacidade de

“educar para o consenso”, a luz do manejo da opinião pública em hipotéticas insatisfações das massas (VOZA; LIGUORI, 2017).

Neste contexto, o pensamento gramsciano nos coloca de frente a viabilização de outra realidade, diferente da hegemônica burguesa, sendo este “um processo histórico longo” (MORAES, 2010) que comandado pelos trabalhadores constitui-se em esforços contra-hegemônicos no despertar de uma nova consciência política a partir da vontade coletiva:

[...] os fatos máximos da história não são os “econômicos, brutos, mas o homem, a sociedade dos homens, dos homens que se aproximam uns dos outros, entendem-se entre si, desenvolvem por meio destes contatos (civilização) uma vontade social, coletiva, e compreendem os fatos econômicos, e os julgam, e os adequam à sua vontade, até que essa vontade se torne o motor da economia, plasmadora da realidade objetiva, a qual vive, e se move, e adquire caráter de matérias telúricas em ebulição, que pode ser dirigida para onde a vontade quiser, do modo como a vontade quiser. (GRAMSCI 2000 *apud* VOZA; LIGUORI, 2017, p. 811).

Gramsci avança na sua fundamentação a respeito da “vontade coletiva” afirmando que esta não se basta sem a apropriação das condições objetivas dos trabalhadores ao risco de minimizá-la limitando-a à simples iniciativa, incapaz de concretizar outra realidade. O despertar da nova consciência política passaria pela vontade coletiva motivada pelo espírito de cisão, a “conquista progressiva da consciência da personalidade histórica” (Gramsci *apud* Voza e Liguori, 2017) ou, em outras palavras, a tomada de consciência de classe orientada pela filosofia da práxis, no rompimento com a sociabilidade capitalista burguesa, ao que concordamos com Rodrigues e Bicalho (2022):

Por este aspecto, no pensamento gramsciano, se atribui a importância da auto-atividade e auto-organização da classe trabalhadora, para que ela própria construa, nas suas experiências individuais e coletivas, os caminhos e as estratégias para a transformação da sociedade. Isso requer a árdua tarefa de também adquirir consciência individual e coletiva, a partir da situação concreta, quanto a condição e posição subalterna dos trabalhadores/as no conjunto das relações capitalistas e da sociedade burguesa, afinal, lembremos que a classe dominante, na unidade e distinção entre estruturas e superestrutura, organiza e difunde sua hegemonia. (RODRIGUES; BICALHO, 2022, p. 640).

Neste esforço de superação da ordem social estabelecida, Gramsci compreende o Estado como canalizador do “consenso entre dirigentes e governados”, mas também o “terreno do conflito de classe”:

[...] é, ao mesmo tempo, instrumento (de uma classe), mas também lugar (de luta hegemônica) e processo (de unificação das classes dirigentes). Isto é, não deve ser esquecido que, sendo o Estado integral atravessado pela luta de hegemonia, a classe subalterna luta para manter a própria autonomia e, às vezes, para construir uma própria hegemonia, alternativa àquela dominante, disputando com a classe no poder as ‘trincheiras’ e ‘casamatas’ pelas quais se propagam ideologia e senso comum. (VOZA; LIGUORI, 2017 p. 263).

Gramsci atribui à filosofia da práxis um dos ingredientes ao caminho da tomada de consciência da classe trabalhadora, que consideramos um dos elementos basilares ao desenvolvimento da emancipação dos subalternos. Localiza nestes sujeitos o protagonismo no processo de emancipação de classe, entendendo que somente a partir da expansão de valores e práticas coletivas originárias do próprio cotidiano, do repertório objetivo e cultural, seria possível alcançar outra realidade, apoiando-se na apropriação dialética das inerentes contradições manifestas na realidade – que está em constante movimento.

Rodrigues e Bicalho (2022) afirma:

[...] A filosofia da práxis se faz/refaz, constrói/reconstrói dentro das condições e contradições objetivas e subjetivas reais e concretas, que nunca é definitiva. Nasce aderente e é produto dos anseios das massas populares e da classe trabalhadora em geral, que quer educar a si mesma para ser dirigente e dominante, portanto, hegemônica. (RODRIGUES; BICALHO, 2022, p. 642).

A dialética da filosofia da práxis qualifica a vontade coletiva, propiciando a apreensão da realidade em sua totalidade, negando a ancora da passividade fatalista mecanicista que dá anuência ao determinismo das condições materiais enquanto um conjunto de circunstâncias imutáveis que, na medida que dominadas, alcançariam a direção da nova hegemonia. Tal que, para evitar este caráter inerte-contemplativo da realidade considera o plano objetivo (material, produtivo, econômico) e o subjetivo (político, cultural, filosófico) pela concretude do momento histórico que se apresentam, sendo falho o levantamento de outra sociabilidade sem o reconhecimento destas duas esferas aglutinadas dialeticamente.

Nesta arena, a produção do senso comum decorre da recuperação da relação entre homem e natureza, centrando na categoria “trabalho” a valorização das vivências e habilidades humanas em seu viés propositivo da transformação, não apenas pela lógica da intelectualidade científica/técnica mas do conhecimento/habilidade que cada indivíduo dispõe dentro de seus próprios limites, concebendo intelectuais orgânicos participantes dos novos rumos gestados no processo de consolidação de outra face para a hegemonia, com função conectiva-organizativa mediadora e não apenas produtora do senso comum (Voza e Liguori, 2017), assim como também a partir da categoria “trabalho” a formulação de um sistema de educação que prepare gradativamente os subalternos em sua consciência crítica e intelectual desde a formação de sua personalidade até a efetivação de seu papel dirigente na disputa e consolidação sobre o devir de outra sociabilidade.

É possível considerarmos que a maior contribuição teórica de Gramsci seja a pretensão ao horizonte revolucionário, pela excepcional composição de categorias que se complementam, mas não se arrematam uma pelas outras ao período que foram formuladas, subsidiando a práxis transformadora ainda em nosso tempo.

Gramsci desempenha sua elaboração desenvolvendo categorias marxistas fundamentais ao seu tempo histórico, atravessado pela reorganização de um capitalismo que modificava seu processo de acumulação e consequentemente modificava a forma de sociedade que o italiano vivia, buscando não só desvendá-la mas também negá-la e superá-la, persistindo na compreensão da realidade objetiva e subjetiva em sua totalidade, calibrando o olhar ao horizonte revolucionário sem abrir mão de enxergar como os desafios por sua efetivação se manifestavam como contradição da concretude imediata, confiando aos homens (no gênero humano) a potencialidade de serem sujeitos históricos, protagonistas do salto entre passado e presente de subalternidade ao futuro emancipado.

É com esta base que sustentamos nossa aceção de sujeito coletivo.

Ainda à luz das categorias gramscianas, identificamos a abordagem do marxista ao lexo deste “homem (sujeito histórico)” participe da disputa pela hegemonia, com as noções de “homem-indivíduo” e “homem-coletivo”, sintetizada em parte (homem-indivíduo) por Cavalcante (2017) apud Hauradou e Amaral (2018):

[...] o homem-indivíduo residiria no solo do individualismo burguês cujas qualidades relacionam-se à acriticidade acerca da ‘vida cotidiana

e o real'. (CAVALCANTE, 2017 apud HAURADOU E AMARAL, 2018, p. 1078). Esta qualidade própria da sociabilidade burguesa falseia a captura do real inibindo possibilidades imediatas e mediatas de transformação coletiva.” (HAURADOU; AMARAL, 2018, p. 1078).

E Voza e Liguori (2017) expõe:

Nos Q o conceito de “homem coletivo” designa conquista de uma unidade ‘cultural-social’ pela qual uma multiplicidade de vontade desagregada, com fins heterogêneos, solda-se conjuntamente na busca de um mesmo fim, com base numa idêntica e comum concepção do mundo [...] Não se trata de ‘multidões casuais’, mas de uma unidade de homens ‘ligados por vínculos de responsabilidade recíproca. (VOZA; LIGUORI, 2017 p. 383).

A distinção conceitual destes dois tipos de “homens” designa a qualidade dos sujeitos pela via da tomada de consciência no interior da relação entre superestrutura e estrutura, a partir da posição de classe característica da hegemonia burguesa/capitalista, em aproximação com o que Marx aponta em “Miséria da Filosofia” [1847]:

[...] As condições econômicas primeiro transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas não o é ainda para si mesma. (MARX [1847], 2017, p. 146).

Seria, portanto, a “catártica” consciência de classe a inflexão geradora do processo de organização de uma unidade forte e coesa dos subalternos em torno dos tensionamentos e disputas travadas com os dominantes (trabalhadores *versus* burguesia), trama que ainda conseguimos identificar delineando as relações sociais e os “personagens que entram em cena” na atualidade.

Nestes intencionais grifos, fazemos referência a elaboração intelectual de Eder Sader, compreendendo que sua definição de sujeito coletivo combina, mesmo que por outras palavras, os pressupostos teóricos que alicerçam nossa escolha por adotá-lo nesta pesquisa. Marilena Chauí, em prefácio da referida obra descreve que Sader (1988) tece sobre a elevação de “novos subalternos” organizados coletivamente entre a década de 1970 e 1980 na cidade de São Paulo, sob um contexto há pouco terrivelmente traçado pela repressão e dominação da ditadura, que retomava suas práticas coletivas contra-hegemônicas de contestação e reivindicação ampliados nas

camadas da estrutura e superestrutura capitalista, entrelaçando os âmbitos materiais e culturais por caminhos impulsionados pela própria posição e repertório cotidiano, alterando o padrão civilizatório e reconfigurando horizontes societários também próprios. Ou como sintetiza o autor:

Quando uso a noção de sujeitos coletivos é no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas. (SADER, 1988, p. 55)

A escolha pelo termo “Sujeito Coletivo” se faz pertinente, pois nos oferece, entre o arsenal teórico de Gramsci e a conceituação de Sader, respectivamente bases teóricas e referências práticas de mobilizações que fortaleceram as reivindicações da classe trabalhadora em suas particularidades imediatas, mas que em uma segunda perspectiva contribuíram diretamente nas lutas gerais do processo histórico de disputa das classes.

Nos consubstanciam sobre as (nem tão) novas formas de mobilização eclodidas a partir de 2013 no Brasil sem desconsiderar os quadros tradicionais de mobilização da classe trabalhadora; indicam pistas nas novas formas de mobilização oportunizadas pelas TIC's (no âmbito da internet/redes) mediações facilitadoras das tradicionais reivindicações de classe, que também se manifestam a partir das pautas “identitárias” (raça, gênero e comportamento) sem perder de vista a disputa de classes no lastro do sistema capitalista que às enraízam pelas contradições das relações de produção e reprodução de sua dinâmica.

Entendemos que a acepção de Sujeito Coletivo que fundamentamos carrega o potencial de antagonismo à nova razão do mundo profundamente ultraneoliberalizadora dos modos de vida cada vez mais fragmentados e individualistas. Com seu caráter aglutinador nos permite congregiar diferentes noções de ação coletiva, sem escantear os diferentes modelos de organização de classe, seja pelo formato, forma ou densidade de sua práxis política ao objetivo da emancipação da classe trabalhadora em outra sociabilidade, especialmente à luz da mais recente crise vivenciada durante a pandemia de COVID-19 – conjuntura que enquadramos esta pesquisa e permanecemos localizando nossa problematização.

2.1.3 A pesquisa de campo

A presente pesquisa perpassa por um movimento de reflexão em constante amadurecimento centralizando seu debate na relação entre atuação profissional de assistentes sociais e sujeitos coletivos, sob os contornos da pandemia mundial do novo coronavírus, analisando suas ressonâncias no contexto brasileiro entre os anos de 2020 e 2021 – que tratamos como “período crítico da pandemia de COVID-19”.

Neste tempo, questões estruturais do sistema capitalista acentuaram-se, exigindo respostas capazes de atender os desafios postos às bases da produção e reprodução da vida humana frente ao risco de colapso instalado.

Mesmo estabelecendo padrões de enfrentamento que se estendiam ao redor do mundo, o manejo do capital à pandemia encontrou dificuldades substantivas, sobretudo ao relacionar seu impacto às condições econômicas e sociais dos territórios. Na experiência brasileira, o manejo do período requeria a responsabilidade de direcionar estratégias de enfrentamento atentas às especificidades de suas contradições, em especial ao caráter medular da condição de classe enquanto aspecto constitutivo de suas desigualdades, como trazemos no capítulo anterior.

A combinação de boicote aos direitos sociais, o aprofundamento ultraneoliberal e o desprezo pela vida somaram-se a um capitalismo em constante crise (NETTO, 2012) enfraquecendo a capacidade protetora do Estado, recaindo sobre a classe trabalhadora a urgência por conceber saídas e garantir à própria existência.

Nesta dinâmica encontramos nos sujeitos sociais, em seu assentamento de classe, o arrojo de tensionamentos e mobilizações características ao antagonismo de classes, disputa que o Serviço Social brasileiro se situa ao lado dos trabalhadores ao longo da história, como também destacamos anteriormente.

Em meio a estes apontamentos, talvez o ponto em comum mais importante seja o revelado a partir do prisma da análise crítica da conjuntura que abordamos em breves linhas neste tópico (e mais amplamente ao longo de toda a nossa problematização). É no quadro da dinâmica de reconfiguração de um capitalismo em decadência (Behring, 2021) que a cadeia de expropriação de riqueza tem encontrado novas formas de exploração, evidenciando que nem a vida e a capacidade produtiva dos explorados carrega valor aos exploradores, fato que denota a premência do serviço social manter-se atento e de prontidão em seus anseios pela efetivação de

direitos e participação na construção do alicerce de outra realidade possível à classe trabalhadora.

Neste quadro, considerarmos o significado social da profissão, a efetivação de direitos pela consolidação de políticas e garantias sociais, o alcance da categoria profissional em subsidiar e mobilizar sujeitos, etc., nos fomentam tantos outros questionamentos: “como a classe trabalhadora se organizou no cenário de enfrentamento à crise pandêmica e do capital?”, “quais instrumentos, práticas e processos foram adotados pelos sujeitos coletivos nas circunstâncias da pandemia?”, mas também “como assistentes sociais vivenciaram os impactos do período crítico da pandemia de COVID-19 ao cotidiano profissional?”, “como se deu a relação entre categoria profissional de assistentes sociais e estes sujeitos?”.

Dessa forma, a proposta central de nossa pesquisa é apreender e analisar como os Assistentes Sociais se relacionaram profissionalmente com sujeitos coletivos, com destaque aos tempos de pandemia mundial de COVID-19 no município de Sorocaba/SP. Apoiando-se na capacidade investigativa da profissão a fim de contribuir com o debate na reflexão sobre as expressões desta conjuntura, levando em conta os rebatimentos da crise sanitária no terreno político, econômico e social aos sujeitos de nossa pesquisa (assistentes sociais e sujeitos coletivos) sob a concepção de que a “necessária aliança” (ABRAMIDES; DURIGUETTO, 2014) entre estes personagens resultam em significativos ganhos para ambos.

Para isso, assentados na teoria crítica de Marx, cercamos nossa pesquisa em busca de compreender as razões da acentuação do período pandêmico em nossa realidade, utilizando do levantamento bibliográfico e pesquisa documental para amadurecermos a abordagem aplicada na coleta de dados sobre os assistentes sociais sorocabanos e os sujeitos coletivos do mesmo território. Além disso, procuramos realizar levantamento prévio dos sujeitos coletivos sorocabanos, em busca de mapeá-los a fim de qualificar o direcionamento da coleta de dados.

Sobre o levantamento prévio, acionamos três participantes disparadores, intencionalmente escolhidos e identificados com o campo de discussão de nossa pesquisa, sendo 2 assistentes sociais e 1 militante de movimento social. Solicitamos que cada um nos enviasse indicações de movimentos sociais de Sorocaba, de modo a ampliarmos o olhar aos formatos organizativos em atuação no município.

Deste levantamento, sistematizamos 66 (sessenta e seis) indicações, em um quadro heterogêneo de “sujeitos em cena”, com a definição de seis categorias³⁷ de identificação que nos trouxeram importantes indícios acerca da caracterização dos sujeitos coletivos sorocabanos, sendo: 1) Nome; 2) Ano de Fundação; 3) Território de Atuação; 4) Seguimento; 5) Configuração; 6) Orientação.

A sistematização das informações coletadas inicialmente foi realizada por análise empírica, utilizando da técnica de Pesquisa em Redes para organização das indicações trazidas pelos disparadores de acordo com as informações encontradas em seus canais digitais (redes sociais), como Facebook e Instagram. Em suma, verificamos que todas as indicações correspondiam a sujeitos coletivos atuantes nas lutas urbanas, com destaque aos seguimentos de “relações de trabalho”, “cultura”, “juventude”, “feminismo” e “estudantil”, além disso verificou-se a predominância no formato organizativo “Coletivo”, em sequência de “Sindicato” e “Movimento Social”.

No que diz respeito a abordagem sobre a categoria profissional de assistentes sociais, consideramos que na aproximação realizada seria necessário a identificação do perfil social da categoria atuante em Sorocaba.

Para isso, a sistematização realizada pelo conjunto CFESS/CRESS no mais recente levantamento publicado em 2022 sobre o perfil profissional de assistentes sociais no Brasil no serviu de referência à coleta dos dados, sendo que dedicamos sessão exclusiva no corpo do questionário eletrônico que aplicamos e que pode ser analisado nos próximos itens desta pesquisa.

Ainda sobre a aproximação ao chão de nossa pesquisa, realizamos levantamento bibliográfico sobre o município de Sorocaba, consultando publicações que pudessem ir além dos indicadores demográficos do município. Para nós, esta escolha, mostrou-se fundamental, pois foi possível revisitar (e registrar como parte de nossa pesquisa) uma parte, ainda que fragmentada, do passado de militantes atuantes em organizações relevantes ao processo histórico da luta dos trabalhadores e das trabalhadoras de Sorocaba – ao que compreendemos surtir como estímulo à permanecermos ávidos na cotidiana rotina de enfrentamentos.

³⁷ Sobre cada uma destas categorias, a primeira refere-se à denominação do sujeito coletivo indicado; a segunda refere-se ao ano de criação/fundação, o início das atividades e mobilizações; a terceira refere-se à centralidade das atividades do sujeito coletivo, se elas se situam em território urbano ou no campo; sobre a quarta, refere-se à(s) bandeira(s) de luta que centraliza a organização do sujeito coletivo; a quinta refere-se ao formato organizativo do sujeito coletivo; e por último, a sexta, refere-se a aparente inclinação política do sujeito coletivo.

Deste modo, compreendemos que aproximação à nossa “realidade de pesquisa” (enquanto sujeitos e território que vivem, sem confundir com “objeto” com conotação estática) perpassa por uma abordagem empírica, bibliográfica e documental que ainda nos coloca por lidar com significativos limites. Para superá-los, retornamos à *teoria*, com o esforço de empregar à nossa problematização o apontado por Netto (2011):

A teoria é, para Marx, a *reprodução do ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa*: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto. (NETTO, 2011, p. 21)

Assim, avançamos ao nosso objeto, buscando o desvendo da essência ao que se apresenta pela aparência.

2.2 APROXIMAÇÕES AO CAMPO DE PESQUISA

2.2.1 Terra rasgada pela luta de classes

Som que vem da alma entendo que não acaba
 No canto interior, represento Sorocaba
 Nascida, criada, crescida não só na idade
 Do meio dos que trabalham pra viver além do "quase"
 [...] Pé vermeio original, valorizo onde nasci
 Não posso mudar o mundo sem antes mudar aqui
 (Interiorano – Fernanda Teka e Vinicius Mano / Autoconceito)

O título deste subcapítulo, “Terra rasgada pela luta de classes”, é baseado na reportagem de Coutinho e Novo publicada no jornal A Verdade (2021).

Localizado há aproximadamente 100km da capital São Paulo, a cidade de Sorocaba conta com população estimada em cerca de 700 mil habitantes (IBGE, 2023). Em aspectos gerais, constitui-se como município urbano, sendo esta tipologia significativa para compreender sua relevância na economia da atualidade ao ponto que evidencia seu papel histórico no processo de desenvolvimento e industrialização do estado de São Paulo e do Brasil.

Sua fundação remete ao período das expedições bandeirantes, no século XVII, ainda com o nome de “Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba”. Mais tarde, entre o

século XIX e XX, Sorocaba ganha destaque nacional e internacional pelo seu papel no período do desenvolvimento industrial brasileiro.

Em aspectos gerais, o período entre o século XIX e XX configurava-se pela recente abolição da escravidão do povo preto, o início da primeira república e a chegada massiva de imigrantes para trabalho no campo. Fatores determinantes para a compreensão dos desdobramentos dos primórdios capitalistas no Brasil e, conseqüentemente, na cidade de Sorocaba.

O início do século XX é demarcado pelos impactos da primeira guerra mundial, afetando a capacidade produtiva e reprodutiva de todo o planeta, chamando atenção do Brasil aos riscos de dedicar sua economia majoritariamente às atividades agrícolas. Algumas décadas antes, a cidade da “Feira de Muares” já demonstrava visualizar os limites deste tipo de atividade econômica, quando nos trilhos da malha férrea paulista os oligarcas com seu capital sobrando vislumbram possibilidade de diversificar suas formas de acumulação e surgem as primeiras indústrias têxteis sorocabanas, elevando a cidade como um dos principais centros industriais na transformação produtiva do país, conseqüentemente ebulindo as contradições e tensionamentos da luta de classes característica do sistema capitalista.

Neste sentido, destaca-se o livro “Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje: Greve Geral de 1917, embate antifascista de 1937 e mobilizações atuais” organizado por Marcos Francisco Martins. Na obra, verificamos o caráter classista no contexto do operariado sorocabano, quando logo após o término da histórica greve de 1917 na cidade de São Paulo, os trabalhadores e trabalhadoras³⁸ sorocabanos paralisam as fábricas da cidade centralizando a pauta nos assuntos relacionados a carestia da vida (dificultada pelos reflexos da guerra), aparecendo como “motivos de ordem secundária” a:

[...] redução das jornadas de trabalho, regulamentação do trabalho de menores, assim como garantia de manutenção do poder de compra dos salários, e outras velhas bandeiras dos movimentos operários,

³⁸ Entre o perfil dos grevistas, identificava-se considerável participação das mulheres no movimento. Entre o processo de expansão industrial brasileiro, as indústrias têxteis ocuparam significativo papel, e nestas quem trabalhava majoritariamente eram as mulheres, aspecto relevante ao lembrarmos que Sorocaba reunia grandes fábricas deste ramo no estado de São Paulo (Martins, 2018). Ainda sobre a participação das mulheres no amadurecimento histórico do operariado que viria a engrossar o movimento grevista de 1917, o autor nos traz o jornal “O Operário”, enquanto ferramenta de contraponto ao discurso do patronato e a tentativa de germinar outras possibilidades de sociabilidade à classe trabalhadora do início do século XX em Sorocaba.

sobretudo naquela época, orientados pelo anarquismo (MARTINS, 2018, p. 115).

A Greve dura três dias em Sorocaba, resultando em importantes conquistas aos trabalhadores industriais, como o aumento de salário e regulamentação da jornada de trabalho, e a nível de classe o amadurecimento de suas organizações (MARTINS, 2018).

A cidade conhecida como “Manchester Paulista” devido ao seu envolvimento comercial e a semelhanças com a cidade inglesa, torna-se a “Terra Rasgada pela luta de classes” (COUTINHO; NOVO, 2021), reconhecida como “Moscou Paulista³⁹” pela dimensão que ganhavam as lutas operárias, inclusive na década de 1930 a partir das resistências antifascistas e antifranquistas em consequência do avanço desses ideários na cidade interiorana, com forte presença e influência espanhola.

Receosos com a capacidade organizativa do operariado sorocabano, a burguesia industrial deslocou parte de seu capital para a sede do Estado, gerenciando a parte sobrança na cidade por meio de uma aproximação entre patronato e necessidades básicas dos trabalhadores, buscando atenuar o tensionamento de classes que, àquela época, significavam prejuízos às ambições econômicas e políticas da burguesia sorocabana.

Entretanto, a luta operária sorocabana não se deu por vencida. Ao fim da década de 1930, uma importante liderança sindical ganha relevância política: Salvadora Lopes Peres. Descendente de espanhóis e residente de Sorocaba desde o início da vida, Salvadora Lopes começa a trabalhar aos 11 anos na indústria têxtil, desenvolvendo consciência crítica sobre as condições de exploração a partir de sua vivência precoce em uma dinâmica de produção que configurava-se pela disparidade de salários entre homens e mulheres, desproteção à infância e péssimas condições de trabalho, conforme denunciava, sendo perseguida e demitida pelas reivindicações que fazia e readmitida por pressão de outros trabalhadores.

Em 1947, Salvadora Lopes foi eleita a primeira mulher vereadora da cidade de Sorocaba, pelo Partido Social Trabalhista, que alocava os comunistas considerados ilegais. Sob a acusação de comunista, Salvadora Lopes não pôde assumir a cadeira do legislativo sorocabano, contudo permaneceu presente na luta feminista brasileira,

³⁹ Devido à grande presença de imigrantes, Coutinho e Novo (2021) resgatam que esses trabalhadores implicaram destacada influência na organização política sorocabana.

participando de greves e persistindo na busca por outras condições de vida aos trabalhadores e trabalhadoras.

Na antessala da ditadura civil-militar, era possível medir o tensionamento entre operariado e conservadores em Sorocaba. Não se pode deixar de mencionar a disputa entre sindicalistas, estudantes e setores da igreja católica que defendiam as reformas de base do governo João Goulart, e os conservadores apoiados no discurso religioso e anticomunista em oposição.

Sucedido o golpe em 1964, tão logo os conservadores sorocabanos avançaram contra as lideranças sindicais e populares que compunham a luta, liderados pela repressão policial que já mostrava sua cara, perseguindo políticos que faziam vigília em defesa da democracia na câmara municipal, prendendo importantes lideranças sindicais como os partidários comunistas Renê Boschetti (União dos Ferroviários de Sorocaba) e José Moreno (Presidente União dos Servidores Municipais de Sorocaba), além de invadir a sede do Partido Comunista local, noticiando nos principais jornais impressos da burguesia sorocabana a captura de livros e manifestos classistas, conforme detalha Diniz.

No contexto da ditadura, o poeta, jornalista e estudante de medicina Gerardo Magela Fernandes Torres da Costa torna-se vítima do regime em 1973. Com perfil contestador, “Tereka” como era conhecido, estudava medicina na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em Sorocaba, envolvendo-se no movimento estudantil e tornando-se presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Sorocaba.

Tereka foi encontrado morto na capital paulista, sob a alegação das autoridades de que haveria se suicidado. Fato que, conforme concluiu a “Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva”, não se mostrou procedente, indicando que Tereka “foi executado por agentes do Estado brasileiro, demonstrando o caráter falso da versão divulgada à época dos fatos” (COMISSÃO DA VERDADE), mesmo sem vínculo político direto com organizações classificadas como opositoras ao regime. Seus restos mortais nunca foram entregues aos seus familiares, sendo considerado um desaparecido político até os dias de hoje.

Com o passar das décadas e a chegada de importantes rodovias ao município, Sorocaba retoma o desenvolvimento industrial (amortecido no início dos anos 1960) incorporando novos traços ao perfil dos trabalhadores desmobilizados pela ditadura e que lidavam com as transformações e reflexos da crise global de

superprodução. Nesta seara, o SINDIMETAL (atual SMETAL), impulsionado pela retomada do novo sindicalismo da década de 1980, retorna às mãos da classe trabalhadora sorocabana, inspirando outras categorias profissionais à sindicalização e participando ativamente nos espaços de disputa que o período de redemocratização avivava.

Apesar de não nos atermos em desdobrar as raízes do conservadorismo presente na cultura sorocabana dos dias de hoje, é possível inferir seus indícios ao processo histórico de desmobilização de classe na cidade, ao verificarmos que, à medida que movimentos progressistas conquistavam espaço o embate de interesses de classes se fazia presente, fosse com a desmobilização do operariado, pela perseguição política a opositores “comunistas” ou pela captura das organizações de classe pelo peleguismo.

Ao visitarmos o passado de Sorocaba nos munimos de exemplos de enfrentamento e resistência como os que citamos, reconhecendo que o olhar calibrado aos processos de luta da classe trabalhadora sorocabana nos demonstra que a disputa de classe ocorreu e continua ocorrendo sob o espelhamento das engrenagens gerais do capitalismo.

Na atualidade, sob o contexto da pandemia, a “vanguarda de novos tempos” e o “reacionarismo” apresentaram-se pelo embate entre o negacionismo de fundamentalistas conservadores e a defesa da vida encabeçada por sujeitos coletivos, conforme abordaremos em diante.

2.2.2 Assistentes Sociais de Sorocaba

*“É logo cedo quando o medo vem pra me lembrar
Que é dia de trabalho!
Nó na garganta o galo canta e lá vou eu dançar.
Atrás de quê?
Salário!”
(O drama da humana manada – El Efecto)*

Com o intuito de delinear o perfil dos assistentes sociais atuantes em Sorocaba, traçamos paralelo entre os dados coletados no questionário eletrônico aplicado aos profissionais do município e o último panorama acerca do perfil profissional de Assistentes Sociais no Brasil, realizado pelo conjunto CFESS/CRESS através da mais recente campanha de recadastramento divulgada em 2022. Na estrutura do

questionário aplicado, buscamos espelhar questões que nos permitissem enquadrar os dados conforme o exposto pela autarquia.

Neste sentido, os dados levantados foram divididos em dois grupos de análise, conforme tabelas 1 e 2, sendo a primeira com informações relacionadas as identidades dos Assistentes Sociais no município e a segunda tabela com os dados acerca de suas condições de trabalho. A amostra abordada alcançou 42 assistentes sociais respondentes do questionário eletrônico aplicado, sendo que dessas/es 29 habilitaram-se pelo quesito “local de trabalho”, uma vez que a proposta desta pesquisa constitui-se em coletar experiências e vivências sobre a prática profissional no município de Sorocaba/SP, ao que sistematizados conforme as tabelas 1 e 2.

Tabela 1 - Identidade das/os Assistentes Sociais de Sorocaba/SP

	Sorocaba Fonte: Questionário aplicado		Estado de São Paulo Fonte: CFESS/CRESS	Brasil Fonte: CFESS/CRESS
FAIXA ETÁRIA		Frequência (%)		
	30 a 39 anos	11 (37%)		
	40 a 49 anos	10 (34,4%)		
	50 a 59 anos	5 (17,2%)		
	20 a 29 anos	2 (6%)		
	60 a 69 anos	1 (3%)		
IDENTIDADE DE GÊNERO		Frequência (%)	(%)	(%)
	Mulher Cis	25 (86,2%)	93%	92,5%
	Homem Cis	3 (10,3%)	7%	7,4%
	Outras expressões de gênero	1 (3,4%)	0,10%	0,1%
PERTENÇA ÉTNICO-RACIAL		Frequência (%)	(%)	(%)
	Branca	19 (65,5%)	63,74%	46,98%
	Parda/Preta/Negra	10 (34,4%)	33,42%	50,34%
	Indígena	-	0,30%	0,32%
	Amarela	-	2%	1,85%
	Outra	-	0,54%	0,51%

Fonte: Questionário aplicado; adaptação CFESS/CRESS (2022)

Observa-se que no quesito faixa etária, a maior parte das/os profissionais participantes de nossa pesquisa estão entre os 30 e 59 anos (86%), sobressaindo a identificação de gênero “Mulher Cis” em semelhança aos percentuais correspondentes ao Estado de São Paulo e em relação ao Brasil, expondo a já registrada presença majoritária de mulheres no núcleo da profissão.

Em relação a pertença étnico-racial a amostra demonstra maioria de profissionais “Branco”, aproximando-se aos números do Estado de São Paulo, que

também se posiciona em dissonância ao quadro profissional nacional (de maioria Parda/Preta/Negra). Conforme o levantamento do CFESS, em municípios de grande porte, como Sorocaba/SP, há predominância de assistentes sociais brancos/as, seguidos de profissionais autodeclarados Pretos/pardos/negros.

Analisando as/os Assistentes Sociais atuantes em Sorocaba/SP, o questionário aplicado mostrou aproximações ao levantamento do conjunto CFESS/CRESS no tangente as condições e natureza do trabalho profissional, conforme dados da Tabela.

Tabela 2 - Condições e natureza do trabalho profissional das/os assistentes sociais de Sorocaba/SP

	Sorocaba Fonte: Questionário aplicado		Estado de São Paulo Fonte: CFESS/CRESS	Brasil Fonte: CFESS/CRESS
NATUREZA DO TRABALHO		%	%	%
	Setor Público Municipal	17 (58,62%)	-	43,59%
	Organização não governamental	3 (10,34%)	-	8,17%
	Setor Público Estadual	3 (10,34%)	-	11,01%
	Organização Sociedade Civil Int Pub	2 (6,89%)	-	1,43%
	Empresa Privada	2 (6,89%)	-	6,22%
	Setor Público Federal	1 (3,44%)	-	5,20%
	Outro	1 (3,44%)	-	2,14%
VÍNCULO EMPREGATÍCIO		%	%	%
	Concurso Público Estatutário	18 (62,06%)	33,71%	34,57%
	CLT	9 (31,03%)	45,24%	24,26%
	Prestador de Serviço	1 (3,44%)	3%	4,43%
	Outro	1 (3,44%)	2,79%	3,85%
SEGUIMENTO DE ATUAÇÃO		%		
	Assistência Social	16 (55,17%)		
	Saúde	4 (13,79%)		
	Educação	3 (10,34%)		
	Sociojuridico	2 (6,89%)		
	Habitação	1 (3,44%)		
	Previdência Social	1 (3,44%)		
	Relações de Trabalho	1 (3,44%)		
	Outros	1 (3,44%)		
CARGA HORÁRIA DE TRABALHO		%	%	%
	Entre 20h e 30h/sem	21 (72,41%)	-	50,07%
	Mais de 30h/sem	8 (27,58%)	-	21,60%

Fonte: Questionário aplicado; adaptação CFESS/CRESS (2022)

Em relação a carga horária, os dados levantados demonstram que no município de Sorocaba há maioria de assistentes sociais cumprindo até 30h de trabalho semanal, sugerindo a consolidação da Lei 12.317/2010 que versa sobre a carga horária à categoria profissional.

Sobre a natureza e vínculo de trabalho, os dados levantados indicam o serviço público municipal como o principal empregador da cidade, além do contrato de trabalho por meio de “Concurso Público Estatutário” predominar entre as respostas. Entretanto, há limites entre na análise comparativa, dada a pouca diversidade⁴⁰ de vínculos contratuais entre os participantes, aparecendo em segundo plano o modelo de trabalho regido pela CLT.

Sobre os seguimentos de atuação, os dados levantados expressam a inserção de assistentes sociais na política de Assistência Social, revelando mais da metade dos participantes estarem inseridos nesta política pública. Apesar dos limites dos dados, é possível verificar diversidade quanto a inserção das/os demais participantes, colaborando no âmbito desta pesquisa à captação de vivências/experiências de Assistentes Sociais para além dos setores de saúde e assistência social (destaques do período pandêmico para a literatura do Serviço Social brasileiro).

Em suma, é possível verificarmos que a amostra levantada demonstra acompanhar os indicadores acerca do perfil profissional em panorama estadual e nacional, permitindo-nos dialogar com referenciais bibliográficos sobre os impactos da mais recente crise do capitalismo escancarada no campo da atuação profissional e suas alternativas de articulações com os diferentes sujeitos coletivos que constituem as lutas gerais da classe trabalhadora.

2.2.3 Sujeitos Coletivos de Sorocaba

Tão acostumado a ganhar sempre, pra gente nada é fácil nunca (nunca)
A gente num ganha, a gente vence, a gente é comunidade junta
A gente é mutirão em dias ruins (bora que bora), Bailão em dias bons
(favela venceu – Don L)

Ao que pese o levantamento de registros mais robustos ao longo da trajetória política dos Sujeitos Coletivos sorocabanos, ainda assim é possível texturizarmos seu perfil e traçar paralelos com as transformações nos formatos organizativos da última década, considerando que este recorte temporal é relevante para compreendermos como se deu o enfrentamento na crise do “capitalismo pandêmico”.

Neste sentido, utilizamos o livro “História dos Movimentos Sociais da região de Sorocaba: Origens, Conquistas e desafios”, do autor Marcos Francisco Martins,

⁴⁰ Observando o questionário aplicado, e em comparação ao levantamento do CFESS/CRESS, não houve participantes que indicaram vínculo contratual às seguintes naturezas de trabalho: Organização Social, Sindicato/associação/movimento social/movimento popular/coletivo, Fundação e Autônomo.

publicado em 2012. A obra retrata o “I Encontro UFSCar – Movimentos Sociais e Sindicais na região de Sorocaba”, ocorrido em 2011, quando reuniu cerca de 40 organizações e movimentos da região sorocabana representados por 86 participantes, objetivando:

[...] a reunião da comunidade da UFSCar de Sorocaba com os movimentos e organizações sociais da região que abriga tal comunidade; a rememoração da história desses movimentos e organizações; e a viabilização de parcerias dos movimentos entre si e com a UFSCar. (GROPPO, 2012 p. 14)

Dedicamos no questionário aplicado uma sessão exclusiva à “identificação”, dividida em duas partes destinadas a coleta de informações sobre os atores/militantes respondentes do questionário eletrônico e outra sobre os Sujeitos Coletivos em que atuavam. Neste caso, informações relacionadas ao gênero, pertença étnico-racial e faixa etária contribuíram para traçarmos o perfil social dos participantes, assim como questões relacionadas ao ano de fundação, seguimento/bandeira de luta, configuração organizativa e orientação política nos permitiu caracterizar os Sujeitos Coletivos de modo a estabelecer inferências e reflexões sobre as tendências que os cercam e a forma como se comportam nas disputas políticas travadas.

A amostra alcançada consiste na reunião de 21 participações de militantes de sujeitos coletivos em atuação no município de Sorocaba, que sistematizadas nos revelam aspectos relacionados ao perfil social dos militantes (gênero, faixa etária e pertença étnico-racial), além de características gerais do Sujeito Coletivo que atuam.

Em relação ao perfil dos militantes, identificamos a predominância de participação de “mulheres cis”, entretanto chama a atenção a presença de participantes que se identificam com expressões de gênero para além da binaridade cisgênera, sendo que em torno de 1/5 da amostra identificam-se com o gênero “Não binário, outro, mulher trans”:

Tabela 3 - Por Identidade de Gênero

Militantes – Sujeitos Coletivos de Sorocaba	
IDENTIDADE DE GÊNERO	FREQUÊNCIA
Mulher Cis	10
Homem Cis	6
Não Binário	2
Outro	2
Mulher Trans	1

Fonte: Questionário aplicado

Ressalta-se, na distribuição por faixa etária, o destaque aos participantes entre 41 e 50 anos, seguido de distribuição mais equilibrada entre os considerados jovens (até 29 anos) e as pessoas em início da meia idade (até os 40 anos):

Tabela 4 - Por faixa etária.

Militantes – Sujeitos Coletivos de Sorocaba	
FAIXA ETÁRIA	FREQUÊNCIA
10 a 20 anos	-
21 a 30 anos	4
31 a 40 anos	4
41 a 50 anos	11
51 a 60 anos	1
61 a 70 anos	1

Fonte: Questionário aplicado

Além do leve predomínio⁴¹ de pessoas brancas em relação ao total de autodeclarados pardos/pretos/negros no quesito pertença étnico-racial.

Tabela 5 - Por Pertença Étnico-Racial

Militantes/Atores dos Sujeitos Coletivos de Sorocaba	
PERTENÇA ÉTNICO RACIAL	FREQUÊNCIA
Branca	1
Preta/Negra	6
Parda	5
Amarela	0
Indígena	0
Outra	0

Fonte: Questionário aplicado

⁴¹ Cabe nota que não houve participantes autodeclarados “amarelos”, “indígenas” ou com outras pertenças étnico-raciais.

A amostra sobre o perfil dos atores/militantes dos sujeitos coletivos nos permite, com ressalvas aos limites comparativos, dialogar com o recorte trazido por Martins (2012), pelos aspectos que definem o perfil dos militantes atuantes em Sorocaba, a partir das semelhanças entre os participantes do I Encontro UFSCar de Movimentos Sociais e os participantes desta pesquisa que desenvolvemos, sendo este perfil majoritariamente branco com faixa etária entre a juventude e a meia idade.

Neste paralelo, observamos que os participantes do I Encontro ocorrido em 2012 se aproximam, ao menos sob o ponto de vista etário, ao perfil de quem tomou as ruas pouco tempo depois em 2013: a juventude. Conforme já abordado nas sessões anteriores deste capítulo, com destaque ao que Araujo e Oliveira (2022) observam:

[...] a maior novidade do período foi a participação de jovens nas manifestações, sem que houvesse uma organização política “clássica” na mobilização (por meio de sindicatos, movimentos estudantis e movimentos sociais organizados). Segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa DataFolha, 53% dos manifestantes que foram às ruas no ano de 2013 tinham idade até 25 anos. (ARAUJO; OLIVEIRA, 2022, p. 140).

Se a juventude protagonizou as manifestações que marcaram a década passada, os modelos organizativos advindos destes movimentos sugerem novas experiências coletivas, ao que podemos analisar a partir dos seguimentos de atuação e seus formatos.

Como ponto de partida, adotamos a concepção de “seguimentos de atuação” (no plural), pois já se verificava no levantamento de Martins (2012) as múltiplas bandeiras de atuação dos movimentos sorocabanos, conforme assinala:

[...] Dos 86 respondentes, 47 indicaram mais de uma área de atuação, o que leva a crer que, realmente, a atuação dos militantes sociais nos dias atuais não tem um foco específico, podendo envolver desde organizações e movimentos sociais clássicos, sindicatos e partidos políticos articulados pela marxiana categoria de classe (GALVÃO, 2011) até Novos Movimentos Sociais (NMS), cuja articulação ocorre não pela identidade de classe, mas por identidades que se expressam nas situações de marginalidade e exclusão vivida na realidade por indivíduos e grupos sociais, os quais se mobilizam, por exemplo, contra a homofobia (movimento LGBT), o machismo (movimento feminista) e o racismo (movimento negro) (PICOLOTTO, 2007). Desse modo, surgiu um total de 176 áreas de atuação indicadas. (MARTINS, 2012, p. 43)

Dedicamos espaço para indicação do principal seguimento de atuação do Sujeito Coletivo que o participante de nosso levantamento integrava, como também espaço para indicação dos seguimentos de atuação secundários – para o primeiro definimos resposta fechada e para o segundo resposta aberta com livre escolha de diferentes opções.

Nestes termos, sobre o principal seguimento de atuação dos sujeitos coletivos sorocabanos, destaca-se a participação de atores/militantes nos seguimentos da Cultura⁴², Juventude e Relações de Trabalho, que juntos correspondem a mais da metade dos participantes desta pesquisa, conforme verificado em tabela:

Tabela 6 - Por bandeira/seguimento principal

PRINCIPAL BANDEIRA/ SEGUIMENTO	FREQUÊNCIA
Cultura	5
Juventude	3
Relações de trabalho	3
Racial	2
Educação	2
Outro	2
Feminismo	1
LGBTQIA+	1
Saúde	1
Criança e adolescente	1
Pessoa com deficiência	0
TOTAL	21

Fonte: Questionário aplicado

Cabe destacar que entre as três participações relacionadas a Sujeitos Coletivos no seguimento das Relações de Trabalho (representados por Sindicatos) não se verificou engessamento em relação a centralidade da pauta mobilizadora do sujeito coletivo, indicando que mesmo assentado sob um formato organizativo que remete aos Movimentos Sociais Clássicos há atenção às pautas características dos Novos Movimentos Sociais.

Ainda sobre os seguimentos de atuação, ao questionarmos sobre a ocorrência de seguimentos secundários verificamos que a maior parte dos participantes identifica outras bandeiras no interior da identidade política do Sujeito Coletivo que fazem parte,

⁴² Importante destacar que a predominância do seguimento “Cultura” entre os respondentes pode estar associada à estratégia de transmissão do questionário, que utilizou da técnica de bola de neve para alcançar respondentes e ampliar as participações, demarcando os limites dos dados captados por esta pesquisa.

evidenciando a diversidade de reivindicações e a transversalidade de pautas, ao que aparenta compreensão quanto a necessidade de interligar as frentes de luta aos diferentes determinantes sociais atrelados a condição de subalternidade que os constituem.

É interessante verificarmos que não há grande disparidade entre as bandeiras ditas “secundárias”, concentrando-se entre as equivocadamente chamadas “pautas identitárias” como as da cultura, raça e gênero.

Destaca-se a bandeira da Educação aparecendo em 56% das 23 respostas, seguida por Cultura (47,8%), Racial (43,5%), Feminismo (43,5%) e Saúde (39,1%).

Tabela 7 - Por bandeira/seguimento secundário Militantes/Atores dos Sujeitos Coletivos de Sorocaba

BANDEIRA/SEGUIMENTO SECUNDÁRIO	%
Educação	57,1%
Cultura	52,1%
Racial	47,6%
Feminismo	47,6%
LGBTQIA+	42,1%
Juventude	42,9%
Saúde	38,1%
Estudantil	38,1%
Relações de trabalho	28,6%
Pessoa com deficiência	28,6%
Criança e adolescente	28,6%
Outro	23,8%
Meio Ambiente	23,8%
Partido político	19%
Carestia	19%
Moradia	14,3%
Idoso	14,3%
Ideopolítico	14,3%

Fonte: Questionário aplicado

É possível perceber o domínio da pauta cultural no interior dos sujeitos coletivos participantes, o que pode justificar-se pela já indicada estratégia de transmissão do questionário, contudo também expressar a relevância deste seguimento no cenário da cidade.

Neste sentido, nos chama a atenção os formatos organizativos presentes entre as respostas captadas. O recorte exposto nos remete ao quadro trazido entre os participantes de nossa pesquisa e passível de diálogo com o que Gohn (2022) indica

estar relacionado a eclosão de “coletivos políticos” a partir da década de 2010, como reflexo das movimentações pela disputa de hegemonia no cenário político e social do país naquele período. Conforme se observa a tabela que se segue:

Tabela 8 - Sujeitos Coletivos de Sorocaba por configuração organizativa e ano de fundação

FREQUÊNCIA POR DÉCADA		FREQUÊNCIA POR CONFIG. ORG.	
2010	9	Coletivo	3
		Mov Social/Pop	2
		Associação	2
		Org. Não Gov.	1
		Outras org. repres.	1
1980	2	Sindicato ou org. de classe	1
		Mov. Social/Pop	1
2020	2	Org. Não Gov.	1
		Coletivo	1
1990	2	Org. da sociedade civil	2
1920	1	Partido Político	1
1930	1	Sindicato ou org. de classe	1
1950	1	Sindicato ou org. de classe	1
1970	1	Mov. Social/Pop	1
2000	1	Inst. Privada	1
Não Sabe	1	Mov. Social/Pop.	1

Fonte: Questionário aplicado

Entre os participantes, a amostra indica predominância de sujeitos coletivos fundados a partir da década de 2010 sendo que entre estes, um terço se define dentro da configuração organizativa de “Coletivo”. É interessante observar que esta tendência dialoga com o que Gohn (2022) sugere em relação aos novos formatos organizativos que saem às ruas a partir das jornadas de 2013.

Além disso, é possível perceber que a caracterização de configuração organizativa dos sujeitos coletivos captados acompanha o que sugere a teoria dos movimentos sociais, quando demarca o período entre a primeira metade do século XX como a era dos Movimentos Sociais clássicos e a segunda metade do mesmo século com o aparecimento dos chamados Novos Movimentos Sociais. Sob esta ótica, verifica-se que há predominância de Sindicatos ou organizações de classe e Partidos políticos entre as décadas de 1920 e 1950, assim como há predominância de Movimentos Sociais/Populares relacionados à raça e gênero entre as décadas de 1970 e 1990, cabendo ainda, ressaltar que entre os participantes, há o dado sobre ano de fundação de 1 Sindicato na década de 1980, assim como percebe-se a

presença de Organizações não governamentais a partir da década de 1990, denotando, respectivamente, períodos demarcados pelo ressurgimento do sindicalismo pós ditadura e pela expansão do terceiro setor mobilizado pela sociedade em suas demandas.

Em síntese, verifica-se que, comparado com o levantamento prévio, o questionário aplicado não alcançou a totalidade dos sujeitos coletivos sorocabanos, entretanto a partir do extrato alcançado verificamos que a parte alcançada constitui-se pelo recorte etário entre a juventude e a meia idade, posto que traz indicativos sobre as bandeiras de luta em sua heterogeneidade e a preocupação em relação ao cruzamento de diferentes frentes no interior das organizações, além disso também é possível verificar que modelos organizativos alternativos ao tradicionais não se manifestam apenas como tendência – como o que se inferia entre a década de 2010 – mas mostram-se como realidade na arena das lutas sociais.

Neste sentido, concordamos com o apontado por Gohn (2022) ao afirmar sobre o caráter da disputa política dos movimentos e seu papel de negação a determinada realidade enquanto traço fundamental na constituição de um movimento social – e que nos, termos de nossa pesquisa, configuram-se pela acepção de Sujeito Coletivo que fundamentamos anteriormente – denotando a importância em se definir antagonismos no processo de organização dos atuais formatos organizativos, sobretudo os suscitados pela questão de classe.

Interessa-nos assim verificar como os sujeitos coletivos participantes de nossa pesquisa articularam esforços durante a pandemia de COVID-19, considerando de primeiro momento como travaram disputas, mediaram caminhos e expressaram respostas ao contexto da crise recém vivenciada, contudo também inferir sobre como estas experiências podem nos suscitar a compreendê-los a partir dos novos modos de mobilizar os esforços nos embates traçados, posto que consideramos indispensável ser apropriado pela categoria de assistentes sociais.

CAPÍTULO 3 – NAS ENCRUZILHADAS DO PANDEMONIO: O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS EM SOROCABA

3.1 OS DESAFIOS PARA ASSISTENTES SOCIAIS E SUJEITOS COLETIVOS DE SOROCABA

3.1.1 A pandemia de COVID-19 em Sorocaba

Mas o meu povo é forte até nos lamentos.
Sacode a poeira e tá pronto pra lutar.
Pra eles nossa existência já é o problema.
Se não for pra servir só serve pra odiar.
(Abrindo os caminhos – Marcelo D2, BNegão, Pedro Garcia).

Ao analisarmos estudos realizados no decorrer da pandemia, verificamos que as especificidades constituintes das desigualdades sociais brasileiras se colocaram como fatores determinantes à disseminação do novo coronavírus em nosso país. Fatores como as condições de moradia (SPAGNUOLO, 2020), condições socioeconômicas (SPAGNUOLO, 2020), raça e gênero (NISIDA; CAVALCANTE, 2020) apareceram diretamente associados aos grupos com maior concentração de acometimentos, evidenciando que os grupos socialmente vulneráveis estiveram mais suscetíveis à contaminação.

Antunes (2020) ressalta este período como o “capitalismo pandêmico”, título da obra que lançou em 2020 sobre a pandemia, sem ignorar que a crise circunscrita não deflagrou as contradições e o esgarçamento nas bases da sociabilidade que a temporaliza e sim exacerbou parâmetros de um capitalismo atolado nas piores expressões de suas contradições de classe – delineadas ao longo de nosso percurso.

A negligência do governo federal incidiu diretamente na forma como estados e municípios reagiram diante do período crítico da pandemia, especialmente nas estratégias adotadas para o controle da transmissão do vírus e seus desdobramentos – como também já trouxemos – incidindo diretamente na opinião pública, desafiando a compreensão quantos os riscos sanitários e os efeitos expandidos à ordem econômica, política e social, por uma batalha de narrativas que subestimava a gravidade da conjuntura e dificultava o sucesso das medidas de contenção e mitigação de seus reflexos.

Figura 1. Ato no Paço Municipal em protesto às mortes por COVID-19 durante visita do Presidente Jair Bolsonaro à Sorocaba em 25/06/2021.



Fonte: Foto Coletivo Anticapitalista 25/06/2021.

Neste contexto, o decorrer da pandemia em Sorocaba apresentou traços de semelhança ao cenário nacional, com autoridades desacreditando sobre o atendimento aos doentes⁴³, levantando suspeita sobre a gravidade do contexto sanitário⁴⁴, promovendo tratamento sem comprovação científica⁴⁵, desrespeitando medidas sanitárias ao participar de aglomerações sem proteção adequada⁴⁶, desinformando sobre a eficácia das vacinas⁴⁷, e fragilizando as potenciais

⁴³ Em Live realizada no dia 14/05/2020 na rede social Facebook, o então vereador Rodrigo Manga dirige-se até a Santa Casa de Misericórdia de Sorocaba (unidade de referência ao novo coronavírus) para questionar o recurso empregado ao atendimento de pacientes internados em tratamento para COVID-19 (MANGA, 2020a). Subsequente a isso, a Prefeitura de Sorocaba utilizou a mesma rede social para desmentir a denúncia do vereador e lamentar a distorção dos fatos (PREFEITURA DE SOROCABA, 2020).

⁴⁴ Ainda sob o contexto da visita à Santa Casa de Misericórdia de Sorocaba, Manga divulga outro vídeo com informações imprecisas e teor negacionista (MANGA, 2020b).

⁴⁵ Ainda enquanto vereador, Rodrigo Manga publicou em maio de 2020 na rede social Facebook que havia protocolado ofício junto à Prefeitura de Sorocaba sugerindo a prescrição de hidroxiclороquina por médicos da rede de saúde municipal (MANGA, 2020c). Posteriormente, já em exercício de mandato como Prefeito de Sorocaba, o político liberou a prescrição de “kit COVID” para “tratamento precoce”, ganhando os holofotes nacionais e tornando-se objeto de denúncia junto ao Ministério Público de São Paulo (PUTTI, 2021).

⁴⁶ “Governo de SP autua Bolsonaro, três ministros e outras 12 autoridades por não usarem máscara durante evento em Sorocaba” (GOVERNO..., 2021, n.p.).

⁴⁷ Em audiência pública promovida na Câmara de Sorocaba pelos vereadores conservadores Vinicius Aith (PRTB) e Dylan Dantas (PSC), em 10/11/2021, “Médico mente ao afirmar que vírus da COVID é

contribuições do “passaporte sanitário”⁴⁸ como instrumento de estímulo a vacinação e diminuição do risco de exposição ao vírus.

Em consulta aos dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde, entre os anos de 2020 e 2021, o município de Sorocaba apresentou prevalência de Covid-19 maior que o Estado de São Paulo e do Brasil em relação ao mesmo período. Em ranking de municípios, Sorocaba ocupou o 34º lugar com 77.677 casos confirmados, sendo a 159ª cidade em taxa de incidência para cada 100 mil habitantes, além de ocupar a 23ª posição no acumulado de óbitos confirmados, sendo a 41ª colocada em taxa de óbitos por 100 mil habitantes em relação aos outros municípios.

Tabela 9 - Comparativo de casos confirmados e óbitos e suas respectivas taxas de contaminação e mortalidade (Casos acumulados - 2020-2021)

	Sorocaba	Estado de São Paulo	Brasil
Habitantes	679.378	45.919.049	210.147.125
Casos acumulados	77.677	4.456.108	22.287.521
Incidência COVID-19 (100 mil/hab)	11.433,55	9.704,27	10.605,67
Óbitos acumulados	2.871	155.205	619.056
Taxa de mortalidade (100 mil/hab)	422,59	338,00	294,58

Fonte: Ministério da Saúde (elaboração nossa)

Com limite aos registros, medimos o alcance da pandemia no território sorocabano a partir de informações publicizadas pela vigilância epidemiológica de Sorocaba, que em julho de 2020 divulgou os bairros com a concentração de casos acumulados de COVID-19 na cidade a partir das Unidades Básicas de Saúde do município, conforme Boletim Epidemiológico v.8 nº 21, sistematizados por nós a seguir:

parcialmente desconhecido e vacinas são "lixo". Disponível em: <https://shre.ink/fakenewsCOVIDsorocaba>.

⁴⁸ Na mesma audiência pública da nota anterior, os vereadores divulgaram vídeo com o Prefeito Rodrigo Manga afirmando que o passaporte sanitário não seria adotado em Sorocaba, sob o argumento de restringir a “liberdade de ir e vir” das pessoas (CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA, 2021).

Tabela 10 - Concentração de casos confirmados de COVID-19 por UBS em Sorocaba (09/07/2020).

Unidade Básica de Saúde		% (total)	Unidade Básica de Saúde		% (total)
1º	APARECIDINHA	15,06%	17º	Ulysses Guimarães	2,15%
2º	MÁRCIA MENDES	6,02%	18º	Nova Sorocaba	2,10%
3º	CERRADO	5,73%	19º	Santana	2,10%
4º	RODRIGO	5,20%	20º	Barcelona	2,06%
5º	SOROCABA 1	4,47%	21º	Barão	2,05%
6º	HARO	4,22%	22º	Simus	1,98%
7º	SÃO BENTO	3,79%	23º	Cajuru	1,92%
8º	LARANJEIRAS	3,70%	24º	Paineiras	1,73%
9º	ÉDEN	3,42%	25º	Maria Eugênia	1,73%
10º	WANEL VILLE	3,36%	26º	Fiore	1,62%
11º	Maria do Carmo	3,29%	27º	Nova Esperança	1,58%
12º	São Guilherme	3,20%	28º	Habiteto	1,57%
13º	Mineirão	3,03%	29º	Brigadeiro Tobias	1,48%
14º	Hortênsia	2,88%	30º	Sabiá	1,33%
15º	Escola	2,81%	31º	Angélica	1,07%
16º	Vitória Régia	2,71%	32º	Carandá	0,64%

Total de casos confirmados: 7047

Fonte: Vigilância Epidemiológica - Prefeitura Municipal de Sorocaba (09/01/2020) (elaboração e destaques nossos).

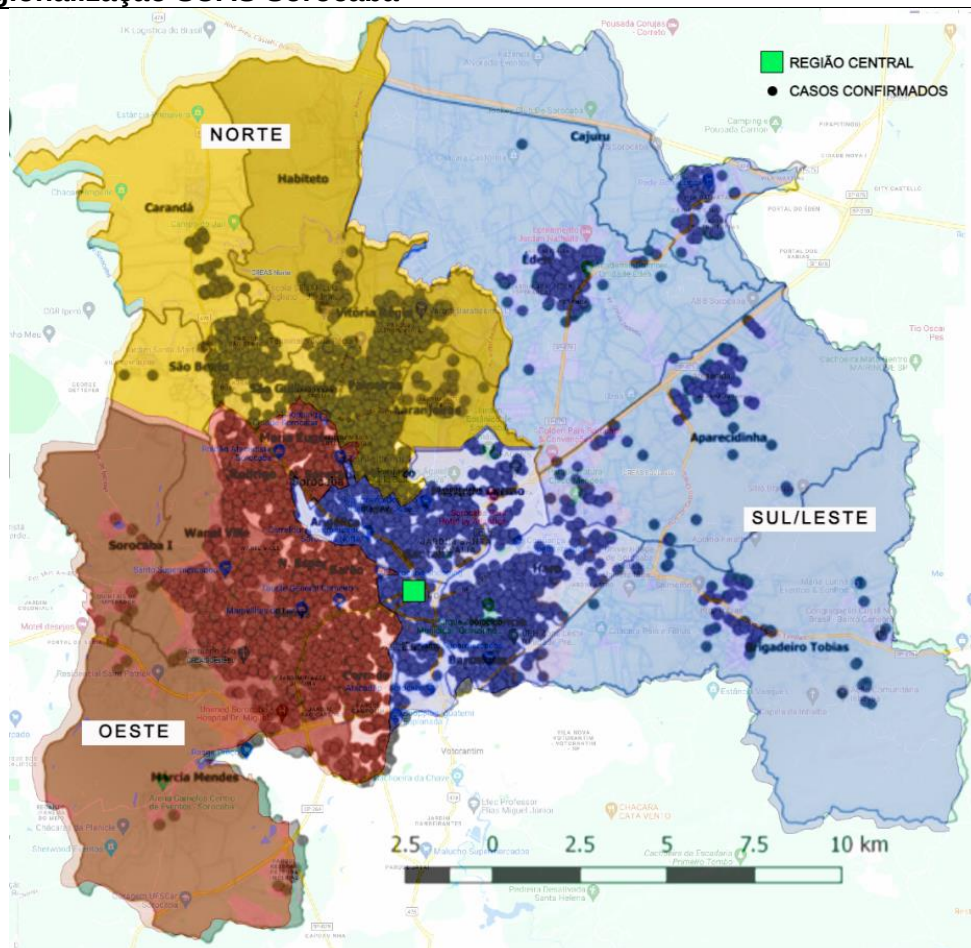
Ao verificarmos a relação de UBS's do município com casos confirmados, observamos que a pandemia decorreu por toda a cidade de Sorocaba, contudo não de modo uniforme.

Como referido, encontramos limites no volume dos dados para analisarmos sobre a circulação do novo coronavírus ao longo de toda a pandemia de COVID-19 em Sorocaba, pois com exceção ao levantamento utilizado (julho de 2020) não identificamos mapeamentos subsequentes divulgados pelo poder público local. Entretanto, estes dados nos indicam por onde o vírus esteve presente com maior prevalência nos primeiros meses da pandemia, nos apontando quais facetas o período crítico apresentou inicialmente e quais corpos estavam suscetíveis a lidar com os desafios de seus reflexos.

Para este levantamento, consideramos a estruturação do SUAS em Sorocaba, que divide a cidade em três regiões (Norte, Sul/Leste e Oeste), com base no mapeamento da Vigilância Socioassistencial municipal. Neste sentido, cruzamos por

sobreposição de mapas a localização das UBS's com maior concentração de casos com as três regiões referidas:

Figura 2 - Sobreposição de mapas: Concentração de casos de COVID-19 em Sorocaba e Regionalização SUAS Sorocaba



Fonte: Vigilância Socioassistencial (2017), Vigilância Epidemiológica (2020). Elaboração própria.

Conforme a imagem supra, é possível dizer que os casos se espalham pela cidade, contudo é evidente que a maior prevalência ocorre nas adjacências da região central, avançando aos bairros da região Oeste e Norte.

Cabe nota a respeito do percentual elevado de casos confirmados localizados na UBS Aparecidinha, que já representava a unidade de saúde com maior índice de contágios no levantamento publicado anteriormente pela Prefeitura de Sorocaba. Segundo matéria do G1 Sorocaba (2020) em 01/07/2020 a UBS Aparecidinha representava 7,3% dos 5400 casos confirmados, em virtude da “testagem da população carcerária da cidade” que cumpre pena na Penitenciária Dr. Antonio de Souza Netto (P2), localizada no bairro que nomeia a unidade de saúde.

Posteriormente, no boletim veiculado em 09/07/2020 o percentual de casos confirmados no bairro havia dobrado, saltando para 15,06% dos 7047 totais, conforme relacionado anteriormente na Tabela 10.

Câneo e Vila Nova (2022) afirmam que no Brasil a assistência à saúde nas prisões é insuficiente, negligenciando propositalmente seu acesso. No período pandêmico não foi diferente. Entre abril e maio de 2020 o Depen planejava apresentar ao CNPCP a proposta de alojar presos em flagrante que apresentassem sintomas da COVID-19 em “estruturas modulares temporárias, como contêineres” a fim de separá-los dos outros detentos como medida de contenção a possíveis contaminações, conforme informa Bruna Saniele em matéria da EBC (SANIELE, 2020). A proposta foi recusada pelo CNPCP, conforme Resolução nº 5, de 15 de maio de 2020 (BRASIL, 2020b), “essa iniciativa só ressalta a política governamental do “deixa morrer” essa população carcerária que é considerada descartável” (CÂNEO; SILVA, 2022).

Ainda no esforço de decifrar a população com maior risco de contaminação em Sorocaba, identificamos que as regiões Oeste e Norte constituem o maior número de pessoas cadastradas no CadÚnico em junho de 2020, referenciadas em oito CRAS desses territórios, a saber: Região Norte (CRAS Laranjeiras, 17,42%; CRAS São Bento, 7,99%; CRAS Vitória Régia, 7,78%; CRAS Carandá, 5,24%; CRAS Ana Paula Eleutério, 4,18%), somando 42,62% das pessoas cadastradas; Região Oeste (CRAS Ipiranga, 15,08%; CRAS Vila Helena, 13,13% e CRAS Nova Esperança, 9,74%), somando 37,95% das pessoas cadastradas. As duas regiões totalizam 80,57% dos mais de 116 mil cadastros (por pessoa) no sistema do Governo Federal dedicado a agrupamento de pessoas/famílias elegíveis a benefícios sociais em Sorocaba.

Ao analisarmos a incidência da contaminação do novo coronavírus nessas duas regiões, verificamos que estão alocadas 23 das 32 UBSs de Sorocaba, ao que totalizam 64,82% dos casos acumulados nos primeiros meses da pandemia, mas quem são estes sujeitos? Quais expressões das desigualdades sociais carregam e que sentenciam o potencial de contaminação que estavam expostos?

Com base nos dados de junho de 2020 da Vigilância Socioassistencial, nas regiões Norte e Oeste: 57% e 43% são mulheres e homens, respectivamente; com 34,65% declarando-se pretos ou pardos; a divisão por faixa etária é de 38,7% de 0 a 17 anos, 50,5% divide-se entre a juventude e meia idade (31,6% dos 18 aos 39 anos e 18,9% dos 40 aos 59 anos), e 10,7% são idosos com mais de 60 anos; entre os cadastrados acima de 17 anos, 93% sabem ler e escrever, sendo que 46% do total

indicam ter cursando entre oito e nove anos do Ensino Fundamental como maior grau de escolaridade; sobre os aspectos de renda, 31% das famílias cadastradas contam com renda per capita até R\$ 89,00/mês; 37% indicam ter trabalhado na semana anterior, contudo 72% deste montante ocuparam-se de funções sem vínculo empregatício garantido (trabalho por conta própria/bico, trabalho doméstico sem carteira assinada ou outras atividades sem carteira assinada); no aspecto moradia, 99% das famílias cadastradas residem em domicílios urbanos, 37% moram em casas com até 3 cômodos, sendo que 50% do total dedicam apenas 1 cômodo como dormitório.

O levantamento destes indicadores evidencia o retrato de corpos substancialmente jovens, com baixa escolaridade, consequentemente imersos em oportunidades (quando existentes) desvalorizadas no circuito produtivo, inseridos precariamente em condições de produção e reprodução da vida pela divisão racial, sexual, e social do trabalho notadamente insuficientes ao desfrute digno da riqueza socialmente produzida, são corpos demarcados pela penúria das contradições de um capitalismo azeitado pela priorização do lucro sobre a vida, açoiados por múltiplas expressões da questão social: estes corpos são “corpo-classe”, como define Antunes (2020), o conjunto da classe trabalhadora posicionado na linha de frente ao risco da contaminação.

Na mesma linha de frente, Assistentes Sociais e Sujeitos Coletivos enfrentaram cotidianamente a contenda pela vida, ora enquanto “corpo-classe” que os situam enquanto parte da classe trabalhadora ora pela “práxis” que os sustentam nas disputas pela viabilização de outros tempos.

Na ordem do dia, Assistentes Sociais depararam-se com a iminência em efetivar respostas a emergência conjuntural, assombrados por uma “administração ou gestão do risco social” (IAMAMOTO, 2019) viscosamente presente no século XXI, assaltando a prática profissional cotidiana emancipadora e expressando tendência ao conservadorismo individualizador da questão social, que não descortina sua verdadeira origem.

Na mesma ordem, Sujeitos Coletivos deparam-se com a pandemia atingindo diretamente a capacidade de mobilização e organização da luta, desde o âmbito em “resistir para não retroceder” até a conquista de novos direitos.

Não se pode deixar de mencionar a forma que os sujeitos coletivos sorocabanos lidaram diretamente com os reflexos da crise ampliada da pandemia,

assim como assistentes sociais desempenharam seu trabalho profissional durante o mesmo período, à luz de quais foram os principais desafios e quais as estratégias traçadas, verificando no interior das experiências coletadas aspectos que expressam o teor de resistência ao contexto imediato e os caminhos a serem disputados à longo prazo – que avaliamos perpassar pelo envolvimento das tecnologias da informação e comunicação em seus aspectos contraditórios.

3.1.2 Aspectos do trabalho profissional de Assistentes Sociais durante a pandemia de COVID-19 em Sorocaba

As tecnologias ancestrais nós temos
Pra induzir o sonho dentro de um pesadelo
(Primavera – Don L part Giovani Cidreira e Rael)

Tão logo anunciada, a pandemia do novo coronavírus já demonstrava que impactaria a vida de todos. Os protocolos de higiene e recomendações de convívio social sinalizavam atenção para um grave problema sanitário, mas que não se limitaria a isso, sendo que:

Por se manifestar em uma totalidade concreta, a sociedade capitalista, [a pandemia] adquire, ou melhor, é “sobredeterminada” por uma dimensão social. Tal dimensão é, em última análise, o estrutural antagonismo material entre as classes sociais, que por sua vez se encontra condensado no Estado capitalista (DEMIER, 2020, p. 72).

Sendo assim, ao se projetar a latência dos impactos da pandemia a longo prazo, foi possível identificar que os trabalhadores da saúde consistiam os primeiros corpos em prolongada exposição ao risco em virtude do vírus. Considerados como “essenciais”, avistaram a prática profissional ser aviltada pela sobrecarga das intensas rotinas que perpassavam o manejo dos usuários em algum nível de interação com o vírus, mas também no desenvolvimento de ações estratégicas que produzissem consenso em torno das recomendações sanitárias que propunham tentar controlar ou mitigar a propagação de contaminados.

Como vimos anteriormente, a pandemia passa a se espalhar em maior intensidade entre os setores mais vulneráveis da classe trabalhadora. Demier (2020)

já anunciava que para além dos fatores clínicos, os fatores sociais também seriam definidores dos grupos de risco:

Os trabalhadores empobrecidos, por sua vez, com menos acesso à saúde, habitando lugares degradados e dormindo em moradias apinhadas e sem higiene adequada, tornam-se ainda mais vulneráveis nesta pandemia, e é certamente entre eles que o vírus terá mais proliferação e levará a mais morte (DEMIER, 2020, p. 73).

Em paralelo, assistentes sociais foram duplamente afetados pela conjuntura: primeiramente enquanto classe trabalhadora, submetidos/as entre a dubiedade do isolamento e a saída às ruas, sob a clássica contradição da condição assalariada que inscreve o trabalho coletivo da profissão na divisão social, técnica, racial e sexual do trabalho - inserção cada vez mais fragilizada pelos quadros do mercado de trabalho em célere metamorfose; secundamente, encadeada à primeira, no âmbito da intervenção profissional, isto é, nos espaços de efetivação das políticas sociais enquanto respostas às expressões da questão social – ainda mais demandadas diante do período crítico da pandemia de COVID-19.

Em Sorocaba, verificou-se que 26 dos 29 Assistentes Sociais de nossa pesquisa trabalharam por período superior a 1 ano entre 2020 e 2021, ao que consideramos significativo, pois engrandece o teor das experiências relatadas em nosso levantamento.

Ao questionarmos sobre “os principais desafios e dificuldades ao cotidiano profissional dos assistentes sociais”, verificamos especificidades nas experiências relatadas de acordo com o formato de trabalho e o seguimento de atuação, contudo sobressaíram-se os relatos de convergência no que diz respeito aos contornos da prática profissional – presencial ou não no campo de atuação – naquele momento intrinsecamente permeada por aspectos relacionados ao contexto geral da pandemia, mas também ao mundo do trabalho em transformação.

Entre os participantes, destaca-se que mais da metade (17) esteve inserida na modalidade de trabalho presencial, sendo que a outra metade dividiu-se entre o trabalho híbrido (5) e remoto (7).

Sob este panorama, verificamos entre os/as assistentes sociais em trabalho presencial que “entender de maneira profunda e com segurança as características da doença (AS 23 – Habitação)”, “a impossibilidade de não ter contato direto com as pessoas (AS 22 – Saúde)”, a “contenção da pandemia dentre os profissionais e

acolhidos (AS 11 – Assistência Social)”, “manter atendimento presencial com segurança para a equipe e população (AS 19 – Assistência Social), além de lidar com “o distanciamento dos familiares para cuidado deles (AS 5 – Saúde)”, acompanharam o cotidiano de enfrentamento em paralelo ao medo em torno do risco em infectar-se ou entrar para as estatísticas de letalidade da pandemia, evidenciando questões de ordem laboral pertinentes.

Entre os/as profissionais em modalidade remota, “o novo modelo de trabalho (AS 15 – Assistência Social)” e a “dificuldade em acessar as famílias (AS 17 – Assistência Social)” somam-se aos desafios relatados pelos/as profissionais em modalidade híbrida, defronte a “recusa e resistência da população em utilizar máscara, álcool em gel e respeito ao distanciamento (AS 9 – Assistência Social)” e dificuldade de acesso aos serviços da rede (AS 24 – Assistência Social), assim como o “substancial aumento de demandas de saúde mental (AS 3 – Relações de Trabalho)”.

Relatos associados ao contexto sanitário, conturbado pelo negacionismo de autoridades públicas, expõem a dificuldade em reduzir os impactos negativos que o acompanhava, manifestando-se pela escassez de recursos humanos, físicos e instrumentais empregados ao seu enfrentamento, contribuindo ao aprofundamento da intensificação dos processos de trabalho, influenciando diretamente no processo de adoecimento de assistentes sociais, esmaecendo a efetivação de direitos e o fortalecimento do projeto societário reivindicado.

Segundo Dal Rosso (2008):

Chamamos de intensificação os processos de quaisquer naturezas que resultam em um maior dispêndio das capacidades físicas, cognitivas e emotivas do trabalhador com o objetivo de elevar quantitativamente ou melhorar qualitativamente os resultados. *Em síntese, mais trabalho.* (DAL ROSSO, 2008, p. 23).

Em paralelo a Marx, Dal Rosso (2008) indica que o processo de intensificação do trabalho se dá como parte fundamental à dinâmica de acumulação no seio do capitalismo a partir da reconfiguração dos modos de produção, relacionando o papel da maquinária com a força produtiva dos trabalhadores sob um contexto de jornada de trabalho reduzida. Marx (2017) indica que a redução das horas trabalhadas não resultou em menos mercadorias produzidas, pelo contrário, em virtude da “uniformidade no trabalho dos operários e à maior economia de seu tempo” (Marx, 2017) os custos embutidos nos períodos de intervalo (eliminados pela redução da

jornada) foram reduzidos, conseqüentemente reduzindo os ganhos no “salário por peça”, incorporando aos trabalhadores a dependência ao processo produtivo qual fosse a intensidade que estivesse organizado:

Assim, dentro de certos limites, o que se perde em duração ganha-se no grau de esforço realizado. Mas o capital assegura, mediante o método de pagamento, que o trabalhador efetivamente movimente mais força de trabalho. (MARX, 2017 p. 483)

Druck (2011) denota a intensificação do trabalho em posição síncrona à precarização do trabalho, configurada pela maximização da força produtiva à obtenção de resultados descolados das condições objetivas envolvidas na atividade profissional. Afirma ainda:

O terceiro tipo de precarização social refere-se às condições de (in) segurança e saúde no trabalho – resultado dos padrões de gestão, que desrespeitam o necessário treinamento, as informações sobre riscos, as medidas preventivas coletivas etc., na busca de maior produtividade a qualquer custo, inclusive de vidas humanas. (DRUCK, 2011, p. 49).

Observamos expressões deste processo de precarização do trabalho nas experiências captadas por nossa pesquisa, especialmente no que tange o acesso a Equipamento de Proteção Individual (EPI), treinamentos específicos e no acesso a manuais/instrumentais que subsidiassem a prática profissional dos assistentes sociais de Sorocaba durante o período crítico da pandemia.

Entre os 29 participantes de nossa pesquisa, 25 indicaram ter acessado EPI's entre 2020 e 2021, contudo a “falta de EPIs (AS 29 – Assistência Social e AS 10 - Educação)” evidencia os limites da disponibilidade destes recursos expresso entre as respostas, ao que entre os 25 participantes, 11 afirmam ter recebido EPI's uma ou poucas vezes – em face aos outros 14 que afirmam ter recebido EPI's continuamente ao longo do período.

Ainda, a “insegurança em relação ao uso de EPI da maneira correta e a disponibilização dos meus equipamentos pessoais para uso no trabalho (AS 18 – Assistência Social)”, denotam sobre a retaguarda no entorno dos profissionais. Para elucidar este aspecto, questionamos: “Você teve acesso a treinamentos sobre como lidar com o novo coronavírus no ambiente de trabalho?”.

As respostas apontam que 18 dos/as 29 assistentes sociais participantes afirmam ter recebido treinamento, contudo somente 4 afirmam ter recebido treinamento continuamente, em face aos outros 11 profissionais que não passaram por capacitação ao enfrentamento da pandemia.

Ao questionarmos “Você teve acesso à manuais, guias, instrumentais e/ou normativas para conduzir o seu exercício profissional durante a pandemia?”, 20 dos 29 respondentes afirmam que sim, contudo a mesma tendência do acesso a treinamentos se repete, quando apenas 4 assistentes sociais afirmam ter lidado com instrumentais específicos durante o período crítico da pandemia em Sorocaba. Neste âmbito, destaca-se a incidência de respostas indicando que os instrumentais acessados foram desenvolvidos/instituídos por profissionais em função de gestão na instituição de trabalho, contudo cabe observar que 7 participantes afirmam ter lidado com instrumentais desenvolvidos pelos próprios trabalhadores com atribuição de função técnica no espaço de trabalho.

Conforme aborda Melatti e Mansuet (2022):

A manutenção do funcionamento dos serviços de forma presencial com a tardia ou insuficiente distribuição dos EPIs, sem a oferta de treinamento para sua utilização, colocou os profissionais sob o risco de adoecimento, pesando sobre estes o medo de se tornarem vetores de contágio para a população atendida, assim como o possível contágio para os membros de seus núcleos familiares. (MELATTI; MASUET, 2022, p. 150).

Conjugado ao risco de adoecimento pelo vírus, esteve o adoecimento pelo desgaste emocional em decorrência à conjuntura crítica. Segundo Ornell (et al., 2020) o agravamento de questões emocionais relacionadas ao contexto da pandemia eram esperados, dada as experiências da história recente envolvendo epidemias ao redor do mundo (EBOLA, ZIKA, HIV, H1N1) indicando que, entre os principais fatores, os comportamentos relacionados ao medo estariam associados ao surgimento ou agravamento de transtornos mentais aos sujeitos em interação com a pandemia, apontando que a falta de perspectiva quanto as repercussões sociais e econômicas também engatilham o agravamento dos sintomas psiquiátricos (ORNELL et al., 2020).

Assistentes Sociais estiveram na linha de frente ao enfrentamento da pandemia, lidando diretamente com os impactos associados ao vírus e suas

ressonâncias realçadoras das expressões da questão social, saturando limites emocionais, acarretando sofrimento e adoecimento.

Em Sorocaba, o “substancial aumento de demandas de saúde mental (AS 3 – Relações de Trabalho)” associado ao “cansaço psicológico (AS 29 – Assistência Social)” estiveram presentes no cotidiano dos profissionais participantes de nossa pesquisa.

Em estudo publicado pela FMRP-USP sobre a saúde mental de trabalhadores da saúde durante a pandemia, verificou-se que cerca de 30% destes profissionais apresentaram problemas relacionados a saúde mental durante a primeira onda da COVID-19 (OSÓRIO et al., 2021). Entre os transtornos, a perda da qualidade de sono foi presente em 61% dos participantes, índice distante do levantado em outros locais no mundo⁴⁹ (OSÓRIO et al., 2021). Destaca-se no mesmo estudo a presença de mulheres casadas e com filhos como maioria entre os participantes, ao que também verificam na condição de gênero a manifestação de maiores sintomas emocionais no decorrer da pandemia (no teor da amostra analisada e em comparação a outros estudos).

Na avaliação dos autores estes indicadores podem estar associados ao fato das mulheres estarem cercadas pela responsabilidade profissional e pelo trabalho doméstico, acumulando funções e gerando sobrecargas (OSÓRIO et al., 2021).

Em outra pesquisa sobre a conjuntura pandêmica realizada pelo NEB/FGV⁵⁰ verificou-se que, entre 935 profissionais do SUS espalhados pelo Brasil, a pandemia impactou negativamente a saúde mental de mais de 81% destes. Taxa que se repetiu quando a abordagem se destinou aos profissionais do SUAS, quando 74% dos 1091 participantes afirmavam sentir a saúde mental impactada negativamente, com percentual ainda maior (78%) quando recortado à categoria profissional de assistentes sociais trabalhadores deste seguimento (LOTTA et al., 2021).

No mesmo estudo, os números trazem ainda mais alerta aos profissionais do SUAS, uma vez que apenas 11% afirmavam ter recebido apoio institucional para

⁴⁹ China 20% a 36%, Nepal 33,5% e Paraguai 27,8% (OSÓRIO et al., 2021)

⁵⁰ O NEB EAESP-FGV (Núcleo de Estudos da Burocracia) por meio de duas notas técnicas apresentadas⁵⁰ entre 2020 e 2021 intituladas “A PANDEMIA DE COVID-19 E OS(AS) PROFISSIONAIS DE SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL” e “A PANDEMIA DE COVID-19 E OS(AS) PROFISSIONAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL” demonstra os impactos da pandemia no cotidiano profissional de trabalhadores que estiveram no enfrentamento do novo coronavírus, evidenciando o entrelaçamento entre aspectos objetivos e subjetivos relacionados à prática profissional dos que estiveram diretamente expostos ao vírus e seus riscos.

enfrentar o contexto de adoecimento emocional, indicando o suporte em profissionais da psicologia, mas também em alternativas menos qualificadas (embora também importantes) como a religião, os familiares, e colegas de trabalho (LOTTA et al., 2020) – ao que também verificamos em nossa pesquisa:

[...] um dos desafios foi sermos a própria rede de apoio de colegas que mantiveram atuação presencial e de busca por meios para fortalecimento da nossa própria saúde mental [...] foram meses delicados, precisei por muitas vezes de acolhimento de profissionais que trabalham comigo para conseguir seguir dia após dia e trazer segurança e acolhimento para mim e para as crianças/adolescentes assistidas. (AS 7 – Assistência Social).

Expressão de um *sofrimento ético-político* que, nos termos de Sawaia (2018):

O ético-político não indica apenas que se trata de sofrimento determinado socialmente, já que todos os sofrimentos o são, mas que está associado à trama da servidão e da autonomia em suas diferentes particularidades. (SAWAIA, 2018, p. 265).

O sofrimento ético-político, cabe assinalar, não se instaura pelos recortes da pandemia do novo coronavírus, mas se agudiza. Arraigado pelas dimensões objetiva e subjetiva, desafiadas pela exposição a um micro-organismo desqualificado em seu potencial de risco pelas bocas da desinformação, permeado pelo medo e imprecisão dos rumos que a crise política-social-econômica tomaria se consolidadas pelo viés do negacionismo presente em sua mais trágica representação.

Denota-se a desassistência institucional, que pouco oferta retaguarda ao adoecimento psíquico de profissionais (inclusos os/as assistentes sociais), em uma psicologização do desgaste profissional à singularidade do indivíduo (como sujeito incapaz de lidar com as pressões e tensões cotidianas) que desconsidera os atravessamentos de uma sociabilidade burguesa predatória e desigual, responsabilizando o próprio trabalhador a disposição de alternativas – também isoladas – ao próprio sofrimento. Individualiza-se as angústias e suas respostas. Como “quem pariu, mantém e balance!” reforça a subjetivação neoliberal e suprime a viabilização de saídas coletivas, inclusive ao teor do adoecimento profissional.

Raichelis (2018) apresenta “A nova morfologia do trabalho no serviço social”, indicando que os contornos do trabalho profissional de assistentes sociais na atual dinâmica de acumulação e valorização do capital exprime a mesma realidade da

reestruturação produtiva do mundo do trabalho, nas últimas décadas “precarizado e deteriorado” (RAICHELIS, 2018, p. 51).

Sob o “fio da navalha”, Raichelis e Arregui (2021) demarcam o aprofundamento da deterioração e precarização do trabalho em sua função de produção e (também) reprodução da vida, inclusive sob o arrimo das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) com a complexificação de um espelhamento⁵¹, que a serviço da “ideologia do gerencialismo” (RAICHELIS, 2018) interioriza nas políticas sociais e no cotidiano profissional de assistentes sociais a neoliberalização do gerenciamento do trabalho (desregulado, flexibilizado, terceirizado e mercantilizado), “não é uma fatalidade, mas uma estratégia do padrão de acumulação capitalista” (RAICHELIS; ARREGUI, 2021).

Na lógica de interação entre o velho e o novo, e entre o novo e o velho (nos termos de Druck, 2011), a “nova-velha morfologia do trabalho” (RAICHELIS et al., 2022b) mediada pelas TIC’s também impactou o trabalho de assistentes sociais no decorrer da pandemia (RAICHELIS; ARREGUI, 2021; RAICHELIS, 2022a; 2022b), ao que pudemos confirmar nos limites do assentamento de nossa pesquisa em Sorocaba.

Entre os/as 29 participantes, 27 apontam ter lidado com tecnologias da informação e comunicação durante a pandemia. Destes, 21 indicam ter lidado com as TIC’s durante todo o período que definimos como recorte temporal (2020-2021).

Ao questionarmos “quais TIC’s?”, os participantes dividiram-se por todas as alternativas disponíveis em nosso questionário, definidas em três grupos: 1) dispositivos eletrônicos⁵², 2) softwares mediadores de comunicação⁵³, e 3) gerenciadores de banco de dados⁵⁴. Com maior incidência aos computadores, notebooks ou tablets, aplicativos/programas para vídeo chamada,

⁵¹ Raichelis (2018) aborda o status de degradação do mundo do trabalho no “campo produtivo” (material) ao “campo reprodutivo” (imaterial) pela mesma lógica de ordenação da acumulação sob o paradigma neoliberal, dispondo as regras de gerenciamento das empresas privadas e manejo da obtenção do lucro ao Estado: Constatamos assim que as novas formas de gestão do trabalho no Estado brasileiro, a exemplo do que vem ocorrendo desde os anos de 1970 nos países capitalistas centrais, representam o “espelho” da reestruturação produtiva do capital no setor produtivo empresarial, visando adequar a razão pública à lógica privada, introduzindo o efeito disciplinador da concorrência em todos os níveis para aliviar custos e maximizar resultado. (RAICHELIS, 2018, p. 55).

⁵² Computadores, notebooks, tablets, smartphones/celulares, câmeras para registro de imagens/vídeo ou vídeo chamada e gravadores ou reprodutores de áudio.

⁵³ Aplicativos/Programas de mensagens instantâneas (ex: whatsapp), aplicativos/programas para videochamadas, e plataformas digitais.

⁵⁴ Sistemas informatizados para registro e armazenamento de dados.

aplicativos/programas de mensagens instantâneas (ex: WhatsApp) e smartphones/celulares.

Cabe ressaltar que na análise das contribuições sistematizadas não identificamos consenso entre as avaliações quanto ao impacto das tecnologias da informação e comunicação ao cotidiano profissional, entretanto ficou evidente o caráter contraditório que as TIC's carregam à compreensão das/os assistentes sociais de Sorocaba respondentes do questionário.

Entre os relatos, destaca-se a percepção dos profissionais quanto a “essencialidade” das tecnologias como mediadoras da prática profissional no contexto pandêmico, uma vez que “foram importantes para implantarmos outras formas de trabalho e acesso aos usuários, embora tenham sido prejudicados pelos limites de acesso às TICS (AS 19 – Assistência Social)”.

De acordo com as respostas, o impacto das TIC's foi “essencial para a manutenção da comunicação com os usuários atendidos pelo serviço (AS 25 - Saúde)”, sendo “muito importante, pois aprendi a usar ferramentas que não conhecia e que favoreceu continuar trabalhando mesmo de modo remoto (AS 20 - Educação)”, além de contribuir “para humanizar os atendimentos e diminuir a fragilidade dos pacientes (AS 5 - Saúde)”, mesmo que “inicialmente bastante complexas em função da falta de acesso da população aos aparelhos. Após algum período, a maioria se mostrou bastante adaptada, incluindo profissionais que atuam na rede (AS 9 - Assistência Social).”

Consideram que as TIC's, foram positivas e “vieram para ficar (17 - Assistência Social)”, ao que acreditam manter-se como “importante ferramenta de trabalho no “pós pandemia” (AS 3 - Relações de Trabalho)” por “trazerem outras possibilidades de comunicação acompanhando as mudanças na sociedade, ainda que não substitua intervenções presenciais quando necessárias. (AS 1 – Sociojuridico)”.

Neste cenário, assistentes sociais depararam-se com o imperioso desafio de sustentar a constante defesa dos valores éticos nucleares do fazer profissional, em dado momento materializado pela garantia de direitos em uma conjuntura incoerente que desmantela direitos e ao mesmo tempo lateja sua urgência, em outros pela necessária marcha em direção ao projeto profissional tensionador de outra ordem à sociabilidade.

Ao questionarmos “Como você avalia as TIC's que estiveram à sua disposição? As respostas nos demonstram que os profissionais se dividiram em relação ao teor

das avaliações, com equilíbrio entre os que assinalavam “facilidade de acesso e manejo” e os que encontraram dificuldades neste quesito. Além disso, após sistematização dos dados, verificamos que houve maior incidência de respostas relacionadas a aspectos negativos quanto a qualidade das TIC’s ofertadas, indicando as tecnologias disponíveis como “ultrapassadas, sucateadas e com restrições significativas de uso (quando não inutilizáveis)”.

Com base nas experiências trazidas por nossos participantes, podemos inferir que a abrupta massificação das TIC’s durante a pandemia se deu desarticulada às condições materiais e técnicas da realidade das/os usuárias/os e assistentes sociais, respectivamente demandados ao manejo de dispositivos e aplicativos para acesso aos direitos e exercício profissional.

A essencialidade das TIC’s ganha outro contorno à medida que se acomoda no exercício das atividades cotidianas das/os assistentes sociais, requerendo afinação dos olhares às “armadilhas fetichizadas” (RAICHELIS, 2022b, p. 16) que as definem ora como salvação, ora como determinadas, isto é, sem a apropriação dos objetivos que às disseminam massivamente:

As TIC’s foram essenciais nos períodos em que estivemos em trabalho remoto, pois não haveria outra forma de comunicar-me tanto com a equipe de trabalho, tanto com os atendidos e a rede, porém tive dificuldades de dar conta das pressões do uso destes equipamentos na rotina, a exigência de retornos mais rápidos à população e também as questões de horário em que eu havia de responder situações de extrema urgência fora de meu horário de trabalho (AS 10 - Educação)

Raichelis (2022b) demarca a contradição das tecnologias que facilitaram acesso sob as condições excepcionais no alargamento das expressões da questão social nos tempos da pandemia, contudo também expressa que na tentativa em efetivar respostas pegou carona a sobrecarga e o adoecimento de profissionais que tiveram a vida invadida pela precarização do trabalho, já afadigado nas capacidades profissionais tradicionais porém ainda continuamente explorado pelos novos padrões de espoliação e extração de valor (material e imaterial) que o capital pode o submeter.

A precariedade das condições, gradativamente degradadas pela lógica neoliberal, também se explicita entre os nossos participantes, quando “os recursos disponibilizados eram insuficientes para atendimento das necessidades da atuação profissional. (AS 27 - Assistência Social)”, refletindo seu impacto “negativo, pois,

muitas vezes, a interação entre os colegas de trabalho ficou aquém das necessidades. (AS 23 - Habitação)”.

Nesta ampla seara, a fragilização da relação entre assistentes sociais, políticas sociais e usuários é aprofundada. No espectro do capitalismo neoliberal que desmonta as possibilidades do trabalho em seu potencial valor social coloca-se à prova o alcance da capacidade transformada da intervenção profissional de assistentes sociais, que entre nossos participantes registrou-se repetidamente em falas relacionadas à fragmentação das políticas sociais: “limitação dos serviços (AS 26 – Assistência Social), “rede de atendimento escassa (AS 3 – Relações de Trabalho)”, “dificuldade de acesso aos serviços da rede (AS 24 – Assistência Social)”, e “articulação com a rede de serviços (AS 10 – Educação).

A mercantilização das políticas sociais “circunscrevem o trabalho do assistente social” (IAMAMOTO, 2019. p. 41) expressando o estágio atual da lógica neoliberal, demarcado por uma hiperfinanceirização que assalta os fundos públicos e contingência na ponta das políticas sociais a parca redistribuição da riqueza socialmente produzida. A sanha pela extração e concentração do valor terceiriza as responsabilidades do Estado que, enredado por contrarreformas, desregulamenta e flexibiliza o conjunto de condições ao exercício profissional de assistentes sociais (e do amplo conjunto da classe trabalhadora), desqualificando o significado social da profissão e qualificando a subsunção da categoria ao desigual tensionamento da relação capital x trabalho.

Durante o período crítico da pandemia, questões tradicionalmente postas aos marcos da relativa autonomia profissional (IAMAMOTO, 2014; 2019; RAICHELIS, 2020) voltam a demandar tensionamento de assistentes sociais, como “desvios de função e descaracterização do serviço ofertado pelo equipamento. (AS 10 – Educação)” e “Requisições a mim enquanto assistente social que extrapolam as atribuições e competências técnicas. (AS 25 – Saúde)”, contexto em que “houve muita insegurança em como manter os princípios éticos do atendimento humanizado com as crianças e adolescentes atendidos. Porque para além de trabalharmos demandas relacionadas aos rompimentos de vínculos no contexto de acolhimento institucional, precisávamos buscar constantemente meios de fortalecermos esses vínculos. (AS 7 – Assistência Social)”.

Segundo Fernandes et al. (2022), os/as trabalhadores da assistência social e saúde concentraram o maior número de consultas ao Setor de Fiscalização

Profissional (SFP) do CRESS/SP em 2021, sendo que no período mais agudo da pandemia, ao que aparenta justificar-se pelo contexto de emergencial, a requisição de tarefas alheias às competências profissionais e suas atribuições privativas, como a gestão de fluxos e filas, paramentação de equipamentos de proteção individual em usuários, monitoramento clínico de pacientes e etc. (FERNANDES et al., 2022), demandando ao conjunto CRESS/SP a abertura de sessão “Serviço Social contra a COVID-19 (coronavírus)” (SERVIÇO..., 2023) no endereço eletrônico da autarquia, ofertando fundamento jurídico e instrumental aos profissionais durante este período, com a reunião de normativas, direcionamentos técnicos adaptados às especificidades dos múltiplos seguimentos de atuação, documentos públicos e notícias sobre a COVID-19, e o memorial dedicado aos/as assistentes sociais vitimados pela COVID-19.

Guerra (2022) denota que a cobrança de requisições indevidas perpassa fatores muito mais profundos do que apenas o período crítico da pandemia, expressam “o antagonismo entre capital e trabalho”, tanto pela expectativa do primeiro sobre o segundo, quanto em relação a posição adotada pelo segundo no tensionamento sobre o primeiro. Neste embate, envolvem-se os interesses privados anovelados à estrutura do Estado embutidos ao corpo das políticas sociais, e o projeto profissional enraizado pelos valores ético-políticos que assistentes sociais carregam desde a sua formação até a chegada ao mercado de trabalho – com contornos ainda mais desafiadores dada a inserção profissional enquanto trabalhadores/as assalariados/as com o risco de exclusão no acesso a cadeia produtiva pelo mercado de trabalho.

Com base no trazido, verificamos que os principais desafios latentes ao período pandêmico também se apresentaram ao cotidiano profissional de assistentes sociais em Sorocaba: o risco sanitário no contexto da pandemia de COVID-19 com condições insuficientes ao seu enfrentamento, caracterizadas pelas novas maneiras de precarizar as estruturas, formas e direções de um mundo do trabalho que está em transformação, mas que conserva seus fundamentos de exploração.

Em face a estes tempos, de “mais trabalho”, mais adoecimento, mais precarização e exploração, nos interessa sustentar o fôlego no brado pela defesa do verdadeiro significado social da profissão.

Importa mencionar que de dentro e fora do núcleo das relações institucionais, possamos engendrar possibilidades ancoradas pelos valores éticos-políticos que

constituem a categoria profissional, especialmente a partir do caráter propositivo constitutivo ao exercício da profissão (IAMAMOTO, 2014), superador da rotina acrítica e que descortine a realidade em constante movimento, tensionando suas possibilidades aos interesses do projeto societário que divide em conjunto com a classe trabalhadora.

3.1.3 O enfrentamento à pandemia de COVID-19 pelos Sujeitos Coletivos sorocabanos

Eu não vou sucumbir.
Avisa na hora que tremer o chão.
Amiga é agora segura minha mão.
A minha jangada, foi pro mar.
Pra minha jangada arriscar.
Eu não vou sucumbir.

Libertação – Elza Soares, BaianaSystem, Virginio Rodrigues)

Gohn (2022) indica que, logo após a OMS anunciar a pandemia de COVID-19 em nível mundial, o governo brasileiro demonstrou qual seria o compromisso com a gestão da pandemia, ao endossar uma enorme aglomeração contra o STF em frente ao palácio do planalto, deflagrando o tensionamento entre o poder executivo nacional e os outros poderes federais – estendidos às esferas políticas e administrativas, como governadores e prefeitos.

Denota-se que o negacionismo em relação a gravidade da pandemia ganhou contornos significativos ao longo da crise, com a desarticulação do governo federal ao posicionar ao segundo plano o risco sanitário e priorizar a disputa dos próprios interesses políticos e econômicos. Com o objetivo de perpetuação dos moldes autoritários e ultraneoliberais, ignorou recomendações necessárias à mitigação da propagação do vírus, dificultando a conscientização da sociedade em relação ao cenário instalado, conforme avaliação de um militante da setorial de juventude de um partido político de esquerda participante de nossa pesquisa:

Acredito que além do medo de contrair o vírus, o negacionismo do governo de Jair Bolsonaro e de seus apoiadores foi o fator crucial que dificultou as ações de conscientização da sociedade civil. Se, por um lado, tínhamos uma parcela (jovem, adulta, idosa) consciente e buscando se proteger ao máximo, do outro o discurso de uma "gripezinha" e que "a economia não pode parar", do ex-presidente, minou as ações de conscientização. Seus apoiadores baseados nesse discurso e em teorias falsas e malucas, colocavam em risco toda a população, não se protegendo e fazendo questão de

não utilizar álcool em gel. Particularmente, diante do descaso, teve momentos que sofreu de ansiedade e fiquei desmotivado em continuar na militância, mas a necessidade de combater todas as situações me ajudaram a continuar de alguma forma. (Militante SC 20 – Juventude).

Entre os participantes de nossa pesquisa, verificamos que as preocupações e desafios presentes no período crítico da pandemia acompanharam os desdobramentos da conjuntura em escala nacional, envoltos em seus aspectos sanitários, políticos, econômicos e sociais.

Com base em levantamento realizado pela Rede de Pesquisa Solidária e o CEBRAP, Gohn (2022) aponta os principais problemas relatados entre líderes comunitários ao redor de diferentes capitais do Brasil:

[...] listados em ordem decrescente dos percentuais encontrados: insegurança alimentar, fome, cesta básica (acesso ou insuficiência), trabalho (ausência), falta de renda, desemprego, acesso a auxílio emergencial, contágio da COVID-19, falta de adesão a medidas de combate à pandemia, falta de atendimento e acesso a equipamento de saúde; medo, ansiedade e depressão: falta de dinheiro para máscara e higiene pessoal. (GOHN, 2022, p. 70)

A sociedade brasileira sentiu os reflexos do negacionismo e desarticulação do governo federal, ressaltados entre a população vulnerável, majoritariamente composta pela classe trabalhadora.

Inevitavelmente, nos seguimentos organizados, a mobilização da luta também foi afetada, agora para além das questões tradicionais em torno da manutenção e conquista de novos direitos.

Na busca em compreender as especificidades que se apresentaram aos militantes de sujeitos coletivos sorocabanos neste contexto, questionamos: “Quais os principais desafios ou dificuldades ao seu cotidiano de atuação durante o período crítico da pandemia?”

Entre os 21 militantes respondentes de nosso questionário, verificamos a “manutenção da vida” como o principal desafio enfrentado, dividido em duas frentes compreendidas por nós como prioritárias: o contexto sanitário e o aprofundamento das desigualdades.

No entroncamento destas duas frentes destacam-se, entre os respondentes do questionário, a atuação de sujeitos coletivos ancorados nas relações de trabalho, tradicionalmente protagonistas nas disputas em torno das pautas de emprego e renda,

demandados durante o período crítico da pandemia a “lutar pela categoria e por famílias em situação de vulnerabilidade extrema e evitar ficar doente. (Militante SC 18 – Relações de Trabalho)”, em um tempo que “houve dificuldade em “manter os postos de trabalho e os salários com segurança sanitária sem a retirada de direitos (Militante SC 4 – Relações de Trabalho)”. Contudo, a manutenção da subsistência também desafiou sujeitos coletivos de outros seguimentos, expressos pela necessidade em “garantir o acesso às políticas de repasse de renda, alimentação, profilaxia e higiene das pessoas trans em situação de prostituição e extrema vulnerabilidade. (Militante SC 2 – LGBTQIA+)”, assim como a necessidade de “criar soluções para possibilitar renda e vínculo entre artistas e público. (Militante SC 13 – Cultura)”, em um contexto inadiável que embricava “o contágio, as “fake news”, as questões materiais/financeiras e conseguir conciliar as responsabilidades doméstica/profissionais com a urgência do movimento (Militante SC 9 – Racial)”.

A conjuntura demandava o antagonismo à necropolítica, utilitária de vetores pandêmicos para dizimar os inimigos indesejados (mais pobres, negras e negros, lgbtqia+, população de rua, indígenas), ebulindo os anseios ao seu confronto, via respostas coletivas por protestos difundidos ora pelo único espaço preservado ao contágio pelo vírus: a internet (GOHN, 2022).

A processualidade histórica do capitalismo ultraneoliberal colapsado por uma profunda crise de representação entre sujeitos e sistema, mas também entre sujeitos e alternativas tradicionais de oposição, colide com o advento do inesperado (mas previsível) período crítico da pandemia do novo coronavírus, suscitando o estremecimento das bases de sociabilidade, sobretudo na explicitação à desvalorização da vida.

Sendo os reflexos desta colisão produtos do tempo e condições que ocorreram, também se concebe neste mesmo tempo entre os mais expostos (para nós: a classe trabalhadora) a organização e o engajamento de esforços ao seu enfrentamento.

Castells (2013) indica que, na atualidade, a mobilização desses esforços não se difere do paradigma convencional do tensionamento na disputa de direção societária, mas é conduzida por novas formas de impulsionamento, fundamentadas pela lógica de interação alastrada com a expansão da comunicação em massa, mediada essencialmente pela internet e suas ferramentas. A plataforma de operação destes novos moldes de organização situa-se hibridamente na correlação entre o virtual e o real, em uma:

[...] interação do espaço dos fluxos na internet e nas redes de comunicação sem fio com o espaço dos lugares ocupados e dos prédios simbólicos visados em seus atos de protesto. Esse híbrido de cibernética e espaço urbano constitui um terceiro espaço, a que dou o nome de espaço da autonomia (CASTELLS, 2013, p. 129).

Para o autor, o “espaço da autonomia” permite ao ativismo via internet o distanciamento das maneiras tradicionais da ação política contestatória (consideradas fracassadas na capacidade de respostas), constituindo movimentos organizados sustentados em valores e práticas efetivamente antagônicas aos modelos ultrapassados em vigência, emergindo a partir da década de 2010 novas maneiras de se organizarem, em um novo modo de reivindicação às condições de vida, a partir de uma nova maneira de tensionar os conflito e a ação coletiva – ao que consideramos ter se aplicado no percurso da pandemia.

A definição de estratégias à luta se fez necessária, concretizadas na busca por condições de sobreviver ao vírus, com a incorporação de equipamentos de proteção individual e a adoção dos protocolos sanitários como o distanciamento social, exigindo a adaptação das dinâmicas de organização dos sujeitos coletivos, agora sem o principal local de manifestação de suas práticas.

Sob a conjuntura pandêmica, sujeitos coletivos ausentes das ruas lidaram com a dificuldade do “isolamento social, com o distanciamento físico da base (Militante SC 1 – Juventude), demandando “a criação de meios para continuar atuando, uma vez que nosso trabalho envolve encontros presenciais. (Militante SC 13 – Cultura)”, visualizando nos recursos tecnológicos ferramentas facilitadoras, além de permitirem “pensar e se adaptar para atividades educacionais e culturais por meio de recursos online (Militante SC 21 – Cultura)”. Ameaçados, a tecnologia evidenciava seu potencial à dimensão política-organizativa, com a possibilidade de incidir nos desígnios da ação coletiva,

Com o intuito de compreender a posição atribuída aos recursos tecnológicos, ainda que inicialmente no campo virtual de ativismo político, questionamos: “Você lidou com TIC’s durante o período crítico da pandemia?”.

De acordo com a amostra, os 21 militantes participantes afirmam que sim, sendo que 17 destes indicam ter utilizado tecnologias da informação e comunicação durante todo o recorte temporal da pesquisa, sendo de fácil manejo e em condições

apropriadas às necessidades demandadas. Ao indicarem quais TIC's, destacam-se as relacionadas a “aplicativos/programas de mensagens instantâneas (ex: WhatsApp)” com incidência entre 95% dos militantes, os “computadores, notebooks ou tablets” com incidência entre 90% dos militantes, além de “smartphones e celulares”, “plataformas digitais” e “aplicativos de videochamadas”,

Entre os relatos, verificamos a relevância positiva que as tecnologias ganharam no período pandêmico. Contribuindo ao estreitamento das relações entre sujeitos coletivos e população: “essencial para garantir o trabalho de comunicação, informação e acesso as pessoas assistidas (Militante SC 2 – LGBTQIA+)”, “usamos muito o whatsapp, onde conseguíamos nos comunicar diariamente com os(as) trabalhadores(as) (Militante SC 4 – Relações de Trabalho)”, “Fundamental no período de pandemia para manter a qualidade do nosso trabalho e articulação com a rede de atendimento (Militante SC 17 – Feminismo)”, inclusive para garantir “as reuniões que não podiam ser presenciais (Militante SC 6 – Relações de Trabalho)”.

Destaca-se a relevância das tecnologias da informação e comunicação na ação política dos sujeitos coletivos sorocabanos, a exemplo da experiência do “Fórum em defesa da vida”, formatado por ativistas independentes e setores organizados da sociedade civil sorocabana na mobilização de atos aglutinadores de forças coletivas que pressionaram os rumos que a pandemia e seus reflexos tomavam na cidade (CÓMITRE; TOMOTO, 2022).

O Fórum em Defesa da Vida surge, primeiro como Fórum Permanente de Luta a partir da reunião de dois grupos: 1) trabalhadores da educação e atores sociais desarticulados enquanto movimento, e 2) grupos de articulação de diferentes movimentos sociais sorocabanos posicionados nos ideários políticos da esquerda radical (CÓMITRE; TOMOTO, 2022). A ebulição das insatisfações destes dois grupos, inicialmente desarticulados entre si, propiciou a organização de um sujeito coletivo unificado através da aproximação via aplicativos de mensagens e programas de videochamada (CÓMITRE; TOMOTO, 2022), resultando no primeiro ato público de oposição à conjuntura pandêmica em Sorocaba, reunindo cerca de setenta veículos em manifestação com o tema central “Fora Bolsonaro” (CARREATA..., 2021).

Figura 3 - Manifestações a favor da vacina



Fonte: SMetal (2021) Foto: Caroline Queiróz Tomaz.

As TIC's contribuíram à efetivação das ações desenvolvidas pelos sujeitos coletivos sorocabanos participantes de nossa pesquisa, sendo “fundamentais na organização das ações realizadas tanto para mobilização e arrecadação de recursos materiais e financeiros, como para as distribuições com entregas e retiradas (Militante SC 9 – Racial)”, “fez com que pudéssemos manter o atendimento do sindicato de forma remota, com todos os funcionários em *home office*, também permitiu que pudéssemos alcançar famílias em situação de vulnerabilidade para assistirmos com o mínimo necessário como alimento por exemplo (Militante SC 18 – Relações de Trabalho) e “nos possibilitou atuar à distância através de lives com os artistas e conteúdos culturais para consumo do público em redes sociais (Militante SC 13 – Cultura)”.

Contudo, entre a facilidade de acesso e manejo, a mediação das TIC's também ocorreu de modo prejudicial entre as contribuições ao nosso questionário, com impacto “exaustivo, por lidar com programas com falta de segurança, falhas técnicas, não ter acesso das mesmas ferramentas para todos e perda do contato e da camaradagem. (Militante SC 11 – Juventude)”, ainda que “paliativa, uma ferramenta que nos auxiliou pontualmente para a existência do coletivo, mas que efetivamente não deu conta de nos colocar em processos criativos, de retornar ou recriar contato com o público. De todo modo, auxiliou para a resistência do grupo. (Militante SC 14 – Cultura)”, explicitando que mesmo como alternativa com potencial agregador aos sujeitos coletivos, não substituem o contato presencial e a relação de identificação entre os militantes.

Assim, as TIC's foram “desafiadoras. Não negativamente, mas enquanto força de movimento. Uma imposição com ganhos possíveis (Militante SC 19 – Educação), podendo beneficiar os sujeitos coletivos que estejam atentos à sua aplicabilidade

enquanto ferramenta potencializadora à mediação entre a necessidade de mudança e a ação coletiva efetivamente posta em prática.

A síntese dos relatos trazidos a respeito da influência das TIC's durante o período crítico da pandemia ressalta dificuldades e experiências sobre o propósito e o modo de atuar dos sujeitos coletivos sorocabanos em um tempo inabitual, ainda que com características das contradições capitalistas já conhecidas. As reivindicações precisaram ser deslocadas forçadamente a um território digital, localizando nas redes sociais e plataformas o centro dos debates que, embora familiar, se revelou complexo à urgência da pandemia.

Castell (ano) afirma que ainda que na modernidade as redes sociais sejam importantes ferramentas que ampliam e reconfiguram a relação entre ativismo e realidade, não se compõe como o primordial impulso que desperta as motivações pela mudança. A internet é parte fundamental, mas não é suficiente para a ação coletiva, ao que entendemos ser indispensável o contato físico, pessoal, presencial, sob a perspectiva de que somente a partir do elo entre real e virtual é possível estabelecer a constância que retroalimenta um ao outro.

Verificamos, portanto, que as TIC's colocam contornos centrais ao contexto pandêmico entre os dois grupos que constituem nossa pesquisa, no entanto não da mesma forma. Devemos enxergá-las como uma ferramenta que pode ser usada tanto para fortalecer as lutas da classe trabalhadora (como as que vimos com os sujeitos coletivos participantes de nossa pesquisa), quanto para aprofundar a exploração capitalista pela precarização das condições de produção e reprodução da vida (como também vimos entre os assistentes sociais de nosso questionário). Cabe, portanto, a apropriação crítica desta ambivalência, fundamentando a compreensão de que as TIC's não se fazem por/com parâmetros morais intrínsecos a elas, mas atribuídos e direcionados de acordo com a finalidade e os interesses de quem as controla.

Ressalta-se essa importância, especialmente pelo enlaçamento que assistentes sociais e sujeitos coletivos conjugam em torno da dimensão ético-política que cercam os enfrentamentos cotidianos. Sob esta perspectiva, buscamos verificar como estes dois grupos articularam esforços ao enfrentamento da crise sanitária, econômica e social ao longo de 2020 e 2021, primeiramente no interior dos próprios grupos (entre assistentes sociais e atores externos / sujeitos coletivos e atores externos) e, conseqüente, verificando se ocorreram articulações entre os dois grupos

(assistentes sociais e sujeitos coletivos) à luz do papel das TIC's em todo esse processo.

3.2 A ARTICULAÇÃO ENTRE ASSISTENTES SOCIAIS E SUJEITOS COLETIVOS EM SOROCABA

3.2.1 De que articulações estamos falando?

Tá ligado não ando sozinho.
Cada passo que dou vou abrindo os caminhos.
Pra junto do meu povo poder festejar.
(Abrindo os caminhos – Marcelo D2, BNegão, Pedro Garcia).

O exercício profissional de assistentes sociais perpassa por diferentes gradações, desde a inserção institucional no diverso escopo estatal das diferentes políticas públicas (nem sempre alinhadas às aspirações da categoria), até a inserção em organizações e movimentos⁵⁵ que partilhem o mesmo projeto societário da categoria. Dentre essas, a mobilização de políticas, bens, serviços, conhecimento e técnicas compõe a maciça capacidade articuladora da profissão na efetivação e garantia de direitos, sob a primazia da defesa intransigente dos direitos humanos e os interesses do conjunto da classe trabalhadora.

Regulamentado pela Lei 8662/93 o Código de Ética do/a Assistente Social é um importante instrumento jurídico que oferece parâmetros para a atuação profissional de assistentes sociais no Brasil, sustentando-se em um processo histórico que o coloca como parte fundamental de um projeto societário que a categoria profissional define por horizonte norteador ao significado social da profissão (NETTO, 2006).

Iniciar esta abordagem pelo simbolismo do código de ética profissional se faz necessário, pois é neste documento que conseguimos identificar com mais objetividade concepções que deveriam estar indissociáveis ao cotidiano de assistentes sociais, delineando processos de resistência nos enfrentamentos que

⁵⁵ Cabe nota, que sob o prisma de nossa pesquisa, a nossa escolha pela acepção “sujeitos coletivos” não se distância do significado de “movimentos sociais” ou “movimentos populares” que alguns dos autores que nos embasamos empregam em suas elaborações teóricas, pelo contrário. Optamos por mantê-los e dialogarmos a partir das similitudes que posicionam as diferentes acepções no mesmo campo lexical, sem recusá-las, ao que compreendemos definirem em essência: as diferentes formas de organização do conjunto da classe trabalhadora.

exigem reação imediata, mas também a manutenção do fôlego necessário à decifrar os tortuosos termos postos pelo capital ao conjunto da classe trabalhadora, sobretudo em circunstâncias conjunturais como as que vivemos recentemente com a crise sanitária no terreno de uma profunda crise do capital.

Entretanto, por mais objetivo que se faça o instrumento jurídico, a categoria profissional está cercada por condições que nem sempre permitem ou facilitam a prática profissional estritamente alinhada ao horizonte traçado. Conforme Iamamoto (2019):

A possibilidade de imprimir uma direção social ao exercício – moldando o seu conteúdo e o modo de operá-lo – decorre de relativa autonomia de que dispõem a/o assistente social resguardada pela legislação profissional e passível de reclamação judicial. Essa autonomia é dependente da correlação de forças econômicas, política e cultural em nível societário e expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais construídos na relação com sujeitos sociais determinados. (IAMAMOTO, 2019, p. 50).

Esta autonomia relativa, que explicitamente é exposta pela autora, se dá pela condição de trabalhador assalariado inserido na divisão social, técnica, sexual e racial do trabalho, atravessando o fazer profissional pela contradição de que em alguma dimensão contribui para a manutenção da ordem burguesa, uma vez que parte do trabalho realizado passa pelos crivos desta (BARROCO, 2012). Sendo a contradição endógena ao próprio capital, “não há como o Serviço Social deixar de participar desse processo” (YAZBEK, 2019, p.98), por vez submetido à exploração da estrutura hegemônica, por outra servindo como instrumento de exploração dos seus pares. Contudo, as contradições que atravessam o cotidiano de assistentes sociais também permitem:

[...] contemplar atuações diferenciadas: no campo estritamente institucional, no âmbito mais amplo das lutas da categoria e no espaço de participação política do profissional como cidadão e sujeito político em lutas que articulam a emancipação social e política com projetos de emancipação humana” (BARROCO, 2012, p. 67).

Retornando ao Código de Ética Profissional sob seu caráter classista, evidenciado a partir da demarcada posição alinhada aos interesses e emancipação da classe trabalhadora, podemos identificar componentes que apontam caminhos

para fortalecimento da relação abordada por Barroco entre sujeitos sociais e assistentes sociais, são exemplos:

[...] Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as⁵⁶; apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania⁵⁷; respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras;⁵⁸ prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade⁵⁹ (CFESS, 1993)

É justificável compreender que o fortalecimento do vínculo entre assistentes sociais e classe trabalhadora defina premissas inerentes ao significado social da profissão e sua prática, ainda que desafiadora. Entretanto, alguns dados chamam atenção.

Marques (2010, apud ABRAMIDES; DURIGUETTO, 2014) indica que “entre os trabalhos publicados nos anais dos CBAS e do ENPESS, realizados entre 1995 e 2008, somente 3% tematizam os movimentos sociais”.

Sob estes dados, em publicação do conjunto CFESS/CRESS de 2018, o “Trabalho de Assistentes Sociais Junto aos Movimentos Sociais” resgata que apenas 8% dos trabalhos publicados em eventos da categoria profissional⁶⁰ tematizavam sobre Movimentos Sociais (CFESS, 2018b). Ainda neste sentido, os anais do 16º CBAS, em 2019, nos revelam que apenas 3% das publicações estavam relacionadas ao eixo de Movimentos Sociais, percentual que se mostra ainda menor quando analisada as edições mais recentes⁶¹ dos principais eventos de produção intelectual do Serviço Social brasileiro. A partir de consulta aos anais do 17º CBAS e do 17º ENPESS, ambos em 2022, verifica-se que entre os 1293 trabalhos publicados no CBAS apenas 23 (2%) correspondiam ao eixo “Movimentos Sociais e Serviço Social”,

⁵⁶ Enquanto princípio fundamental nº IX, no Código de Ética do/a Assistente Social.

⁵⁷ Enquanto direito ao exercício profissional, no campo “Das Relações com Entidades da Categoria e demais organizações da Sociedade Civil” (Art. 12) no Capítulo IV do Código de Ética do/a Assistente Social.

⁵⁸ Enquanto dever à prática profissional (Art. 13), na mesma sessão da nota anterior.

⁵⁹ Enquanto competência a partir da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662/93) em seu Art. 4, inciso IX.

⁶⁰ A publicação não especifica qual o recorte de análise para consideração deste percentual.

⁶¹ Os percentuais correspondem a levantamento quantitativo realizado a partir de documento com a publicização dos trabalhos aprovados para o evento.

semelhante ao quantitativo correspondente ao ENPESS, com apenas 13 (1,88%) dos 690 trabalhos publicados no mesmo eixo temático.

Considerar a necessária relação entre categoria profissional e movimentos sociais por estes dados, a priori quantitativos, nos revela um nó que não se esgota por si só na conclusão de “uma relação frágil”, mas que evidência e reafirma a relevância da dimensão teórico-metodológica aos avanços do fazer profissional. Correlacionando às dimensões técnico-operativas e ético-políticas, assistentes sociais mobilizam e instrumentalizam respostas às expressões cotidianas através da dimensão investigativa em suas interfaces – ora na busca por revelar os determinantes da realidade que lhes é trazida pelos espaços de trabalho, ora pelo rigor do método científico a partir da inserção em espaços acadêmicos.

Fato é que, conforme Potyara (2015), “só pela investigação que se poderá conhecer, com clareza, as possibilidades e os limites da intervenção, bem como o sentido que deverá ser dado a novas investigações” Isto é, sem o registro e a produção de conhecimento científico não se constroem referenciais suficientes à superação do desafio que se coloca entre relacionar a prática profissional e sujeitos coletivos. Afinal, se para se pensar a prática são necessários referenciais teóricos, para os referenciais teóricos é necessário que se registre a prática.

No entanto, apesar dos números indicarem uma acanhada proporção de produções teóricas, a articulação entre categoria e movimentos não se faz ausente. Assim nos recorda Duriguetto e Marro (2018), ao resgatar a trajetória de parceria entre assistentes sociais e os movimentos da classe trabalhadora, entre a década de 1970 e 1990, quando a aproximação à atmosfera do novo sindicalismo brasileiro instiga a mobilização classista no interior da categoria, emergindo entidades de organização enquanto classe trabalhadora com suas demandas gerais. Deste modo:

O movimento de “intenção de ruptura” com o conservadorismo e de sintonia com as organizações populares e sindicais impactou também o conjunto CFAS/CRASS, que foi fundamental, ao lado da ABESS e do movimento estudantil para a aprovação do novo Código de Ética e para a elaboração e aprovação da nova Lei de Regulamentação da Profissão, em 1993. (DURIGUETTO; MARRO, 2018, p. 104).

Duriguetto e Marro (2018) nos conduzem, a partir da década de 1990, ao que consideram como um período de “retração” em comparação às décadas anteriores acerca da relação entre categoria e movimentos, atentando que este encolhimento

passa pelo âmbito das produções teóricas e o âmbito da intervenção profissional, indicando elementos⁶² a serem considerados para avançar nesta articulação, com destaque das autoras para:

[...] a necessidade de identificar as resistências, as formas de organização e as potencialidades de mobilização e de luta que os sujeitos desenvolvem em contraposição às expressões das desigualdades sociais que vivenciam” (DURIGUETTO; MARRO, 2018, p. 112).

As autoras alertam sobre a premência em direcionar o olhar aos sujeitos, de modo a “articular possibilidades amparadas na dimensão ético-política da profissão na relação com ela mesma e com o restante da sociedade”, ancorando seu repertório para além de um projeto profissional, mas a um projeto societário.

O caráter norteador do Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEP), como parte das dimensões que constituem a profissão de Assistente Social, se coloca com expressiva relevância para essa apreensão. Ao passo que demarca explícita posição, enfrenta desafios que avigoram sua musculatura desde o processo de reconceitualização e de acordo com as circunstâncias históricas em que a sociedade brasileira se encontra – direcionando e sendo direcionado paralelamente à trajetória de luta da classe trabalhadora.

Segundo Abramides e Duriguetto (2014), estes direcionamentos constituem não apenas dimensões normativas, como também orientações ético-políticas e tático-estratégicas da ação profissional. Neste movimento, o profissional precisa identificar-se com os movimentos populares e seus processos organizativos, buscando reflexão conjunta e se reconhecendo como parte desta classe, para que assim alicerce coletivamente modos de enfrentar o processo de exploração do capital, resistir ao sucateamento das políticas sociais e pautar condições de produção e reprodução da vida – enfrentamento que se faz cada vez mais imediato diante das sequentes crises do capital e a transferência de seus custos aos trabalhadores.

Para vincular o Serviço Social com o processo de transformação social, há exigência de uma prática profissional crítica, que articule a luta da categoria dos/as

⁶² Entre estes, em síntese, a indispensabilidade de associar as lutas da classe trabalhadora ao projeto societário da categoria de assistentes sociais, a apreensão dos modelos organizativos e formas de resistência dos movimentos da classe trabalhadora, e a análise voltada à intervenção profissional de modo a incorporar nos mais diferentes espaços os movimentos e suas lutas.

Assistentes Sociais com outras categorias profissionais, usuários, organizações dos trabalhadores e com movimentos populares através da formação de alianças dentro e fora das instituições do Estado. Sendo assim, o Assistente Social não deve ficar alheio ao processo de luta que se desenvolve na sociedade, mas sim contribuir efetivamente para o avanço e fortalecimento destes sujeitos coletivos, onde seu papel não será de um benfeitor, líder autoritário, ou um mero cumpridor de tarefas “mas de um sujeito envolvido na dinâmica das relações capitalistas e, dessa forma, preocupado com a construção de um projeto político de cunho transformador” (SILVA e SILVA, 2011).

Neste sentido, é evidente que o circuito histórico percorrido pelo amadurecimento do serviço social brasileiro em seu significado social está atrelado aos movimentos da classe trabalhadora, reconhecendo-se enquanto classe e como mediador aos processos de luta estabelecidos – nos termos do que Duriguetto e Marro (2018) e Silva e Silva (et al., 2011) sugerem a partir das inserções em espaços de assessoramento e a potencial dimensão pedagógica enquanto intelectual orgânico.

Com esta acepção de articulação, assentada entre o compromisso ético-político e a prática profissional cotidiana com/para a classe trabalhadora, lançamos o olhar às estratégias e respostas traçadas ao longo do período crítico da pandemia de COVID-19 por assistentes sociais. Estendendo entre nossa análise a mesma questão aos sujeitos coletivos sorocabanos, compreendendo que estes dois grupos formatam o conteúdo da concepção de articulação que consideramos, dividindo simbioticamente as múltiplas especificidades que os constituem enquanto semelhantes nas relações de dominação capitalistas: assistentes sociais e sujeitos coletivos, são classe trabalhadora.

Deste modo, ao verificarmos sobre as articulações realizadas por assistentes sociais e sujeitos coletivos (a priori sem relacionarmos um com o outro) observamos que: entre os 29 assistentes sociais participantes de nossa pesquisa, 25 afirmam ter realizado articulações durante o período crítico da pandemia; já entre os sujeitos coletivos, todos consideram ter realizado articulações ao longo do período. Assim, verificamos como essas articulações ocorreram, com quem ocorreram e qual seu “conteúdo”, posto que este cenário nos aproxima ao cerne de nossa questão.

3.2.2 A articulação entre assistentes sociais e sujeitos coletivos em Sorocaba: o que a pandemia nos revelou?

Cheguem juntos, lutem pelo que é certo
Pra acabar com essa hipnose e sair desse certo
(Não vamos desistir- Planet Hemp, Black Alien)

A pandemia de COVID-19 expôs de maneira brutal as desigualdades e contradições do sistema capitalista, impactando profundamente as formas de atuação de diversos agentes sociais, incluindo assistentes sociais e sujeitos coletivos engajados em diferentes formatos organizativos.

Consequente a irresponsabilidade do Estado, estes dois grupos foram demandados a articular estratégias que concebessem respostas suficientes a eminência sanitária e seus reflexos, ao que verificamos nesta análise dos dados coletados a partir dos questionários eletrônicos aplicados.

Em relação às respostas do questionário destinado aos assistentes sociais, nossa amostra revela que 25 dos 29 participantes de nossa pesquisa afirmam ter conseguido estabelecer articulações profissionais entre 2020 e 2021 em Sorocaba, destacando-se que, entre as respostas, as articulações foram desafiadoras, porém bem-sucedidas.

Observamos que a maioria dos participantes indicam que as articulações ocorreram com atores externos, pois durante o período “foi necessário estabelecer uma rede de apoio no território, fortalecendo o grupo Intersectorial. Ampliamos o contato com a rede externa, tais como INSS e Defensoria Pública (AS 24 – Assistência Social), assim como “diversos serviços públicos, saúde, educação, agentes comunitários entre outros. (AS 27 – Assistência Social)”, denotando a tradição da atuação profissional assentar-se a partir de sua inserção no interior do Estado, buscando viabilizar e garantir continuidade de acesso a direitos; seguidas de um equilíbrio nas colaborações com movimentos e organizações da sociedade civil – porém, essas não aparecem nas contribuições captadas pela questão aberta dedicada a descrição das articulações.

Além disso, chama a atenção o destaque dado pelos respondentes às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) antes de serem questionados

quanto ao papel destas ferramentas no processo de articulação⁶³ - que dedicaremos espaço à análise posteriormente.

No mesmo bloco de questões, verificamos entre os 21 militantes de sujeitos coletivos respondentes de nosso questionário que todos/as afirmam ter realizado articulações no período crítico da pandemia. Embora tenham destacado a dificuldade dessas articulações, assim como assistentes sociais, também as avaliaram como bem-sucedidas, com maior incidência às articulações relacionadas a interação com outros sujeitos coletivos, como “movimentos sociais/populares”, “coletivos”, “organizações não governamentais e/ou sociais”, mas também com “equipamentos públicos e/ou profissionais de políticas setoriais” (em respectiva ordem).

No que diz respeito ao conteúdo das articulações realizadas pelos militantes participantes de nossa pesquisa, observamos que as ações ocorreram em duas frentes: intra sujeitos coletivos (direcionadas ao interior da relação entre indivíduos e instituições/organizações com vínculos já estabelecidos) e entre os sujeitos coletivos e atores externos à organização (sem vínculo direto entre a pauta da ação coletiva e a organização).

No caso das articulações intra sujeitos coletivos, destacam-se os relatos de diferentes militantes de relações de trabalho, que registram a “mobilização com a categoria de trabalhadores, mesas de negociação e muito diálogo (Militante SC 4 – Relações de trabalho)”, e os tensionamentos realizados cotidianamente sobre as condições de trabalho buscando:

[...] melhorar o trabalho dos funcionários do transporte, visando segurança sanitária na exigência de EPI's obrigatoriamente fornecidos pelas empresas para todos os trabalhadores, e instalações de cortinas de segurança para impedir o contato de passageiros com os motoristas. (Militante SC 6 – Relações de trabalho)

Isso demonstra a importância destas organizações na coletivização dos interesses dos trabalhadores vinculados a elas, assim como a realização de ações estendidas para além dos próprios sujeitos coletivos, conforme relata um militante sindical respondente de nosso questionário:

⁶³ É relevante destacar que na elaboração do questionário já prevíamos a necessidade de aprofundar o tema, o que se reflete nas perguntas subsequentes que investigaram se assistentes sociais e sujeitos coletivos consideravam que as TICs haviam impactado as articulações realizadas e em qual medida isso decorreu.

Provocávamos essa articulação, apresentando às empresas a situação da parcela mais vulnerável da sociedade e cobrávamos deles a participação em nossas campanhas de auxílio para os desempregados. Algumas entidades nos ajudavam a mapear essas famílias (Militante SC 18 – Relações de trabalho).

Contudo, a profundidade das desigualdades escancaradas pela pandemia demandou que sujeitos coletivos mobilizassem esforços para além das respostas que poderiam ofertar autonomamente, exigindo a articulação com “imprensa local, acesso a empresas privadas e apoio da comunidade (Militante SC 17 – Feminismo)” e entre “organização e poder público, como saúde, assistência social, para apoio nas ações de identificação e mapeamento; organização e lideranças comunitárias para organização das ações nas favelas; organização e empresários; Inclusive minha participação na organização começou a partir dessa articulação⁶⁴. (Militante SC 15 – Outros).”

Observamos que, entre os relatos, a extensão das ações realizadas pelos sujeitos coletivos envolveu o acesso à bens, recursos e serviços públicos com o objetivo de ocupar a lacuna deixada pelo descompromisso dos governos em encarar a pandemia com rigor ao risco que ela significava, evidenciadas pelas diferentes interações alcançadas e articuladas.

Entre os dois grupos de participantes de nossa pesquisa, verificamos que tanto assistentes sociais quanto sujeitos coletivos não passaram pelos desafios do período crítico da pandemia de maneira inerte, ainda que entre assistentes sociais as articulações relatadas expressem certo limite na diversidade de alternativas e atores envolvidos.

Em relação às experiências captadas no enfrentamento da pandemia, os sujeitos coletivos colocam luz às articulações desenvolvidas sob a perspectiva do alcance e direção política das organizações, que na construção de soluções possíveis esticaram as fronteiras de suas práticas para além das pautas centralizadoras entre o público e o escopo dos sujeitos coletivos, entrelaçando interesses pela cooperação e

⁶⁴ Cabe nota sobre a participante do nosso questionário que registrou o relato mencionada ser uma Assistente Social que estreitou laços com o sujeito coletivo que compõe a partir da articulação entre a organização e o equipamento público que está lotada, chamando atenção ao potencial de impulsionamento que a organização das lutas no engajamento de novos integrantes de modo a envolvê-los nas ações, reivindicações e enfrentamentos travados.

fortalecendo unidade em torno do período crítico, ao que aparenta estar assentado na produção de um espírito de solidariedade traduzido entre nossos participantes:

As articulações ocorrem a partir de um ponto de encontro do afeto, da coletividade, do que há em comum nas diferenças. Partindo disso, as articulações se promovem através de doações, campanhas online, etc. (Militante SC 21 – Cultura)

O exposto supra sugere que a perspectiva de solidariedade implicada não é esvaziada pelos delineadores do voluntarismo e caridade, mas uma solidariedade de classe (em sua diversidade).

Como mencionado anteriormente, entre os relatos de assistentes sociais as TIC's ocuparam maior espaço no detalhamento das ações do que aspectos relacionados ao conteúdo e especificidade destas. Acreditamos que a abordagem das TIC's às respostas abertas do questionário tenha recebido destaque destes participantes pelo fato de introduzirmos o tema no bloco anterior de perguntas, além das evidências entre as respostas anteriores e a bibliografia sobre o período corroborarem que as tecnologias da informação e comunicação passaram por alargamento de seu uso durante o período crítico da pandemia.

Na dimensão deste impacto, a amostra dos dois questionários expressa que as TIC's foram consideradas enquanto alternativas viáveis às restrições impostas pelo distanciamento, desempenhando função de mediação significativa às intervenções realizadas por assistentes sociais e às mobilizações e tensionamentos protagonizados pelos sujeitos coletivos sorocabanos.

Entre os relatos trazidos por Assistentes Sociais, verificamos a presença das TIC's em articulações associadas ao cumprimento de processos de trabalho já consolidados como mediadores da intervenção profissional anteriores à pandemia, pela comunicação mediada por ferramentas como “Contato prévio e envio de relatórios e articulação por e-mail e telefone. (AS 16 – Saúde)”, além de também “Compartilhar situações e demandas com profissionais externos em grupos online de apoio da categoria e multiprofissionais (AS 3 – Relações de Trabalho)”. Nos chama atenção que, apesar dos respondentes indicarem ter realizado articulações com sujeitos coletivos, nenhuma contribuição das respostas abertas relacionadas as TIC's descrevem articulações entre estes personagens.

No âmbito dos militantes de sujeitos coletivos, observamos que as TIC's cumpriram o papel de mediar a capacidade organizativa dos sujeitos coletivos, sob o

ponto de vista da organização interna, e em relação ao estreitamento de articulações com sujeitos coletivos e serviços externos que vinham a contribuir com a ação coletiva planejada:

Reuniões virtuais em torno de frentes amplas de atuação, com destaque para campanhas de solidariedade (fome e carestia), defesa da educação, acesso à vacina e distribuição de álcool em gel. Neste último, que ocupou meu tempo entre maio de 2020 e março de 2022, foram produzidos mais de 5 mil litros do sanitizante, doados para 15 instituições de 12 cidades do estado. Essas ações permitiram a projeção da universidade e do movimento, além de criar novas pontes entre sujeitos que até então pouco dialogavam. (Militante SC 1 – Juventude).

Em relação ao impacto das TIC's ao cotidiano de enfrentamento e manejo da pandemia, verificamos que para Assistentes Sociais prevaleceram avaliações positiva sobre a facilidade de mobilizar e efetivar articulações mediadas pelas tecnologias, com ressalvas a relatos captados que acompanham observações importantes:

Considero que aprimorou, fortaleceu e favoreceu formas de comunicação e alimentação de dados, que se mantiveram nos pós pandemia (AS 3 – Relações de Trabalho);

Foi um impacto positivo em função da celeridade da troca de informações e articulações fluidas. Atualmente a cultura desta troca permanece na maioria dos casos de modo que reuniões presenciais ocorrem em situações mais delicadas. (AS 9 – Assistência Social)

No conteúdo destes dois relatos visualizamos a incorporação das TIC's e desafios latentes aos aspectos constitutivos do exercício profissional, que consideramos expressarem em alguma medida leitura acrítica do impacto das tecnologias no cotidiano, uma vez que “alimentar dados” e dedicar as articulações presenciais à “situações mais delicadas”, podem aparentar alternativas que otimizem o tempo/ritmo dos processos instituídos, contribuindo ao gerenciamento do trabalho, contudo também aproximam o exercício profissional de práticas arriscadas sob o ponto de vista ético, além de estarem sujeitas à relação de dominação do capitalismo sobre a função social da profissão – na extração do valor das informações armazenadas em sistemas e banco de dados (DRUCK; VIEIRA, 2023) e na sujeição da prática profissional sob o viés de gerenciamento do risco social (IAMAMOTO,

2019), ambas interessantes ao controle do capital sob a dinâmica de consumo e manejo dos novos parâmetros de sociabilidade.

Ainda sobre as TIC's, as experiências trazidas pelos militantes dos sujeitos coletivos cercam as tecnologias enquanto facilitadores ao processo de transição do deslocamento das mobilizações sob o isolamento social à retomada das ruas.

Segundo Comitê e Tomoto (2022):

Identificamos que no contexto da pandemia o uso das redes sociais permitiu a articulação de coletivos que constituíram espaços virtuais de encontro entre pessoas que sentiam a necessidade de atuar politicamente intervindo na sociedade em que estavam inseridas, por meio de atos no espaço público de Sorocaba, além da criação de conteúdos digitais para compartilhamento em redes sociais, à partir de pautas definidas coletivamente, o que culminou na criação de dois movimentos sociais, à saber: o *Fórum em Defesa da Vida* e o *Fórum Permanente de Luta*, que mais tarde passaram a constituir um único grupo [*Fórum de Luta em Defesa da Vida*]. O uso das redes sociais e de ferramentas de comunicação on-line permitiram a superação das dificuldades impostas pelo isolamento social e pela desarticulação inicial provocadas pelo trabalho e pelas aulas remotas, permitindo aos coletivos atuarem na promoção de lives, atos, campanhas de solidariedade e criação de conteúdos digitais para veiculação em redes sociais. (COMITRE; TOMOTO, 2022, p. 697-698, grifos nossos).

Para os autores, no contexto de Sorocaba, as tecnologias da informação e comunicação contribuíram ao processo de (re)organização dos sujeitos coletivos da cidade, que ao combinarem forças em torno da unidade coletiva, produziram diversas intervenções que impulsionaram processos de conscientização aos tensionamentos em torno da direção tomada no manejo da pandemia. Destaca-se entre os autores, e entre os relatos de nossa amostra, que os sujeitos coletivos sorocabanos concentraram as reivindicações pelo acesso às vacinas e melhores condições de vida (pautas que já destacamos anteriormente serem centralizadoras na pandemia):

Eu ficava mais dentro da articulação interna, ajudando e sugerindo através de reuniões ações que seriam feitas por nossos militantes. Essas conversas/ações tinham como finalidade organizar atos pela vacina e protesto contra o governo federal, juntamente com outros movimentos e partidos (existia um grupo onde se articulava as ações); promover ações de conscientização da sociedade civil como um todo, como criação de panfletos; articulações nas redes; alianças com sindicatos e movimentos sociais na arrecadação de alimentos para famílias em situação de vulnerabilidade social, devido a pandemia. (Militante SC 20 – Juventude).

Denota-se entre o relato, que as articulações planejadas envolviam os espaços físicos e virtuais, ainda cercados por limitações relacionadas ao contexto sanitário, mas também pelo potencial de ampliação da promoção das ações e mobilizações organizadas. Este imbricamento, entre o real e o virtual (sob os termos da realidade híbrida de Castells (2013) também é destacado por Cómitre e Tomoto (2022) na relação das atividades realizadas pelo “Fórum de Luta em Defesa da Vida”, conforme Tabela 11:

Tabela 11 - Atos realizados pelo Fórum de Luta em Defesa da Vida, Sorocaba 2021

NOME	DATA E LOCAL	TIPOLOGIA
Live – A importância do isolamento social para conter o avanço da Covid-19	Transmissão via Facebook – 29/04/2021	Mesa de debate com Altino Prazeres e Bernardino Souto, mediada por Maria Guilherme
Live – Pobreza e condição mínima de existência	Transmissão via Facebook – 25/05/2021	Mesa de debate com Eduardo Suplicy e Sandra P. Dias Gama, mediada por Diogo Cómitre
Protesto com cruzes e faixas	Prala Lions Sorocaba – 28/05/2021	Protesto presencial contra o descaso das autoridades públicas com a gestão da pandemia.
Live – Os desafios da Pandemia	Transmissão via Facebook – 24/06/2021	Mesa de debate com Gonzalo Vecina Neto e Rodrigo Bilela, mediada por Paulo Betti
Carreata Fora Bolsonaro	Concentração na Prefeitura de Sorocaba	Carreata contra o governo Bolsonaro, com arrecadação de alimentos para campanha de solidariedade
Protesto com cruzes e velas	Em frente à Câmara Municipal de Sorocaba – 09/09/2021	Protesto presencial para denunciar o descaso das autoridades públicas com a saúde da população durante Audiência Pública da Saúde.

Fonte: Cómitre e Tomoto (2022).

Conforme mencionamos e observamos com as amostras coletada pelos dois questionários, assistentes sociais e sujeitos coletivos estiveram de corpo (real e virtual) presentes na conjuntura pandêmica em Sorocaba, deliberando ações e promovendo articulações tangíveis ao enfrentamento do período crítico. Contudo, como estes grupos se relacionaram?

Ao abordarmos “você estabeleceu algum tipo de articulação com assistentes sociais?” verificamos entre os sujeitos coletivos equilíbrio nas respostas, sendo que 10 dos 21 participantes confirmam ter articulado com assistentes sociais entre 2020 e 2021, mas como essas articulações ocorreram?

No avanço da questão, observamos que 8 dos/as 10 Assistentes Sociais referidos teriam vínculo com algum sujeito coletivo, em detrimento às outras 2 indicações pertencerem a equipamentos públicos ou políticas setoriais.

As articulações captadas ocorreram “através de reuniões virtuais por videochamadas em plataformas digitais (Militante SC 17 – Feminismo)”, por vezes “nas questões referente a orientações diversas e encaminhamentos a rede municipal (Militante SC 2 – LGBTQIA+), “a partir das demandas, sobretudo de encaminhamento as políticas públicas do município e da possibilidade de assistência das instituições. (Militante SC 9 – Racial)”, ainda que “de forma pontual. Com os profissionais dos CRAS e de ongs para aproximação das favelas/comunidades que não tínhamos acesso. (Militante SC 15 – Outro).

Na forma de frente de trabalho, nos organizando em prol de reduzir o impacto da fome na parcela vulnerável da sociedade. Fazíamos reuniões on-line, dividíamos tarefas e buscávamos avaliar e reavaliar constantemente nossas ações. (Militante SC 18 – Relações de Trabalho)

Assim como, “Construindo programa de ações metodologicamente desenvolvidas pelo coletivo, aplicando-as nas instituições parceiras e construindo curso de formação de atores e atrizes com base nos 20 anos de vivência do movimento que faço parte. (Militante SC 14 – Cultura)”, girando em torno da efetivação das ações realizadas pelos próprios sujeitos coletivos: “Nossa organização tem assistente social disponível para atendimento aos nossos associados e dependentes. (Militante SC 6 – Relações de Trabalho).

Ainda que, no questionário destinado aos assistentes sociais, 8 profissionais tenham indicado ter realizado articulações com sujeitos coletivos, nenhum respondente abordou esta interação na questão aberta dedicada ao detalhamento das articulações.

As experiências colhidas por meio dos questionários aplicados explicitam que o enfrentamento da pandemia perpassou por pontos em comum, mas estratégias de enfrentamento diferentes entre assistentes sociais e sujeitos coletivos, ainda que o horizonte almejado fosse convergente.

Na amostra colhida com os/as assistentes sociais verificamos as articulações expressarem-se pela dimensão técnico-operativa (“modo de fazer”), em detrimento ao detalhamento das concepções teórico-metodológicas e ético-políticas que também compõem a intervenção profissional, evidenciando questões já conhecidas pelo Serviço Social no que diz respeito a relação entre assistentes sociais e classe trabalhadora organizada, mais especificamente no que diz respeito à prática cotidiana

enquanto parte do trabalho coletivo necessário à produção e reprodução da vida, assentada na institucionalização do trabalho profissional vinculado às políticas setoriais do Estado – inclinado aos interesses do capital.

Este contexto, caracteriza a inserção profissional de assistentes sociais sob a contradição de ser e defender os interesses da classe trabalhadora, mas responder aos objetivos do empregador, incidindo diretamente no alcance das intervenções realizadas e configurando a autonomia relativa (IAMAMOTO, 2014; 2019; RAICHELIS, 2020) que desafia a profissão na proposição de novos tempos.

Na análise do conteúdo das articulações realizadas por Sujeitos Coletivos, identificamos maior capacidade de mobilizar esforços diferenciados, derivados de sua autonomia em pautar ações, delinear posição e conceber estratégias antagônicas à conjuntura crítica vivenciada, constituindo articulações mais amplas. Os relatos não apenas explicaram o "como" das articulações, mas também enfatizaram o "porquê", destacando uma clara visão ideopolítica nas ações coletivas.

Destaca-se ainda, que as contribuições trazidas pelos militantes participantes denotam a capacidade de articulação entre os próprios sujeitos coletivos, cooperando via solidariedade de classe nas providências que cercavam as necessidades presentes no curso da crise.

O envolvimento dessa disposição de engajamento, para além das fronteiras dos sujeitos coletivos, estende as ações realizadas à sociedade de modo geral, contribuindo à organização das insatisfações manifestas pelo esgarçamento das condições de desfrute da vida dos subalternos, fortalecendo por meio de uma unidade coletiva o tensionamento ao direcionamento da pandemia no recorte sorocabano.

Segundo Gohn (2022) ao longo de 2020 e 2021 vários atos com diferentes formas ocorreram no Brasil, motivados pela premência em reivindicar outro manejo à pandemia, além de campanhas de solidariedade e ações encabeçadas pelos próprios territórios vulneráveis a fim de concretizar soluções (a exemplo da favela de Paraisópolis com o aluguel e compra de ambulâncias), ao que considera a autora terem sido fundamentais na minimização dos impactos da pandemia alicerçada no negacionismo bolsonarista.

Entre a restrição e a amplitude das articulações realizadas, as TIC's cumpriram função de mediação à prática profissional em torno do sucesso das articulações cotidianas de assistentes sociais, e na organização das ações coletivas protagonizadas pelos sujeitos coletivos sorocabanos, especialmente no período de

retomada ao principal local de enfrentamento e mobilização da classe trabalhadora organizada: as ruas.

A amostra captada nos evidencia uma relação parca no que diz respeito às articulações entre assistentes sociais e sujeitos coletivos em Sorocaba – panorama já reconhecido pelo Serviço Social brasileiro.

É fato notório que assistentes sociais e sujeitos coletivos dividem aspectos constitutivos ao lugar ocupado por estes dois grupos na dinâmica das relações sociais: na apreensão da realidade a partir de suas camadas e como se dão as relações de dominação entre a estrutura e superestrutura capitalista; na elaboração de estratégias que possibilitem o acesso a bens, serviços e manutenção de direitos; no impulsionamento de uma outra consciência, antagônica aos valores individuais e fragmentadores das desigualdades; enfim, no alinhamento aos subalternos com o compromisso de fortalecer ações contra-hegemônicas à conceber outro panorama de sociabilidade.

Segundo Abramides e Duriguetto (2014), a intervenção profissional de assistentes sociais incide na dimensão material e imaterial dos sujeitos assistidos, sendo esta dimensão potencial reprodutora da lógica de manutenção da ordem capitalista, contudo também potencial produtora de tomada de consciência que impulse a organização coletiva da classe trabalhadora.

Destarte que seja compreendido que o trabalho profissional de assistentes sociais é indissociável à conjuntura que o cerca, que no caso da mais recente crise sanitária, econômica e social se revelou aprofundada pela desigualdade, sendo imperativa a atenção e retomada aos fundamentos críticos para compreendê-la e compreender-se enquanto parte desta dinâmica contraditória, estendendo suas relações para além dos limites institucionais, ainda que essas ofereçam maneiras que incentivem a participação via controle social.

Dessa forma, é imperioso reconhecer os limites reais e as dinâmicas de poder que cada contexto impõe, na busca por desenvolver estratégias de atuação que não sejam isoladas, resistindo, propondo e articulando à luz do projeto ético-político a instrumentalização das lutas e a colheita de outra realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É impossível conter a força do povo
Assim como é impossível conter a força do mar [...]
(Não vamos desistir- Planet Hemp, Black Alien)

O debate em torno da relação entre assistentes sociais e movimentos sociais (em nossa acepção: sujeitos coletivos), não se apresenta com ineditismo aos espaços de reflexão e produção do conhecimento do Serviço Social brasileiro. Há relevantes construções acerca deste tema no que diz respeito à sua processualidade histórica, enquanto materialidade na trajetória constitutiva ao significado social da profissão e como pauta estratégica que avigora o avanço do projeto societário da categoria de assistentes sociais.

A sua relevância denota exatamente a necessidade de apresentá-la na atualidade, sobretudo à luz dos resultados que obtivemos em paralelo ao projeto societário profissional.

O cenário de esgarçamento da pandemia de covid-19, ainda que considerado por alguns como catalisador das dificuldades enfrentadas, encontrou na realidade brasileira os piores fatores potencializadores de seus impactos. As respostas imediatas, aos acometidos pela doença, encontravam-se gerenciadas pela irresponsabilidade estatal requintada nos anos anteriores à pandemia pela EC-95 (teto de gastos), contudo dimensionada pelas décadas de ajuste fiscal permanente (Behring, 2021), materializando assim a estrutura do sistema público de saúde nos termos de um Estado com recursos do fundo público sequestrados pela sanha da financeirização.

Sob o controle político do país, o desastre alçado pelos piores sentimentos neofascistas que a extrema direita brasileira já produziu conduzia desastrosamente a crise sanitária e suas camadas econômicas e sociais, abrindo valas, sufocando a democracia, atordoando as esperanças de retorno a qualquer possibilidade de normalidade, ecoadas por lideranças políticas de todo o país – inclusive Sorocaba.

Tempos agudos. Adoecidos pelo vírus e reprimidos pela sensação de impotência, a classe trabalhadora – sempre ela – impulsionada pelo desejo de existir (para além de subsistir) não permaneceu isolada. Na ausência de vacina no braço, e com a necessidade de comida no prato, não se contentou com as alternativas entre morrer de covid-19 ou de Bolsonaro-17, escolheu lutar.

Torcidas organizadas, centrais sindicais, movimento negro, indígenas, feministas, quilombolas, coletivos culturais, partidos políticos, conselhos de classe: sujeitos coletivos ocupando as varandas das casas, as ruas das cidades, as esquinas das redes sociais em atos, manifestações e protestos conscientizando e tensionando os rumos atribuídos à conjuntura. Traçando coletivamente a disputa, que na eminência do absurdo reivindicava a urgência pela queda do pandemônio (Antunes, 2022): #ForaBolsonaro.

Assistentes Sociais, particularmente vinculados às ressonâncias do desastre, eram requeridos pela demanda de alternativas, sob condições fragmentadas e pontuais herdadas pela mesma concepção de Estado mínimo que açoitava a política de saúde. Mais trabalho? Mais trabalho precarizado!

Incitados pela potência e desafios destes tempos, buscamos investigar como assistentes sociais e sujeitos coletivos se relacionaram, a partir de articulações em conjunto, no período crítico da pandemia de covid-19. Dentre os pormenores, nossa pesquisa objetivou verificar quais instrumentos, práticas e processos foram adotados pelos dois grupos que compõem nosso recorte de pesquisa.

Nossos resultados nos evidenciam que diante da conjuntura de exceção, os desafios não se apresentaram como excepcionais – não quando analisados sob a ótica da raiz de suas causas, ao que demarcamos em apontamentos importantes relacionados ao trabalho profissional de assistentes sociais e às ações de sujeitos coletivos.

A amostra de assistentes sociais participantes de nossa pesquisa captou experiências acumuladas por um perfil profissional aproximado dos recortes mais amplos da categoria: com gênero feminino, empregada majoritariamente pelo serviço público municipal, com condições insuficientes ao exercício profissional e enfraquecidas na correlação de forças pelos limites institucionais.

Observamos que durante o período crítico da pandemia, assistentes sociais de Sorocaba lidaram com as imprecisões relacionadas ao vírus e o seu impacto direto na saúde física e mental dos/as profissionais, desgaste que verificamos estar associado diretamente às condições de precarização do mundo do trabalho já intensificadas antes mesmo da pandemia, no decurso da reorganização do mundo do trabalho atrelada a reorganização do capital – cada vez mais monopolista, hiperfinanceirizado e informatizado.

Entre os/as integrantes dos/as sujeitos coletivos, verificamos um perfil heterogêneo de pautas e formatos organizativos, correspondentes às tendências de padrão organizacional que acompanha o tempo histórico que iniciaram suas atividades: quanto mais antigo, mais próximo dos modelos tradicionais de organização, quanto mais novo, mais próximo dos atuais modelos descentralizados de hierarquia e transversalidade nos seguimentos de atuação.

Verificamos que entre os Sujeitos Coletivos o período entre 2020 e 2021 significou desafios na ordem de produção e reprodução da vida, em risco sob o adoecimento do vírus, mas também sob o aprofundamento das expressões da questão social, constitutivas das desigualdades que os contornavam e com nítido desprezo dos governos em relação a sua relevância.

Observamos, ainda, um ponto em comum entre os dois grupos da pesquisa, no que diz respeito a presença das TIC's no manejo das ressonâncias pandêmicas. Enquanto Assistentes Sociais lidaram com as tecnologias da informação e comunicação sob o âmbito do exercício profissional, funcionando por vezes enquanto facilitadora da prática e por outras como acentuadoras ao desgaste resultante dos processos de intensificação cotidiana; por meio da participação de militantes de Sujeitos Coletivos, identificamos que as TIC's estiveram como mediadoras das ações coletivas, facilitando a aproximação de vínculos e interações apoiadas nos objetivos de cada um dos sujeitos coletivos, posteriormente articulados em unidade, conforme a conjuntura exigia enfrentar.

Os resultados obtidos nos aproximam de alguns temas que renovam espaço e ganham capilaridade no arcabouço teórico do Serviço Social brasileiro, como as discussões acerca do trabalho profissional precarizado, o impacto da sociabilidade ultraneoliberal ao cotidiano de assistentes sociais, a dimensão política no cotidiano dos territórios sob a luz das classes subalternas, a organização de sujeitos coletivos sob os novos formatos de disputa, o adoecimento profissional de assistentes sociais, os fundamentos do significado social da profissão na atualidade, dentre outros.

Importa registrar que estes resultados apresentam limites (metodológicos, científicos e pessoais), ressaltados pelo desafiador percurso dos tempos que inscrevem a produção desta pesquisa, materializados nas amostradas utilizadas em nossa investigação e no alcance que as reflexões estabelecidas atingiram.

Questões como a organização política de assistentes sociais em Sorocaba, o impacto das TIC's no trabalho profissional de acordo com o seguimento de atuação,

a compreensão dos assistentes sociais e dos sujeitos coletivos sobre categorias centrais à problematização (TIC's, sujeito coletivo, valores ideopolíticos, articulação e etc) denotam lacunas metodológicas que se mal consideradas abrigam o risco em implicar generalizações incapazes de desvendar a realidade em suas especificidades.

Considerar estes limites qualifica a apreensão do tema discutido por nós, assim como permite o avanço de sua saturação, de modo que permitam a elaboração de estratégias e soluções que os superem, nos contornos do cenário pesquisado (Sorocaba) e em perspectivas maiores.

Sem a pretensão de esgotar o tema, concluímos que a conjuntura crítica da pandemia de covid-19, evidenciou ao mundo as rachaduras ocultas pelo ultraneoliberalismo excludente, que se vale da vida de muitos em detrimento ao lucro de poucos. Contudo, enfatizou ao Serviço Social o local reservado a profissão nesta dinâmica.

Portanto, quando a onda vier, irmão, apenas receba
Justiça para o povo, assim seja!
(Não vamos desistir , Planet Hemp e Black Alien)

REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (Orgs.). **Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova: revista de cultura e política**, [S. l.], v. 76, p. 49-86, 2009. DOI: 10.1590/S0102-64452009000100003.
- ANDRADE, D. P. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 34, p. 211-239, 2019.
- ANTUNES, R. **Capitalismo pandêmico**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- “A SOLUÇÃO mais fácil era botar o Michel”. Os principais trechos do áudio de Romero Jucá. **El País**, São Paulo, 24 maio 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/24/politica/1464058275_603687.html. Acesso em: 10 mar. 2023.
- BARROCO, M. L. S.; HELENA, T. S. **Código de ética do (a) assistente social comentado**. 1. ed. São Paulo, Cortez Editora, 2012.
- BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- BEDINELLI, T.; BENITES, A. PMDB volta a se chamar MDB: retorno ao passado para apagar crise de imagem. **El País**, São Paulo, Brasília, 19 dez. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/19/politica/1513695154_142381.html. Acesso em: 10 mar. 2023.
- BEHRING, E. R. **Fundo Público, valor e política social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2021.
- BEHRING, E. R. Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. *In*: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 16., v. 1, n. 1, Vitória, 2018. **Anais [...]**, UFES, Vitória, 2-7 dez. 2018.
- BEHRING, E. R. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez, 2022.
- BOLSONARO, J. Live quinta-feira (20/05/2021) em Imperatriz/MA. **YouTube**, 20 maio 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4NBPxdOxbOY>. Acesso em: 17 maio 2023.
- BRASIL. **Decreto nº 10.329, de 28 de abril de 2020**. Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Brasília, DF, 2020a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10329.htm. Acesso em: 30 jun. 2023.
- BRASIL. **Medida Provisória Nº 1.045, de 27 de abril de 2021**. Institui o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre

medidas complementares para o enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no âmbito das relações de trabalho. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2021a. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=28/04/2021&jornal=515&pagina=2>. Acesso em: 30 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Resolução nº 5, de 15 de maio de 2020**. Diretrizes extraordinárias e específicas para arquitetura penal, destinadas para o enfrentamento da disseminação do novo coronavírus (2019-ncov) no âmbito dos estabelecimentos penais. Brasília, DF, Diário Oficial da União, seção 1, n. 94, 19 maio 2020b. ISSN 1677-7042. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/pt-br/composicao/cnppc/resolucoes/resolucoes-2020-1/resolucao-no-05-de-15-de-maio-de-2020.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2023.

BRASIL. Ministério Da Saúde. **Nota Informativa Nº 9/2020-Se/Gab/Se/MS** - Orientações Para Manuseio Medicamentoso Precoce De Pacientes Com Diagnóstico Da Covid-19. Brasília, DF, 20 maio 2021b. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/go/sala-de-imprensa/docs/not2496%20-%20Nota%20Informativa%20MS-nr%209.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2023.

BREDA, T. (Org.). **Bolsonaro Genocida**. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA. Audiência Pública - 10/11/2021. **Facebook** [live], [S. l.], 10 nov. 2021. Disponível em: <https://fb.watch/mR-Eml20gX/>. Acesso em: 13 jul. 2023.

CANÊO, G.; SILVA, A. V. N. População negra, prisão e pandemia: racismo como fator de risco à saúde. **Revista Praia Vermelha**, [S. l.], v. 32, n. 2, jul.-dez. 2022. ISSN 1414-9184.

CARREATA 'Fora Bolsonaro' reúne dezenas de pessoas em Sorocaba. **SMetal**, Sorocaba, 31 jan. 2021. Disponível em: <https://smetal.org.br/imprensa/carreata-fora-bolsonaro-reune-dezenas-de-pessoas-em-sorocaba/>. Acesso em: 17 jun. 2023.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: Movimentos sociais na era da Internet. 2. ed. Zahar: Rio de Janeiro, 2013.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **A contrarreforma trabalhista**: Edição Especial. Brasília, DF, 12 jul. 2017. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2017-CfessManifesta-ContrarreformaTrabalhista.pdf>. Acesso em: 17 maio 2023.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Análise: intervenção militar no Rio e o fantasma da ditadura**. Brasília, DF, 02 abr. 2018a.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Perfil De Assistentes Sociais No Brasil**: Formação, Condições De Trabalho E Exercício Profissional. Brasília, DF, 2022. IBSN 978-65-86322-06-4.

CFESS Manifesta: **O Trabalho de Assistentes Sociais junto aos Movimentos Sociais**. Espírito Santo, 2018. *In*: Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço

Social, 16., CFESS, Vitória, 2-7 dez. 2018b. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2018-CfessManifesta-16Enpess-GTPAbepss-site.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.

CFSS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília, DF, mar. 1993.

CHAUÍ, M. Prefácio. In: SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

CHINA anuncia que começou a vacinar trabalhadores contra Covid-19 no fim de julho". **O Globo**, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/china-anuncia-que-comecou-vacinar-trabalhadores-contracovid-19-no-fim-de-julho-1-24603214>. Acesso em: 30 jun. 2023.

COELHO, F. G. G. B. **Articulação entre movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos: a experiência da Frente Brasil Popular (2015-2018)**. 2022. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

CORONAVÍRUS: Brasil confirma primeiro caso da doença. **UNA-SUS**, Brasília, DF, 27 fev. 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20da%20Sa%C3%BAde%20confirmou,para%20It%C3%A1lia%20e%20regi%C3%A3o%20da%20Lombardia>. Acesso em: 09 nov. 2022.

COSTA, F. Morte de trabalhadora doméstica por coronavírus escancara falta de políticas para proteger a classe. **UFRGS**, Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/morte-de-trabalhadora-domestica-por-coronavirus-escancara-falta-de-politicas-para-protger-a-classe/>. Acesso em: 09 nov. 2022.

COUTINHO, J. A. et al. A crise capitalista, o avanço da direita no continente latino-americano, e os desafios para a resistência. **Revista de Políticas Públicas**, [S. l.], v. 24, p. 129-149, 2020.

DAL ROSSO, S. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo, Boitempo, 2008.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1. ed. São Paulo, Boitempo, 2016. 402 p.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. PEC nº 241/2016: o novo regime fiscal e seus possíveis impactos. Nota técnica nº 161, Brasília, DF, set. 2017. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2016/notaTec161novoRegimeFiscal.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2023.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Desigualdade entre negros e não negros se aprofunda durante a pandemia**. Boletim Especial 20 de novembro - Dia da Consciência Negra.

Brasília, DF, 19 nov. 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2021/conscienciaNegra.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2023.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Mulheres no mercado de trabalho brasileiro**: velhas desigualdades e mais precarização. Boletim Especial 8 de março Dia da Mulher. Brasília, DF, 07 mar. 2022. Disponível em: https://geo.dieese.org.br/bahia/estudos/Boletim_mulher.pdf. Acesso em: 17 jun. 2023.

DIOGO COMITRE, D.; TOMOTO, T. H. As redes sociais e os movimentos sociais na cidade de Sorocaba/SP: relato de experiência sobre a constituição do Fórum de Luta em Defesa da Vida durante a pandemia de COVID-19. CENCL, D. R. **Direitos humanos e democracia**: a crise democrática e seus desafios. v. 2. UNIJUI, 2022.

DRUCK, G.; VIEIRA, D. As transformações do trabalho dos servidores públicos: reformas administrativas, digitalização e privatização do estado. *In*: ANTUNES, R. et al. (Orgs.). **Icebergs à deriva**: o trabalho nas plataformas digitais. São Paulo: Boitempo, 2023.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?. **Caderno Crh**, v. 24, p. 37-57, 2011.

DURIGUETTO, M. L.; MARRO, K. Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta o caminhos de ruptura com o conservadorismo. *In*: SILVA, M. L. O. (Org.) **Serviço Social no Brasil** – Histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2018.

DURIGUETTO, M. L.; SOUZA, A. R.; SILVA, K. N. Sociedade civil e movimentos sociais: debate teórico e ação prático-política. **Revista Katálisis**, [S. l.], v. 12, p. 13-21, 2009.

EM 4 ANOS, PT perde 60% das prefeituras. **Carta Capital**, [S. l.], 03 out. 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/em-4-anos-pt-perde-60-das-prefeituras/>. Acesso em: 17 maio 2023.

FATTORELLI, M. L. PLP 19/2019 dá cheque em branco para banqueiros. **Auditoria cidadã da dívida**, [S. l.], 10 fev. 2021. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/plp-19-2019-da-cheque-em-branco-para-banqueiros-por-maria-lucia-fattorelli/>. Acesso em: 17 maio 2023.

FERNANDES, N. A. et al. Requisições indevidas no serviço social e a atuação da comissão de orientação e fiscalização profissional do CRESS/SP. *In*: **Anais [...]**, ENPESS, 17., Rio de Janeiro, 14-17 dez. 2022. Disponível em: https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/mesa_0909_0004.pdf. Acesso em: 03 jul. 2023.

FHC diz que lei é 'fim da era Vargas'. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 fev. 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/2/14/brasil/26.html>. Acesso em: 10 mar. 2023.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. **Uma ponte para o futuro**. Brasília, DF, 29 out. 2019.

GALEANO, E. **Dias e noites de amor e de guerra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 179 p.

GOHN, M. G. **Ativismos no Brasil**: movimentos sociais, coletivos e organizações sociais civis: como impactam e por que importam? Petropolis: Vozes, 2022.

GOHN, M. G. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

GOVERNO BOLSONARO 2018. **O Caminho da Prosperidade**. Proposta de Plano de Governo. Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. Acesso em: 17 jun. 2023.

GOVERNO de SP autua Bolsonaro, três ministros e outras 12 autoridades por não usarem máscara durante evento em Sorocaba. **G1**, Sorocaba, Jundiaí, 25 jun. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2021/06/25/governo-de-sp-autua-bolsonaro-tres-ministros-e-outras-12-autoridades-por-nao-usarem-mascara-durante-evento-em-sorocaba.ghtml>. Acesso em: 13 jul. 2023.

GROPPO, L. A. A história e as vozes de seus sujeitos. Apresentação. In MARTINS, M. F. (Org.). **História dos movimentos sociais da região de Sorocaba**: Origens, conquistas e desafios. Holambra: Setembro, 2012.

GUERRA, Y. Precarização estrutural do trabalho e requisições profissionais: mudança no ethos, no perfil e no modus operadi do trabalho de assistentes sociais. . In: **Anais [...]**, ENPESS, 17., Rio de Janeiro, 14-17 dez. 2022. Disponível em: https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/mesa_0909_0001.pdf. Acesso em: 03 jul. 2023.

GUIMARÃES, M. C. R.; GUERRA, E. C. Movimentos sociais e transformação societária: concepções teóricas presentes na tradição marxista. **Revista Katálisis**, [S. l.], v. 16, p. 63-71, 2013.

IANNI, Octavio. **Construção de categorias**. Transcrição de aula dada no curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC/SP. 1986.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: Trabalho e formação Profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. ISBN 85-249-0693-6.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. V.; YAZBEK, M. C. **Serviço Social na história: América Latina, África e Europa**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

INESC - INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **O Brasil com imunidade baixa**. Balanço do orçamento geral da União 2019. Brasília, DF, abr. 2020.

Disponível em: <https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Balanco-OGU-Inesc.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2023.

LIMEIRAS, M. A. P.; HECKSHER, M. D. **Carta de conjuntura**. Nota de conjuntura 19, [S. l.], n. 51, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210531_cc_51_nota_19_indicadores_mensais_mercado_de_trabalho.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023.

LOTTA, G. et al. **A pandemia de COVID-19 e os (as) profissionais de saúde pública no Brasil**. 5ª fase. Nota Técnica. FGV, set. 2021. Disponível em: <https://neburocracia.files.wordpress.com/2021/10/rel12-saude-covid-19-fase5-v3.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

LOTTA, G. et al. **A pandemia de COVID-19 e os (as) profissionais de saúde pública no Brasil**. 3ª fase. Nota Técnica. FGV, nov. 2020. Disponível em: <https://neburocracia.files.wordpress.com/2020/11/rel10-social-covid-19-fase-3-v3.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

MANGA, R. 362 Casos de Covid19 na cidade, segundo a prefeitura de Sorocaba. **Facebook** [live], [S. l.], 14 maio 2020a. Disponível em: <https://fb.watch/mRVQFBpoAj/>. Acesso em: 13 jul. 2023.

MANGA, R. Deus ajude essas 6 pessoas, Mas quase R\$6 milhões gastos com Covid19 , um hospital de campanha sem nenhum equipamento... **Facebook** [live], [S. l.], 14 maio 2020b. Disponível em: <https://fb.watch/mRVMNzG09a/>. Acesso em: 13 jul. 2023.

MANGA, R. Publicação. **Facebook**, [S. l.], 20 maio 2020c. Disponível em: <https://www.facebook.com/rodrigomangaoficial/photos/a.1375969675957128/2446446875576064>. Acesso em: 13 jul. 2023.

MARTELLO, A. BC anuncia nova liberação de recursos para os bancos; impacto total pode chegar a R\$ 1,2 trilhão: Entre medidas, voltadas ao enfrentamento da crise financeira gerada pela epidemia do coronavírus, estão a redução do compulsório e empréstimos com lastro em debêntures. **G1**, Brasília, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/03/23/bc-muda-compulsorio-e-libera-temporariamente-r-68-bilhoes-ao-mercado-financeiro.ghtml>. Acesso em: 30 jun. 2023.

MARTINS, C. Z.; MARTINS, V. T. Z.; VALIM, R. **Lawfare**: uma introdução. 1. ed. São Paulo: Contracorrente, 2019.

MARTINS, E.; ROXO, S. O drama da família da primeira vítima do coronavírus no país. **O Globo**, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/o-drama-da-familia-da-primeira-vitima-do-coronavirus-no-pais-24575672>. Acesso em: 09 nov. 2022.

MARTINS, M. F.; MENDONÇA, V. M. M.. Formação e atuação dos militantes dos movimentos sociais da região de Sorocaba. In: MARTINS, M. F. (Org.). **História dos movimentos sociais da região de Sorocaba: Origens, conquistas e desafios**. Holambra: Setembro, 2012.

MARX, K. **Miséria da Filosofia**. 1. ed. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2017

MASCARO, A. L. **Crítica do fascismo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

MELATTI, A.; MANSUET, M. Assistência social e pandemia: desafios para o trabalho profissional e para a garantia de direitos *In*: RAICHELIS et al. **Nova-velha morfologia do trabalho no serviço social. TICS e pandemia**. 1. ed. São Paulo: EDUC-CAPES, 2022.

MINAYO, M. C. DE S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 3, p. 621–626, mar. 2012.

NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. *In*: MOTA, A. E. et al. **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e Saúde**, v. 4, p. 141-160, 2006.

NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

NETTO, J. P. **Introdução Aos Estudos Do Metodo De Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NISIDA, V.; CAVALCANTE, L. RAÇA e COVID no município de SÃO PAULO. **Instituto Pólis**, São Paulo, jul. 2020. Disponível em: <https://polis.org.br/estudos/raca-e-COVID-no-msp/>. Acesso em: 30 jun. 2023.

NOVO, V.; COUTINHO, C. A. Sorocaba trabalhadora: ‘terra rasgada’ pela luta de classes. **A Verdade**, Sorocaba, 25 ago. 2021. Disponível em: <https://averdade.org.br/2021/08/sorocaba-trabalhadora-terra-rasgada-pela-luta-de-classes/>. Acesso em: 30 jun. 2023.

O ATUAL QUADRO de subfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS) no contexto da Emenda Constitucional nº 86/2015 e do ajuste fiscal. *In*: Seminário CNS/COFIN. **Anais [...]**, Congresso da Associação Brasileira de Saúde Coletiva, 11., 28 jul. 2015. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2015/docs/documento_final_seminario_cns_Cofin_abrasco.pdf. Acesso em: 17 maio 2023.

ORNELL, F. et al. Pandemia de medo e Covid-19: impacto na saúde mental e possíveis estratégias. **Debates em psiquiatria**, v. 10, n. 2, p. 12-16, 2020.

OSÓRIO, F. L. et al. Risk and protective factors for the mental health of Brazilian healthcare workers in the frontline of COVID-19 pandemic. **Frontiers in Psychiatry**, p. 1299, 2021.

PAULANI, L. M. Desenvolvimentismo, planejamento e investimento público nos 5 mil dias de lulismo. *In*: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. (Org.). **5 Mil Dias: o Brasil na era do lulismo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 57-69.

PEREIRA, P. AP. A utilidade da pesquisa para o serviço social. **Serviço Social e Saúde**, v. 4, n. 1, p. 17-28, 2005.

PREFEITURA DE SOROCABA. AO VIVO: A prefeita Jaqueline Coutinho apresenta dados e informações importantes sobre o trabalho de enfrentamento ao novo coronavírus. **Facebook** [live], [S. l.], 15 maio 2020. Disponível em: https://fb.watch/mRVOIB0vs_/. Acesso em: 13 jul. 2023.

RAICHELIS, G. Serviço Social, Trabalho e tecnologia – o trabalho profissional em tempos pandêmicos. *In*: RAICHELIS, G. et al. **Nova-velha morfologia do trabalho no serviço social. TICS e pandemia**. 1. ed. São Paulo: EDUC-CAPES, 2022.

RAICHELIS, R. Tecnologia, trabalho e pandemia no capitalismo em crise: admirável mundo novo?. **Serviço Social & Sociedade**, p. 5-16, 2022.

RAICHELIS, R.; ARREGUI, C. C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serviço Social & Sociedade**, p. 134-152, 2021.

RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (Orgs.). **A nova morfologia do trabalho no serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

RODA VIVA. Michel Temer fala sobre impopularidade de seu governo. **YouTube**, 18 set. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ooqEz0NtPbU>. Acesso em: 17 maio 2023.

SADER, E. A construção da hegemonia pós-neoliberal. *In*: SADER, E. (Ed.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 135-143.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANIELE, B. Covid-19: Depen sugere contêineres para separar presos com sintomas. **Agência Brasil**, [S. l.], 20 abr. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-04/COVID-19-depen-sugere-containeres-para-separar-presos-com-sintomas>. Acesso em: 30 jun. 2023.

SAÚDE Mais Dez: Movimento nacional em defesa da saúde pública (Manifesto). **Opas**, 14 de abril de 2012. Disponível em: <https://opas.org.br/saude-mais-dez-movimento-nacional-em-defesa-da-saude-publica-manifesto/>. Acesso em: 17 maio 2023.

SAÚDE perdeu R\$ 20 bilhões em 2019 por causa da EC 95/2016. **Conselho Nacional de Saúde**, 28 fev. 2020. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1044-saude-perdeu-r-20-bilhoes-em-2019-por-causa-da-ec-95-2016>. Acesso em: 30 jun. 2023.

SAWAIA, B. B. **Expressões da pandemia – Fase 4**. 1. ed. Embu das Artes: Alexa, 2022.

SERVIÇO Social contra a Covid-19 (Coronavírus). **CFESS**, Brasília, c2023. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/COVID-19-coronavirus>. Acesso em: 29 jul. 2023.

SILVA, L. I. L. Carta ao Povo Brasileiro. São Paulo, 22 jun. 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/cartaaopovobrasileiro.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SILVA, M. O. (Org.). **O Serviço social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SPAGNULO, S. Mapa mostra limitações do isolamento vertical nas periferias. **Núcleo**, [S. l.], 02 abr. 2020. Disponível em: <https://nucleo.jor.br/arquivo/2020-04-02-mapa-densidade-saopaulo-coronavirus/?fbclid=IwAR3qyt5U1KXB789Nes6AfSeWSLIrrCfuuFiyztTdY9dD7DEqrcxxN-rsR2k>. Acesso em: 30 jun. 2023.

TELES, E.; CALAZANS, M. (Orgs.). **A pandemia e a gestão das mortes e dos mortos**. São Paulo: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO: Centro de Antropologia e Arquivologia Forense (CAAF), 2021. 5120 Kb; PDF. ISBN 978-65-00-29729-4. Disponível em: https://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2022/05/2021_HIRATA-GRILLO-DIRK_GestaoMortes-Mortos_CAAF.pdf. Acesso em: 09 nov. 2022.

“TEM ALGUNS IDIOTAS que até hoje ficam em casa”, diz Bolsonaro sobre isolamento social”, Canal do UOL no YouTube, 2021 – Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3ohwVNWOJPA>. Acesso em: 30 jun. 2023.

UOL. "Tem alguns idiotas que até hoje ficam em casa", diz Bolsonaro sobre isolamento social. **YouTube**, 17 maio. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3ohwVNWOJPA>. Acesso em: 17 maio 2023.

UOL. Bolsonaro: "Se tomar vacina e virar jacaré não tenho nada a ver com isso". **YouTube**, 17 dez. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IBCXkVOEH-8>. Acesso em: 17 maio 2023.

VENTURA, D. F. L.; AITH, F. M. A.; REIS, R. R. Estratégia federal de disseminação da COVID-19: um ataque sem precedentes aos direitos humanos no Brasil. *In*:

YAZBEK, M. C. **Serviço Social na história**: América Latina, África e Europa. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

ANEXOS

Anexo 1 – Levantamento Preliminar: Sujeitos Coletivos de Sorocaba/SP (2022)

	SIGLA	NOME	ANO DE CRIAÇÃO	SEGUIMENTO	CONFIGURAÇÃO
1		AÇÃO ANTIFASCISTA DE SOROCABA	2018	IDEOPOLÍTICO	MOV SOCIAL
2	AAP	AÇÃO PERIFÉRICA	2006	CULTURA	ASSOCIAÇÃO
3	ATS	ASSOCIAÇÃO TRANSGENERO DE SOROCABA	2017	LGBTQIA+	ASSOCIAÇÃO
4	BAS	BANCO DE ALIMENTOS DE SOROCABA	2005	CARESTIA	ONG
5		BRIGADA SOLIDÁRIA SOROCABA	2020	CARESTIA	COLETIVO
6		CASA TRANSITORIA ANDRE LUIZ	1960	CARESTIA	ONG
7	CTB	CENTRAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BRASIL - SOROCABA		RELAÇÕES DE TRABALHO	CENTRAL SIND
8	CUFA	CENTRAL ÚNICA DAS FAVELAS - SOROCABA		CARESTIA	ONG
9	CUT	CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES		RELAÇÕES DE TRABALHO	CENTRAL SIND
10	CEADEC	CENTRO DE ESTUDOS E APOIO AO DESENVOLVIMENTO, EMPREGO E CIDADANIA	1999	MEIO AMBIENTE	ONG
11		COLETIVO CONECTA		LGBTQIA+	COLETIVO
12		COLETIVO FEMINISTA CAROLINA DE JESUS	2015	FEMINISMO	COLETIVO
13	CFCAM	COLETIVO FEMINISTA CLASSISTA ANA MONTENEGRO		FEMINISMO	COLETIVO
14		COLETIVO FEMINISTA ROSA LILAS	2013	FEMINISMO	COLETIVO
15		COLETIVO FEMINISTA SALVADORA LOPES	2014	FEMINISMO	COLETIVO
16		COLETIVO MANDALA	2008	LGBTQIA+	COLETIVO
17		COLMEIA ARTE	2019	CULTURA	COLETIVO
18		CONSULTA POPULAR	1997	PARTIDÁRIO	MOV SOCIAL
19		CULTURAMA	2011	CULTURA	COLETIVO
20		CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR LIBERTE-SE		ESTUDANTIL	COLETIVO
21		EDUCANDÁRIO BEZERRA DE MENEZES	1953	CRIAN E ADOLESC	ONG
22		ENFRETE - JUVENTUDE EM MOVIMENTO		ESTUDANTIL	COLETIVO
23		ENTIDADE LAR SÃO VICENTE DE PAULO - SOROCABA		IDOSO	ONG

24		FLORESTA CULTURAL	2016	MEIO AMBIENTE	ASSOCIAÇÃO
25	FLAMAS	FORUM DA LUTA ANTIMANICOMIAL DE SOROCABA	2009	SAÚDE MENTAL	MOV SOCIAL
26		FORUM DE HIP HOP DE SOROCABA		CULTURA	MOV SOCIAL
27		FORUM DE LUTA EM DEFESA DA VIDA	2021	SAÚDE	MOV SOCIAL
28	FOPECS	FORUM PERMANENTE DE CULTURA DE SOROCABA		CULTURA	COLETIVO
29	FORPIR	FORUM REGIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL		RACIAL	MOV SOCIAL
30		INSTITUTO CONTRAPROPOSTA	2015	IDEOPOLÍTICO	COLETIVO
31		JUNTAS SOROCABA E REGIÃO		FEMINISMO	COLETIVO
32	JPT	JUVENTUDE DO PT-SOROCABA		JUVENTUDE	COLETIVO
33		JUVENTUDE PSOL-SOROCABA		JUVENTUDE	COLETIVO
34		LAR ESCOLA MONTEIRO LOBATO	1946	CRIAN E ADOLESC	ONG
35		LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE - SOROCABA	2013	JUVENTUDE	MOV SOCIAL
36		MOVIMENTO ANTIRRACISTA DE SOROCABA		RACIAL	MOV SOCIAL
37		MOVIMENTO BAQUE MULHER SOROCABA	2015	CULTURA	MOV SOCIAL
38	MOMUNES	MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS DE SOROCABA	1997	CULTURA	ONG
39		MOVIMENTO MULHERES EM AÇÃO SOROCABA	2017	PCD	COLETIVO
40		OCUPAÇÃO DANDARA/JD NOVO MUNDO	2021	MORADIA	OCUPAÇÃO
41	PCB	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO		PARTIDÁRIO	PART POLIT
42	PCDOB	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL		PARTIDÁRIO	PART POLIT
43	PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES - SOROCABA		PARTIDÁRIO	PART POLIT
44	PSOL	PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - SOROCABA		PARTIDÁRIO	PART POLIT
45	PSB	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO		PARTIDÁRIO	PART POLIT
46	P.R.E.T.A.S.	PROJETO REVOLUCIONÁRIO EMANCIPATÓRIO INTERSECCIONAL ANTIRRACISTA SOROCABANO		RACIAL	COLETIVO
47		QUINZE DE OUTUBRO SOROCABA E REGIÃO		EDUCAÇÃO	COLETIVO
48		RC DE SOROCABA - NOVAS GERAÇÕES		JUVENTUDE	COLETIVO
49		REDE EMANCIPA SOROCABA - CURSINHOS PRÉ-VESTIBULAR		ESTUDANTIL	MOV SOCIAL
50	ADUFSCAR	SINDICATO DOS DOCENTES EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DOS MUNICÍPIOS DE SÃO CARLOS, ARARAS, SOROCABA E BURI	2006	RELAÇÕES DE TRABALHO	SINDICATO
51	SMETAL	SINDICATO DOS METALURGICOS DE SOROCABA E REGIÃO	1939	RELAÇÕES DE TRABALHO	SINDICATO
52		SINDICATO DOS PAPELEIROS DE SOROCABA E REGIÃO		RELAÇÕES DE TRABALHO	SINDICATO

53	SINDPRO	SINDICATO DOS PROFESSORES DE SOROCABA E REGIÃO	1989	RELAÇÕES DE TRABALHO	SINDICATO
54	APEOESP	SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO	1945	RELAÇÕES DE TRABALHO	SINDICATO
55	SINPSI	SINDICATO DOS PSICOLOGOS DE SÃO PAULO	1973	RELAÇÕES DE TRABALHO	SINDICATO
56	SINDIQUINZE	SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO	1989	RELAÇÕES DE TRABALHO	SINDICATO
57	SSPMS	SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SOROCABA	1989	RELAÇÕES DE TRABALHO	SINDICATO
58	SINTUNESP	SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNESP	1989	RELAÇÕES DE TRABALHO	SINDICATO
59		SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE SOROCABA E REGIÃO	1954	RELAÇÕES DE TRABALHO	SINDICATO
60		SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO DE SOROCABA E REGIÃO	1980	RELAÇÕES DE TRABALHO	SINDICATO
61	SINTUFSCAR	SINDICATO DOS TRABALHADORES TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	1978	RELAÇÕES DE TRABALHO	SINDICATO
62	SINSAÚDE	SINDICATO ÚNICO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE DE SOROCABA E REGIÃO	1983	RELAÇÕES DE TRABALHO	SINDICATO
63	UNEGRO	UNIÃO DE NEGROS PELA IGUALDADE	2017	RACIAL	COLETIVO
64	UJC	UNIÃO JUVENTUDE COMUNISTA		JUVENTUDE	MOV SOCIAL
65	UJS	UNIÃO JUVENTUDE SOCIALISTA		JUVENTUDE	MOV SOCIAL
66	USES	UNIÃO SOROCABANA DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS		ESTUDANTIL	MOV SOCIAL

Anexo 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Mestrado no Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

Dissertação : "A ARTICULAÇÃO PROFISSIONAL ENTRE ASSISTENTES SOCIAIS E SUJEITOS COLETIVOS: UMA ANÁLISE SOB O PERÍODO CRÍTICO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA CIDADE DE SOROCABA/SP"

Mestrando: Daniel Nogueira de Souza

E-mail: as.danielnsouza@gmail.com ou **Tel:** (15) 9 8128-1253

Orientadora: Prof^a Dra. Mariangela Belfiore Wanderley

Você está sendo convidada (o) a participar desta pesquisa que tem como **objetivo geral** é: a) apreender e analisar como os Assistentes Sociais se relacionaram profissionalmente com sujeitos coletivos, com destaque aos tempos de pandemia mundial de covid-19 no município de Sorocaba/SP.

A pesquisa de campo está sendo desenvolvida como parte da dissertação e tem como metodologia o levantamento bibliográfico, documental e em redes sociais. Tem duas etapas, sendo 1- *aplicação de questionário eletrônico estruturado* e 2- *entrevista individual*, permitindo registrar as experiências vivenciadas durante o período crítico da pandemia de covid-19, compreendendo que a elocução destas experiências ganha significativa relevância quando expressadas por quem as viveu.

O “Questionário eletrônico” será disparado por meio eletrônico e os dados serão extraídos e analisados de acordo com os avanços em torno da apreensão de nosso objeto de pesquisa. A “Entrevista Individual” ocorrerá presencialmente em ambiente/local previamente acordado entre pesquisador e entrevistado, sendo que mediante autorização do participante poderá ser gravada, objetivando a sua transcrição e possível incorporação à dissertação.

É pertinente ressaltar que a participação enquanto respondente do questionário eletrônico não implica em obrigatoriedade de participação na etapa de entrevista individual.

Desta forma, convidamos você a participar de uma das etapas desta pesquisa de campo, sob a luz de suas vivências e contribuições que certamente agregarão à nossa problemática.

Ressaltamos que, em caso de sua participação incorrer em algum desconforto emocional, você tem direito de recusar participar de qualquer etapa desta pesquisa, assim como poderá solicitar a desconsideração de sua participação – mesmo após finalizada.

Cabe registrar que a manutenção de sigilo em torno dos dados pessoais e de identificação estarão garantidos, assim como informações que coloquem em risco aspectos envolvendo a privacidade pessoal e profissional. Deste modo, solicitamos a identificação de todos os participantes – respondentes do questionário eletrônico que será aplicado e das entrevistas individuais que serão realizadas – entretanto, também será possível a adesão de nome fictício ou a solicitação de anonimato, ficando ao critério do(a) participante esta escolha.

A pesquisa de campo não implicará em nenhum gasto ou custo aos participantes, que também não receberão qualquer tipo de reembolso ou gratificação associada à sua participação.

Por fim, os resultados desta pesquisa estarão à disposição dos participantes, sendo que também é assegurado, sempre que considerar pertinente, solicitar informações e esclarecimentos quanto aos seus desdobramentos.

Este TCLE foi elaborado em duas vias sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável e outra será fornecida a você.

Eu, _____ portador(a) do RG/CPF: _____, declaro que li as informações contidas neste documento, fui devidamente informado(a) pelo pesquisador DANIEL NOGUEIRA DE SOUZA sobre o objetivo desta pesquisa, concordo em participar voluntariamente do(a):

[☐] QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO / [☐] ENTREVISTA INDIVIDUAL

Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações ou retirar este consentimento durante o desenvolvimento da pesquisa.

Declaro, ainda, que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Sorocaba, _____ de _____ de 2023.

Assinatura do(a) Participante da pesquisa

Assinatura do Pesquisador

Anexo 3 – Questionário Eletrônico: Sujeitos Coletivos

PESQUISA: A ARTICULAÇÃO PROFISSIONAL ENTRE ASSISTENTES SOCIAIS E SUJEITOS COLETIVOS: UMA ANÁLISE SOB O PERÍODO CRÍTICO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA CIDADE DE SOROCABA/SP

Esta pesquisa está sendo desenvolvida como parte da dissertação de mestrado no Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

Seu objetivo geral é: "Apreender e analisar como os Assistentes Sociais se relacionaram profissionalmente com sujeitos coletivos, com destaque aos tempos de pandemia mundial de covid-19 no município de Sorocaba/SP. "

O questionário está dividido em três blocos de perguntas, com tempo médio de conclusão entre 10 e 15 minutos. Cabe lembrar que as perguntas referem-se ao período entre 2020 e 2021, portanto as respostas devem considerar este recorte de tempo.

É importante que, para assegurarmos a responsabilidade ética em torno de sua participação, você leia com bastante atenção o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO disponível no link a seguir:

encurtador.com.br/iDI12

Nele você também encontra mais detalhes sobre o desenvolvimento desta pesquisa de campo.

Agradecemos o seu tempo e atenção.

Daniel Nogueira de Souza - Pesquisador

Profa. Dra. Mariangela Belfiore Wanderley - Orientadora

** Indica uma pergunta obrigatória*

1. DECLARO QUE LI O TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO E: *

Acesse o TCLE: encurtador.com.br/iDI12

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Aceito participar desta pesquisa
- ☐ Não aceito participar desta pesquisa

1 - IDENTIFICAÇÃO

Neste bloco você responderá acerca de seus dados pessoais e vínculo organizativo.

Ressaltamos que, conforme TCLE, a manutenção de sigilo em torno dos dados pessoais e de identificação estarão garantidos, assim como informações que coloquem em risco aspectos envolvendo a privacidade pessoal e profissional. Deste modo, solicitamos a identificação de todos os participantes respondentes deste questionário eletrônico, entretanto também será possível a adesão de nome fictício ou a solicitação de anonimato, ficando ao critério do(a) respondente esta escolha.

2. 1.1- GOSTARIA DE ME IDENTIFICAR COMO *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Nome
- ☐ Nome fictício
- ☐ Participação anônima

3. 1.2 - NOME COMPLETO *

Preencha com "Participação anônima" caso não queira se identificar.

4. 1.3 - CONTATO *

Ex: tel, cel, e-mail, redes sociais ou "Participação anônima".

5. 1.4 - IDADE *

6. 1.5 - GÊNERO *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Agênero
- ☐ Andrógino
- ☐ Gênero Fluido
- ☐ Homem Cis
- ☐ Homem Trans
- ☐ Intersexual
- ☐ Mulher Cis
- ☐ Mulher Trans
- ☐ Não Binário
- ☐ Queer/Genderqueer
- ☐ Travesti
- ☐ Two-Spirit
- ☐ Outro

7. 1.6 - RAÇA/COR *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Branca ☐
- Preta/Negra ☐
- Parda
- ☐ Indígena
- ☐ Amarela
- ☐ Outra

8. 1.7 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA *

Sobre a cidade onde você mora.

1 - SOBRE O SUJEITO COLETIVO

Entendemos enquanto sujeito coletivo o conjunto de movimentos sociais, movimentos populares, coletivos, organizações, associações e/ou grupos em que "seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas" (SADER, 1988, pg. 55).

9. 1.8 - QUAL O NOME/IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO COLETIVO QUE VOCÊ ATUA, A SUA OCUPAÇÃO E O TEMPO ATUANDO NELE? *

Ex: Movimento ABCD - Coordenador - XX anos/meses

10. 1.9 - ANO DE FUNDAÇÃO DO SUJEITO COLETIVO *

Responda o ano de fundação ou ano de início das atividades do sujeito coletivo que você atua.

11. 1.10 - QUAL O PRINCIPAL SEGUIMENTO/BANDEIRA DE LUTA DO SUJEITO COLETIVO? *

Assinale a partir do principal seguimento/bandeira de luta que representa o sujeito coletivo que você atua.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Carestia
- ☐ Criança e adolescente
- ☐ Cultura
- ☐ Educação
- ☐ Estudantil
- ☐ Feminismo
- ☐ Idoso
- ☐ Juventude
- ☐ LGBTQIA+
- ☐ Meio Ambiente
- ☐ Moradia
- ☐ Pessoa com deficiência
- ☐ Ideopolítico
- ☐ Partido político
- ☐ Racial
- ☐ Saúde
- ☐ Relações de trabalho
- ☐ Outro

12. 1.11 - QUAL O SEGUIMENTO/BANDEIRA DE LUTA SECUNDÁRIOS DO SUJEITO COLETIVO? *

Assinale a partir de outros seguimentos/bandeiras de luta que representa o sujeito coletivo que você atua.
(SE HOUVER)

É permitido assinalar mais de uma resposta.

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Carestia
- ☐ Criança e adolescente
- ☐ Cultura
- ☐ Educação
- ☐ Estudantil
- ☐ Feminismo
- ☐ Idoso
- ☐ Juventude
- ☐ LGBTQIA+
- ☐ Meio Ambiente
- ☐ Moradia
- ☐ Pessoa com deficiência
- ☐ Ideopolítico
- ☐ Partido político
- ☐ Racial
- ☐ Saúde
- ☐ Relações de trabalho
- ☐ Outro

13. 1.12 - CONFIGURAÇÃO ORGANIZATIVA *

Assinale a partir da configuração organizativa que se enquadra ou mais se aproxima do sujeito coletivo que você atua

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Movimento Social ou Movimento Popular
- ☐ Coletivo
- ☐ Associação
- ☐ Partido político
- ☐ Organização não governamental
- ☐ Organização da sociedade civil
- ☐ Sindicato ou órgão de classe/categoria profissional
- ☐ Intituição privada e/ou empresarial
- ☐ Outras organizações representativas

14. 1.13 - ORIENTAÇÃO POLÍTICA *

Descreva como é a orientação política do sujeito coletivo que você atua.

15. 1.14 - ASSENTAMENTO TERRITORIAL *

Selecione onde concentram-se as principais atividades realizadas pelo sujeito coletivo que você atua.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Território urbano
- ☐ Território rural
- ☐ Outro

2 - ATUAÇÃO NO SUJEITO COLETIVO DURANTE A PANDEMIA

Neste bloco, as perguntas serão direcionadas à sua atuação no interior do Sujeito Coletivo que compõe, considerando o período crítico da pandemia mundial de covid-19.

Definimos enquanto período crítico o período entre março de 2020 e dezembro de 2021, considerando o número de casos e óbitos registrados sob o contexto de restrições mais rígidas para controle da pandemia.

AS RESPOSTAS PARA ESSA SEÇÃO DEVEM PARTIR, SOBRETUDO À LUZ DA SUA EXPERIÊNCIA NO INTERIOR DO SUJEITO COLETIVO

16. 2.1 - ATUAÇÃO NA PANDEMIA *

Selecione por quanto tempo você esteve atuante no sujeito coletivo entre o período de março de 2020 e dezembro de 2021.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Até 3 meses
- ☐ Entre 3 meses e 6 meses
- ☐ Entre 6 meses e 1 ano
- ☐ Mais de 1 ano
- ☐ Não atuei durante o período crítico da pandemia de covid-19

17. 2.2 - FORMATO DE ATUAÇÃO *

Assinale qual o formato de atuação predominante ao período correspondente a questão anterior.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Presencial
- ☐ Remoto
- ☐ Híbrido

18. 2.3 - QUAIS OS PRINCIPAIS DESAFIOS OU DIFICULDADES AO SEU COTIDIANO DE ATUAÇÃO DURANTE O PERÍODO CRÍTICO DA PANDEMIA? *

19. 2.4 - VOCÊ LIDOU COM "TIC'S" DURANTE O PERÍODO CRÍTICO DA PANDEMIA? *

Responda de acordo com a intensidade de uso das TIC's em seu cotidiano com o sujeito coletivo.

"TIC's" é a abreviatura para "Tecnologias da Informação e Comunicação".

Consiste em ferramentas (aplicativos, programas, eletroeletrônicos, etc) que podem mediar desde os processos, técnicas e instrumentos de trabalho até formas de interação e relação entre indivíduos.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim, mas esporadicamente
- ☐ Sim, durante todo o período
- ☐ Não *Pular para a pergunta 23*

2 - ATUAÇÃO DURANTE O PERÍODO CRÍTICO DA PANDEMIA DE COVID-19

Neste bloco, as perguntas serão direcionadas à sua atuação no interior do Sujeito Coletivo que compõe, considerando o período crítico da pandemia mundial de covid-19.

Definimos enquanto período crítico o período entre março de 2020 e dezembro de 2021, considerando o número de casos e óbitos registrados sob o contexto de restrições mais rígidas para controle da pandemia.

AS RESPOSTAS PARA ESSA SEÇÃO DEVEM PARTIR, SOBRETUDO À LUZ DA SUA EXPERIÊNCIA NO INTERIOR DO SUJEITO COLETIVO

20. 2.5 - QUAIS AS PRINCIPAIS TIC'S QUE VOCÊ UTILIZOU? *

"TIC's" é a abreviatura para "Tecnologias da Informação e Comunicação". Consiste em ferramentas (aplicativos, programas, eletroeletrônicos, etc) que podem mediar desde os processos, técnicas e instrumentos de trabalho até formas de interação e relação entre indivíduos.

Esta pergunta permite assinalar mais de uma resposta.

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Aplicativos/Programas de mensagens instantâneas (Ex: Whatsapp)
- ☐ Aplicativos/Programas para videochamada
- ☐ Computadores, notebooks ou tablets
- ☐ Smartphones / celulares
- ☐ Câmeras para registro de imagem, vídeo ou videochamada
- ☐ Gravadores e reprodutores de áudio
- ☐ Sistemas informatizados para registro e armazenamento de dados
- ☐ Plataformas digitais
- ☐ Outras
- ☐ Não considero que utilizei nenhuma TIC

21. 2.6 - VOCÊ CONSIDERA QUE O USO DAS TIC'S FOI: *

Esta pergunta é aberta e permite que você discorra a partir da sua experiência com as TIC'S durante a pandemia.

"TIC's" é a abreviação de "Tecnologias da Informação e Comunicação". Consiste em ferramentas (aplicativos, programas, eletroeletrônicos, etc) que podem mediar desde os processos, técnicas e instrumentos de trabalho até formas de interação e relação entre indivíduos.

22. 2.7 - COMO VOCÊ AVALIA AS TIC'S QUE ESTIVERAM À SUA DISPOSIÇÃO? *

Esta pergunta permite que você assinale mais de uma alternativa.

"TIC's" é a abreviação de "Tecnologias da Informação e Comunicação". Consiste em ferramentas (aplicativos, programas, eletroeletrônicos, etc) que podem mediar desde os processos, técnicas e instrumentos de trabalho até formas de interação e relação entre indivíduos.

Marque todas que se aplicam.

- ☐ De difícil acesso e manejo.
- ☐ De fácil manejo e acesso.
- ☐ Ultrapassadas, com funcionamento parcial ou quase sem possibilidade de uso.
- ☐ Sucateadas, com condições de funcionamento comprometidas ou sem possibilidade de uso.
- ☐ Em bom estado, mas com restrições de funcionamento.
- ☐ Em bom estado e bom funcionamento.
- ☐ Em ótimo estado, atendendo as necessidades de funcionamento.

2 - ATUAÇÃO DURANTE O PERÍODO CRÍTICO DA PANDEMIA DE COVID-19

Neste bloco, as perguntas serão direcionadas à sua atuação no interior do Sujeito Coletivo que compõe, considerando o período crítico da pandemia mundial de covid-19.

Definimos enquanto período crítico o período entre março de 2020 e dezembro de 2021, considerando o número de casos e óbitos registrados sob o contexto de restrições mais rígidas para controle da pandemia.

AS RESPOSTAS PARA ESSA SEÇÃO DEVEM PARTIR, SOBRETUDO À LUZ DA SUA EXPERIÊNCIA NO INTERIOR DO SUJEITO COLETIVO

23. 2.8 - VOCÊ TEVE ACESSO À EPI'S DURANTE A SUA ATUAÇÃO NO SUJEITO COLETIVO? *

Assinale uma das alternativas com base no período crítico da pandemia de covid-19. Entre março de 2020 e dezembro de 2021.

EPI's é a abreviação para "EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL", recurso largamente utilizado como medida de proteção e mitigação da contaminação pelo vírus da covid-19.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não recebi em nenhum momento *Pular para a pergunta 25*
- ☐ Sim, recebi uma ou poucas vezes *Pular para a pergunta 24*
- ☐ Sim, recebi continuamente *Pular para a pergunta 24*

2 - ATUAÇÃO DURANTE O PERÍODO CRÍTICO DA PANDEMIA DE COVID-19

24. 2.9 - COMO VOCÊ TEVE ACESSO À EPI'S DURANTE O PERÍODO CRÍTICO DA PANDEMIA? *

Descreva se os EPI's foram fornecidos pela organização que você esteve atuante, se vierem de políticas públicas da saúde ou de outros setores, ou se foram adquiridos individualmente.

2 - ATUAÇÃO DURANTE O PERÍODO CRÍTICO DA PANDEMIA DE COVID-19

25. 2.10 - VOCÊ TEVE ACESSO A TREINAMENTOS SOBRE COMO LIDAR COM O NOVO CORONAVÍRUS? *

Assinale uma das alternativas com base no período crítico da pandemia de covid-19. Entre março de 2020 e dezembro de 2021.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não recebi em nenhum momento
- ☐ Sim, recebi uma ou poucas vezes
- ☐ Sim, recebi continuamente

26. 2.11 - VOCÊ TEVE ACESSO À MANUAIS, GUIAS, INSTRUMENTAIS E/OU NORMATIVAS PARA CONDUZIR A SUA ATUAÇÃO NO SUJEITO COLETIVO DURANTE A PANDEMIA? *

Assinale uma das alternativas com base no período crítico da pandemia de covid-19. Entre março de 2020 e dezembro de 2021.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não recebi em nenhum momento *Pular para a pergunta 28*
- ☐ Sim, recebi uma ou poucas vezes
- ☐ Sim, recebi continuamente

2 - ATUAÇÃO DURANTE O PERÍODO CRÍTICO DA PANDEMIA DE COVID-19

Neste bloco, as perguntas serão direcionadas à sua atuação no interior do Sujeito Coletivo que compõe, considerando o período crítico da pandemia mundial de covid-19.

Definimos enquanto período crítico o período entre março de 2020 e dezembro de 2021, considerando o número de casos e óbitos registrados sob o contexto de restrições mais rígidas para controle da pandemia.

AS RESPOSTAS PARA ESSA SEÇÃO DEVEM PARTIR, SOBRETUDO À LUZ DA SUA EXPERIÊNCIA NO INTERIOR DO SUJEITO COLETIVO

27. 2.12 - ESTES INSTRUMENTAIS FORAM DESENVOLVIDOS/INSTITUÍDOS POR QUEM? *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Pelos próprio sujeito coletivo
- ☐ Por outros sujeitos coletivos
- ☐ Por órgãos/equipamentos da política de saúde (local, estadual e/ou federal)
- ☐ Por órgãos/equipamentos de outras políticas setoriais (local, estadual e/ou federal)

3 - ARTICULAÇÕES E ACESSO A BENS E SERVIÇOS

Neste bloco você responderá sobre como se deu a sua atuação com atores externos ao sujeito coletivo que participa, no âmbito de acesso a serviços e bens, efetivação de processos interventivos e construção ou fortalecimento de alianças.

28. 3.1 - VOCÊ CONSIDERA QUE CONSEGUIU ESTABELECEER ARTICULAÇÕES DURANTE O PERÍODO CRÍTICO DA PANDEMIA DE COVID-19? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim *Pular para a pergunta 29*
- ☐ Não *Pular para a pergunta 37*

3 - ARTICULAÇÕES E ACESSO A BENS E SERVIÇOS

29. 3.2 - VOCÊ CONSIDERA QUE AS ARTICULAÇÕES ESTABELECIDAS FORAM: *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Fáceis
- ☐ Difíceis
- ☐ Bem sucedidas
- ☐ Mal sucedidas

30. 3.3 - COM QUEM SE DERAM AS ARTICULAÇÕES ESTABELECIDAS? *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Equipamentos públicos e/ou profissionais de políticas setoriais (ex: saúde, assistência social, educação, judiciário, previdência e etc)
- ☐ Organizações não governamentais e/ou sociais
- ☐ Instituições privadas e/ou empresariais
- ☐ Movimentos Sociais, movimentos populares, coletivos, associações ou organizações representativas
- ☐ Outras formas de representação da sociedade civil
- ☐ Outros

31. 3.4 - COMO OCORRERAM AS ARTICULAÇÕES ESTABELECIDAS? *

Esta pergunta é aberta e permite que você discorra sobre como ocorreram as articulações em torno do acesso à bens, serviços públicos, recursos para subsistência e sobrevivência e etc, durante a pandemia de covid-19.

Exemplos detalhados são bem vindos, ficando ao seu critério a forma como deseja relata-los.

32. 3.5 - VOCÊ CONSIDERA QUE O USO DAS TIC'S IMPACTARAM EM SUAS ARTICULAÇÕES? *

"TIC's" é a abreviação de "Tecnologias da Informação e Comunicação". Consiste em ferramentas (aplicativos, programas, eletroeletrônicos, etc) que podem mediar desde os processos, técnicas e instrumentos de trabalho até formas de interação e relação entre indivíduos.

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim Pular para a pergunta 33

☐ Não Pular para a pergunta 34

3 - ARTICULAÇÕES E ACESSO A BENS E SERVIÇOS

33. 3.6 - COMO VOCÊ AVALIA ESTE IMPACTO? *

Esta pergunta é aberta e permite que você discorra sobre como ocorreram as articulações em torno do acesso à bens, serviços públicos, recursos para subsistência e sobrevivência e etc, durante a pandemia de covid-19.

"TIC's" é a abreviatura para "Tecnologias da Informação e Comunicação". Consiste em ferramentas (aplicativos, programas, eletroeletrônicos, etc) que podem mediar desde os processos, técnicas e instrumentos de trabalho até formas de interação e relação entre indivíduos.

3 - ARTICULAÇÕES E ACESSO A BENS E SERVIÇOS

Neste bloco você responderá sobre como se deu a sua atuação com atores externos ao sujeito coletivo que participa, no âmbito de acesso a serviços e bens, efetivação de processos interventivos e construção ou fortalecimento de alianças.

34. 3.7 - VOCÊ ESTABELECEU ALGUM TIPO DE ARTICULAÇÃO COM ASSISTENTES SOCIAIS? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim Pular para a pergunta 35

☐ Não Pular para a pergunta 38

3 - ARTICULAÇÕES E ACESSO A BENS E SERVIÇOS

35. 3.8 - O(A) ASSISTENTE SOCIAL FAZIA PARTE: *

Selecione a definição que encaixa ou mais se aproxima ao perfil do(a) Assistente Social que você efetuou articulações.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Do sujeito coletivo, com algum vínculo empregatício
- ☐ Do sujeito coletivo, sem vínculo empregatício, mas atuante como Assistente Social
- ☐ Do sujeito coletivo, sem vínculo empregatício, mas atuante com outra colocação/ocupação/função
- ☐ De equipamentos públicos ou políticas públicas desvinculadas ao sujeito coletivo
- ☐ De organizações não governamentais e/ou sociais
- ☐ De instituições privadas e/ou empresariais
- ☐ De movimentos sociais, movimentos populares, coletivos, associações ou organizações representativas
- ☐ De outras formas de representação da sociedade civil

36. 3.9 - COMO SE DERAM AS ARTICULAÇÕES COM ASSISTENTES SOCIAIS? *

Esta pergunta é aberta e permite que você discorra sobre como ocorreram as articulações com assistente sociais durante a pandemia de covid-19.

Exemplos detalhados são bem vindos, ficando ao seu critério a forma como deseja relata-los.

Pular para a pergunta 38

3 - ARTICULAÇÕES E ACESSO A BENS E SERVIÇOS

37. 3.10 - POR QUE VOCÊ ACHA QUE NÃO CONSEGUIU ESTABELECEER ARTICULAÇÕES? *

Esta pergunta é aberta e permite que você discorra sobre as dificuldades em estabelecer articulações externas ao sujeito coletivo durante a pandemia de covid-19.

Exemplos detalhados são bem vindos, ficando ao seu critério a forma como deseja relata-los.

RESULTADOS DA PESQUISA

38. AUTORIZAÇÃO PARA CONTATO *

Você autoriza que entremos em contato referente à dúvidas que apareçam a partir das suas respostas neste questionário de pesquisa?

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim, eu autorizo.

☐ Não autorizo.

39. RESULTADOS FINAIS DA PESQUISA *

Você gostaria de ter acesso aos resultados finais produzidos por esta pesquisa?

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim, gostaria de receber o resultado final desta pesquisa.

☐ Não gostaria de receber o resultado final desta pesquisa.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Anexo 4 – Questionário Eletrônico: Assistentes Sociais

PESQUISA: A ARTICULAÇÃO PROFISSIONAL ENTRE ASSISTENTES SOCIAIS E SUJEITOS COLETIVOS: UMA ANÁLISE SOB O PERÍODO CRÍTICO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA CIDADE DE SOROCABA/SP

Esta pesquisa está sendo desenvolvida como parte da dissertação de mestrado no Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

Seu objetivo geral é: "Apreender e analisar como os Assistentes Sociais se relacionaram profissionalmente com sujeitos coletivos, com destaque aos tempos de pandemia mundial de covid-19 no município de Sorocaba/SP. "

O questionário está dividido em três blocos de perguntas, com tempo médio de conclusão entre 10 e 15 minutos. Cabe lembrar que as perguntas referem-se ao período entre 2020 e 2021, portanto as respostas devem considerar este recorte de tempo.

É importante que, para assegurarmos a responsabilidade ética em torno de sua participação, você leia com bastante atenção o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO disponível no link a seguir:

encurtador.com.br/iDI12

Nele você também encontra mais detalhes sobre o desenvolvimento desta pesquisa de campo.

Agradecemos o seu tempo e atenção.

Daniel Nogueira de Souza - Pesquisador

Profa. Dra. Mariangela Belfiore Wanderley - Orientadora

** Indica uma pergunta obrigatória*

1. DECLARO QUE LI O TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO E: *

Este questionário é destinado aos(às) Assistentes Sociais trabalhadores do município de Sorocaba/SP.

Acesse o TCLE: encurtador.com.br/iDI12

Marcar apenas uma oval.

☐

Aceito participar desta pesquisa

☐

Não aceito participar desta pesquisa

1 - IDENTIFICAÇÃO

Neste bloco, você responderá acerca de seus dados pessoais e profissionais.

Ressaltamos que, conforme TCLE, a manutenção de sigilo em

torno dos dados pessoais e de identificação estarão garantidos, assim como

informações que coloquem em risco aspectos envolvendo a privacidade pessoal e

profissional. Deste modo, solicitamos a identificação de todos os participantes respondentes deste questionário eletrônico, entretanto também será possível a adesão de

nome fictício ou a solicitação de anonimato, ficando ao critério do(a)

respondente esta escolha.

2. 1.1- GOSTARIA DE ME IDENTIFICAR COMO *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Nome
- ☐ Nome fictício
- ☐ Participação anônima

3. 1.2 - NOME COMPLETO *

Preencha com "Participação anônima" caso não queira se identificar.

4. 1.3- CONTATO *

Ex: tel, cel, e-mail, redes sociais ou "Participação anônima".

5. 1.4 - IDADE *

6. 1.5 - GÊNERO *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Agênero
- ☐ Andrógino
- ☐ Gênero Fluido
- ☐ Homem Cis
- ☐ Homem Trans
- ☐ Intersexual
- ☐ Mulher Cis
- ☐ Mulher Trans
- ☐ Não Binário
- ☐ Queer/Genderqueer
- ☐ Travesti
- ☐ Two-Spirit
- ☐ Outro

7. 1.6 - RAÇA/COR *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Branca ☐
- Preta/Negra ☐
- Parda
- ☐ Indígena
- ☐ Amarela
- ☐ Outra

8. 1.7 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA *

Sobre a cidade onde você mora.

9. 1.8 - MUNICÍPIO DE TRABALHO *

Sobre a cidade onde você trabalha.

Marcar apenas uma oval.

☐ Sorocaba/SP

☐ Outro

10. 1.9 - INSTITUIÇÃO DE TRABALHO *

Sobre a instituição que você trabalha. Responder o nome / natureza da instituição.

Ex:

UPA ABCD / Prefeitura Municipal de Sorocaba;

Amigos do ABCD / Organização Não Governamental;

Empresa ABCD / Empresa privada

Coletivo ABCD / Movimento social (popular, coletivo, e etc)

11. 1.10 - NATUREZA DA INSTITUIÇÃO *

Natureza da instituição de trabalho

Marcar apenas uma oval.

☐ Setor público municipal

☐ Setor público estadual

☐ Setor público federal

☐ Organização não governamental sem fins lucrativos

☐ Organização social

☐ Organização da sociedade civil de interesse público

☐ Sindicato, associação, movimento social/popular, coletivo

☐ Fundação

☐ Empresa Privada

☐ Autonomo

☐ Outro

12. 1.11 - VÍNCULO DE TRABALHO *

Vínculo de trabalho

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Estatutário
- ☐ CLT - Concurso
- ☐ CLT
- ☐ Contrato temporário
- ☐ Cargo de comissão
- ☐ Prestador de serviço
- ☐ Outro

13. 1.12 - SEGUIMENTO DE ATUAÇÃO *

Sobre o principal seguimento/setor de atuação da instituição em que trabalha.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Assistência Social
- ☐ Saúde
- ☐ Previdência Social
- ☐ Sociojurídico ☐
- Educação
- ☐ Habitação
- ☐ Cultura
- ☐ Esportes
- ☐ Idoso
- ☐ Relações de trabalho
- ☐ Criança e adolescente
- ☐ Outro

14. 1.13 - CARGA HORÁRIA *

Sobre a carga horária desempenhada no vínculo profissional.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Até 10h/semanal
- ☐ Entre 10h e 20h/semanal
- ☐ Entre 20h e 30h/semanal
- ☐ Mais de 30h/semanal

2 - TRABALHO PROFISSIONAL NO PERÍODO CRÍTICO DA PANDEMIA DE COVID-19

Neste bloco, as perguntas serão direcionadas ao exercício profissional enquanto Assistente Social no período crítico da pandemia mundial de covid-19.

Definimos enquanto período crítico o período entre março de 2020 e dezembro de 2021, considerando o número de casos e óbitos registrados sob o contexto de restrições mais rígidas para controle da pandemia.

AS RESPOSTAS PARA ESTE BLOCO DEVEM PARTIR À LUZ DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL VIVENCIADA E NÃO SOB A ÓTICA DA INSTITUIÇÃO DE TRABALHO VINCULADA.

15. 2.1 - TEMPO DE TRABALHO *

Selecione por quanto tempo esteve trabalhando como Assistente Social entre o período de março de 2020 e dezembro de 2021.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Até 3 meses
- ☐ Entre 3 meses e 6 meses
- ☐ Entre 6 meses e 1 ano
- ☐ Mais de 1 ano
- ☐ Não trabalhei como Assistente Social neste período

16. 2.2 - FORMATO DE TRABALHO *

Assinale qual o formato de trabalho que exerceu por mais tempo durante o período correspondente a questão anterior.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Presencial
- ☐ Remoto
- ☐ Híbrido

17. 2.3 - QUAIS OS PRINCIPAIS DESAFIOS OU DIFICULDADES AO SEU COTIDIANO PROFISSIONAL DURANTE O PERÍODO CRÍTICO DA PANDEMIA? *

18. 2.4 - VOCÊ LIDOU COM "TIC'S" DURANTE O PERÍODO CRÍTICO DA PANDEMIA? *

Responda de acordo com a intensidade de uso das TIC's em seu cotidiano profissional.

"TIC's" é a abreviação para "Tecnologias da Informação e Comunicação".

Consiste em ferramentas (aplicativos, programas, eletroeletrônicos, etc) que podem mediar desde os processos, técnicas e instrumentos de trabalho até formas de interação e relação entre indivíduos.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim, mas esporadicamente
- ☐ Sim, durante todo o período
- ☐ Não *Pular para a pergunta 26*

2 - TRABALHO PROFISSIONAL NO PERÍODO CRÍTICO DA PANDEMIA DE COVID-19

Neste bloco, as perguntas serão direcionadas ao exercício profissional enquanto Assistente Social no período crítico da pandemia mundial de covid-19.

Definimos enquanto período crítico o período entre março de 2020 e dezembro de 2021, considerando o número de casos e óbitos registrados sob o contexto de restrições mais rígidas para controle da pandemia.

AS RESPOSTAS PARA ESTE BLOCO DEVEM PARTIR À LUZ DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL VIVENCIADA E NÃO SOB A ÓTICA DA INSTITUIÇÃO DE TRABALHO VINCULADA.

19. 2.5 - QUAIS AS PRINCIPAIS TIC'S QUE VOCÊ UTILIZOU? *

"TIC's" é a abreviação de "Tecnologias da Informação e Comunicação". Consiste em ferramentas (aplicativos, programas, eletroeletrônicos, etc) que podem mediar desde os processos, técnicas e instrumentos de trabalho até formas de interação e relação entre indivíduos.

Esta pergunta permite assinalar mais de uma resposta.

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Aplicativos/Programas de mensagens instantâneas (Ex: Whatsapp)
- ☐ Aplicativos/Programas para videochamada
- ☐ Computadores, notebooks ou tablets
- ☐ Smartphones / celulares
- ☐ Câmeras para registro de imagem, vídeo ou videochamada
- ☐ Gravadores e reprodutores de áudio
- ☐ Sistemas informatizados para registro e armazenamento de dados
- ☐ Plataformas digitais
- ☐ Outras
- ☐ Não considero que utilizei nenhuma TIC

20. 2.6 - COM BASE NA SUA EXPERIÊNCIA, VOCÊ CONSIDERA QUE O USO DAS TIC'S FOI: *

"TIC's" é a abreviação de "Tecnologias da Informação e Comunicação". Consiste em ferramentas (aplicativos, programas, eletroeletrônicos, etc) que podem mediar desde os processos, técnicas e instrumentos de trabalho até formas de interação e relação entre indivíduos.

21. 2.7 - COMO VOCÊ AVALIA AS TIC'S QUE ESTIVERAM À SUA DISPOSIÇÃO? *

Esta pergunta permite que você assinale mais de uma alternativa.

"TIC's" é a abreviação de "Tecnologias da Informação e Comunicação". Consiste em ferramentas (aplicativos, programas, eletroeletrônicos, etc) que podem mediar desde os processos, técnicas e instrumentos de trabalho até formas de interação e relação entre indivíduos.

Marque todas que se aplicam.

- ☐ De difícil acesso e manejo.
- ☐ De fácil manejo e acesso.
- ☐ Ultrapassadas, com funcionamento parcial ou quase sem possibilidade de uso.
- ☐ Sucateadas, com condições de funcionamento comprometidas ou sem possibilidade de uso. Em
- ☐ bom estado, mas com restrições de funcionamento.
- ☐ Em bom estado e bom funcionamento.
- ☐ Em ótimo estado, atendendo as necessidades de funcionamento.

2 - TRABALHO PROFISSIONAL NO PERÍODO CRÍTICO DA PANDEMIA DE COVID-19

Neste bloco, as perguntas serão direcionadas ao exercício profissional enquanto Assistente Social no período crítico da pandemia mundial de covid-19.

Definimos enquanto período crítico o período entre março de 2020 e dezembro de 2021, considerando o número de casos e óbitos registrados sob o contexto de restrições mais rígidas para controle da pandemia.

AS RESPOSTAS PARA ESTE BLOCO DEVEM PARTIR À LUZ DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL VIVENCIADA E NÃO SOB A ÓTICA DA INSTITUIÇÃO DE TRABALHO VINCULADA.

22. 2.8 - VOCÊ TEVE ACESSO À EPI'S DURANTE SEU EXERCÍCIO PROFISSIONAL? *

Assinale uma das alternativas com base no período crítico da pandemia de covid-19. Entre março de 2020 e dezembro de 2021.

EPI's é a abreviação para "EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL", recurso largamente utilizado como medida de proteção e mitigação da contaminação pelo vírus da covid-19.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não recebi em nenhum momento
- ☐ Sim, recebi uma ou poucas vezes
- ☐ Sim, recebi continuamente

23. 2.9 - VOCÊ TEVE ACESSO A TREINAMENTOS SOBRE COMO LIDAR COM O NOVO CORONAVÍRUS NO AMBIENTE DE TRABALHO? *

Assinale uma das alternativas com base no período crítico da pandemia de covid-19. Entre março de 2020 e dezembro de 2021.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não recebi em nenhum momento
- ☐ Sim, recebi uma ou poucas vezes
- ☐ Sim, recebi continuamente

24. 2.10 - VOCÊ TEVE ACESSO À MANUAIS, GUIAS, INSTRUMENTAIS E/OU NORMATIVAS PARA CONDUZIR O SEU EXERCÍCIO PROFISSIONAL DURANTE A PANDEMIA? *

Assinale uma das alternativas com base no período crítico da pandemia de covid-19. Entre março de 2020 e dezembro de 2021.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Não recebi em nenhum momento
- ☐ Sim, recebi uma ou poucas vezes
- ☐ Sim, recebi continuamente

2 - TRABALHO PROFISSIONAL NO PERÍODO CRÍTICO DA PANDEMIA DE COVID-19

Neste bloco, as perguntas serão direcionadas ao exercício profissional enquanto Assistente Social no período crítico da pandemia mundial de covid-19.

Definimos enquanto período crítico o período entre março de 2020 e dezembro de 2021, considerando o número de casos e óbitos registrados sob o contexto de restrições mais rígidas para controle da pandemia.

AS RESPOSTAS PARA ESTE BLOCO DEVEM PARTIR À LUZ DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL VIVENCIADA E NÃO SOB A ÓTICA DA INSTITUIÇÃO DE TRABALHO VINCULADA.

25. 2.11 - ESTES INSTRUMENTAIS FORAM DESENVOLVIDOS/INSTITUÍDOS POR QUEM?

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Pelos próprios trabalhadores/ profissionais técnicos na instituição
- ☐ Pelos trabalhadores/profissionais com função de gestão na instituição
- ☐ Por órgãos, equipamentos ou políticas externas à instituição

3 - ARTICULAÇÃO PROFISSIONAL

Neste bloco você responderá sobre como se deu a sua articulação profissional com atores externos à instituição de trabalho no âmbito de acesso a serviços, efetivação de processos interventivos e construção ou fortalecimento de alianças.

26. 3.1 - VOCÊ CONSIDERA QUE CONSEGUIU ESTABELECEER ARTICULAÇÕES PROFISSIONAIS DURANTE O PERÍODO CRÍTICO DA PANDEMIA DE COVID-19? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

27. 3.2 - VOCÊ CONSIDERA QUE AS ARTICULAÇÕES ESTABELECIDAS FORAM: *

Marque todas que se aplicam.

☐ Fáceis

☐ Difíceis

☐ Bem sucedidas

☐ Mal sucedidas

28. 3.3 - COM QUEM SE DERAM AS ARTICULAÇÕES ESTABELECIDAS? *

Marque todas que se aplicam.

☐ Equipamentos públicos e/ou profissionais de outras políticas setoriais

☐ Organizações não governamentais e/ou sociais

☐ Instituições privadas e/ou empresariais

☐ Movimentos Sociais, movimentos populares, coletivos, associações ou organizações representativas

☐ Outras formas de representação da sociedade civil

☐ Outros

29. 3.4 - COMO OCORRERAM AS ARTICULAÇÕES ESTABELECIDAS? *

Esta pergunta é aberta e permite que você discorra sobre como ocorreram as articulações com atores externos à sua instituição de trabalho, considerando demandas de acesso a bens e serviços, recursos para subsistência e sobrevivência e etc, durante a pandemia de covid-19.

Exemplos detalhados são bem vindos, ficando ao seu critério a forma como deseja relata-los.

30. 3.5 - VOCÊ CONSIDERA QUE O USO DAS TIC'S IMPACTARAM EM SUAS ARTICULAÇÕES PROFISSIONAIS? *

"TIC's" é a abreviação de "Tecnologias da Informação e Comunicação". Consiste em ferramentas (aplicativos, programas, eletroeletrônicos, etc) que podem mediar desde os processos, técnicas e instrumentos de trabalho até formas de interação e relação entre indivíduos.

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

31. 3.6 - COMO VOCÊ AVALIA ESTE IMPACTO? *

Esta pergunta é aberta e permite que você discorra sobre como se deu o uso das TIC'S na relação com atores externos à sua instituição de trabalho em seu exercício profissional durante a pandemia de covid-19.

"TIC's" é a abreviação de "Tecnologias da Informação e Comunicação". Consiste em ferramentas (aplicativos, programas, eletroeletrônicos, etc) que podem mediar desde os processos, técnicas e instrumentos de trabalho até formas de interação e relação entre indivíduos.

RESULTADOS DA PESQUISA

32. AUTORIZAÇÃO PARA CONTATO *

Você autoriza que entremos em contato referente à duvidas que apareçam a partir das suas respostas neste questionário de pesquisa?

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim, eu autorizo.

☐ Não autorizo.

33. RESULTADOS FINAIS DA PESQUISA *

Você gostaria de ter acesso aos resultados finais produzidos por esta pesquisa?

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim, gostaria de receber o resultado final desta pesquisa.

☐ Não gostaria de receber o resultado final desta pesquisa.